

*Francisco José Figueiredo Coelho
Maria de Lourdes da Silva
(orgs.)*

MEMÓRIAS DO I ENCONTRO ABRAMD EDUCAÇÃO RIO

*Entre vivências
e resistências,
um dia para conversar
sobre drogas*



abramd
Educação Rio



BRAZIL PUBLISHING



BRAZIL PUBLISHING

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Professor Doutor Rodrigo Horochowski	(UFPR – Brasil)
Professora Doutora Anita Leocadia Prestes	(ILCP – Brasil)
Professora Doutora Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN – Colômbia)
Professora Doutora Fabiana Queiroz	(Ufla – Brasil)
Professora Doutora Hsin-Ying Li	(NTU – China)
Professor Doutor Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS – Brasil)
Professor Doutor José Antonio González Lavaut	(UH – Cuba)
Professor Doutor José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB – Brasil)
Professora Doutora Marília Murata	(UFPR – Brasil)
Professor Doutor Milton Luiz Horn Vieira	(Ufsc – Brasil)
Professor Doutor Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UE – Portugal)



Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio	(UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior	(Faje – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro	(PUC/PR – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada	(Ages – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	(Ufba – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini	(UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira	(UFPR – Geografia)
Professora Doutora Marlucy Alves Paraíso	(UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato	(UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco	(PUC/GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros	(UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies	(UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos	(UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa	(Imed – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Fernando Saraiva	(UFF – História)
Professora Doutora Maristela Walker	(UTFPR – Educação)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado	(Ufcsa – Antropologia Social)
Professor Doutor Francisco José Figueiredo Coelho	(UFRJ – Ensino de Biociências e Saúde)
Professora Doutora Maria de Lourdes Silva	(UERJ – História)
Professora Ivonete Barreto de Amorim	(Uneb – Educação, Formação de Professor e Família)
Professor César Costa Vitorino	(Uneb – Educação/Linguística)
Professor Marcelo Máximo Purificação	(Uneb – Educação, Religião, Matemática e Tecnologia)
Professora Elisângela Maura Catarino	(Unifimes – Educação/Religião)
Professora Sandra Célia Coelho G. da Silva	(Uneb – Sociologia, Gênero, Religião, Saúde, Família e Internacionalização)

Francisco José Figueiredo Coelho
Maria de Lourdes da Silva
(Organizadores)

MEMÓRIAS DO I ENCONTRO ABRAMD EDUCAÇÃO RIO DE JANEIRO

Entre vivências e resistências, um dia para conversar sobre drogas



BRAZIL PUBLISHING



© Brazil Publishing Autores e Editores Associados
Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores Científicos
Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75
Botucatu, SP - 18603-550
+55 (14) 3815-5095

Comitê Editorial

Editora-Chefe: Sandra Heck

Editor Superintendente: Valdemir Paiva

Editor Coordenador: Everson Ciriaco

Diagramação e Projeto Gráfico: Rafael Chiarelli

Arte da Capa: Paula Zettel

Revisão Editorial: Thais Valentim

DOI: 10.31012/978-65-86854-46-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

M533

Memórias do I Encontro Abramd Educação Rio de Janeiro: entre vivências e resistências, um dia para conversar sobre drogas / organização de Francisco José Figueiredo, Maria de Lourdes da Silva – 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
[recurso eletrônico] (Coleção Educação sobre Drogas)

Vários colaboradores
ISBN 978-65-86854-46-6

1. Educação – Rio de Janeiro/RJ. 2. Políticas públicas. 3. Drogas – Abuso – Prevenção. 4. I Encontro Abramd Educação Rio. I. Coelho, Francisco José Figueiredo (org.). II. Silva, Maria de Lourdes (org.).

CDD 362.29 (22.ed)
CDU 37.014



[1ª edição – Ano 2020]

www.aeditora.com.br

*“A função política da Educação reside na sua
função de socialização do conhecimento”*

Dermeval Saviani

AGRADECIMENTOS

Diferentes personagens foram importantes nesse processo. Por vezes se torna difícil contabilizar. Mas temos a certeza que foi um dos eventos mais “parceiros” e “voluntários” que já realizamos.

Começamos pela equipe de monitores do GT interinstitucional Educação e Drogas do GIEESAA. Desde a criação do site à organização dos participantes, o grupo se colocou à disposição para colher a qualidade que imaginamos. Agradecimentos aos fantásticos bolsistas Maria Fernanda Batista Bittencourt Guimarães (UERJ), Deborah de Medeiros Lima (UERJ), Júlia Devellard Ferreira Fernandes Gonçalves (UERJ), Marcia Cristina Mariano dos Reis (UERJ), Larissa Rangel Miranda (UERJ) e Janaíara Araújo Cunha (UFRJ). Nesse escopo de monitores voluntários, também não podemos deixar de agradecer à jornalista Sandra Martins, pela cobertura midiática do evento e todo o suporte logístico e emocional aos convidados.

Agradecemos também a equipe técnica do evento, Jonas Conceição e Érica Reis da Conceição, responsáveis pela filmagem; e Matheus Franco Delgado, criador do pôster do evento.

Aos oficinairos e membros da Abramd pela disponibilidade, gratuidade e carinho de fazer a diferença. Especiais agradecimentos, tanto pelas oficinas ministradas como pela produção dos capítulos apresentados nesta obra.

Às professoras Célia Sousa e Priscila Tamiasso-Martinhon, coordenadoras do GIEESAA e do GIMEnPEC,

respectivamente, tanto pelo patrocínio na infraestrutura física quanto alimentar. Um exemplo de generosidade.

Aos diretores das escolas públicas que divulgaram o evento e estimularam seus profissionais a participarem. Dentre esses, em especial ao Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA) pelo empréstimo do prédio, das dependências da escola à fundamental ação da Professora de Artes que, junto ao grêmio estudantil, nos sensibilizou e acolheu com uma performance que nos tirou lágrimas. Dentre tais escolas, também agradecemos ao Colégio Estadual Professora Antonieta Palmeira (CEPAP), com o empréstimo de materiais e equipe.

Às diretoras da Faculdade de Educação (EDU/UERJ), professoras Rosana Glat e Rosana Oliveira, por facilitarem nossas comunicações com a gráfica da UERJ e tornarem viável e em tempo hábil o material impresso para o evento, e por acolherem os encontros do GIEESAA UFRJ/UERJ e Abramd Educação nas dependências da faculdade.

A todos os profissionais de ensino, agentes educativos atuantes na prevenção e licenciandos que se inscreveram e participaram de nossa primeira Abramd Educação Rio. Que em novas edições da Abramd Educação Rio vocês possam estar presentes e ser um canal de comunicação com outros profissionais. Especialmente vocês, preciosos agentes formadores, agradecimentos sinceros. Por vocês, acreditamos em um processo formativo mais igualitário, democrático e centrado na Redução de Danos.

Os organizadores

APRESENTAÇÃO

Ao longo das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão universitárias de nossos e de outros grupos de trabalho e pesquisa, notamos o recorrente anseio dos profissionais do magistério para desenvolver diálogos sobre o tema drogas em seus distintos contextos e formas de uso.

Do lícito ao ilícito, abordar a temática de forma acolhedora e preocupando-se com a Redução de Danos à saúde dos estudantes tem se tornado um desafio cada vez maior, sobretudo na atual conjuntura política em que o simples fato de questionar a penalização do uso de entorpecentes ou o insucesso do sistema penitenciário brasileiro podem ser considerados como apologia ao uso de drogas.

A Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (Abramd) é uma das entidades de abrangência nacional que busca ampliar os debates e reflexões sobre o tema, estimulando que tais práticas extrapolem os muros das Universidades e Centros de pesquisa. Estimula, acima de tudo, um intercâmbio entre sujeitos e culturas, dentro de uma visão ampla e multidisciplinar que, desde sua fundação em setembro de 2005, vem se consolidando enquanto fórum democrático e participativo.

Como claramente descrito no site da Associação (<https://www.Abramd.org/>), um dos propósitos da Abramd é levar o debate do tema para diferentes espaços, partindo de uma perspectiva plural e ética nas diferentes instâncias da sociedade civil e de governo. Dentre esses espaços, a entidade reconhece a escola como espaço em potencial para

estimular práticas preventivas. Desse reconhecimento, surge a Abramd Educação, um “braço” da Associação preocupada em instaurar e manter vivo os debates educativos acerca do tema drogas.

Uma das iniciativas da Abramd Educação tem sido levar os debates sobre drogas para as escolas públicas, oferecendo para os profissionais dessas instituições momentos para conhecer um pouco mais a temática e desmistificá-la. Realizado no Estado de São Paulo há alguns anos, agora foi a vez do Rio de Janeiro. A Abramd Educação chegou ao Rio de forma tímida, com fomento reduzido e contando com a participação de diferentes profissionais da Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação sobre Drogas dentro e fora do Estado. Entre “vivências e resistências”, como expresso no subtítulo da obra, seguimos! Conseguimos organizar um dia para conversar sobre drogas com profissionais do magistério e de outras entidades educativas de distintos municípios – mais uma prova de que a ousadia funciona.

O Estado do Rio de Janeiro, em especial, carece de políticas educacionais mais humanizadas e preocupadas essencialmente com a saúde dos indivíduos. Muito se pensa em punir, características marcantes do executivo federal e estadual, mas pouco em dialogar e formar profissionais reductores de danos. Em outras palavras, da macro à microesfera federativa de governo, estamos amparados por políticas proibicionistas e de bandeira vermelha às drogas.

Contudo, essa preocupação não é peculiar ao Rio de Janeiro, mas de diferentes estados brasileiros e, exatamente nesse caminho, em junho de 2019, os membros da Abramd Educação se reuniram no VII Congresso Internacional da

Abramd (Curitiba, PR) para pensar novas ações educativas. Uma dessas iniciativas foi a oficialização da Abramd Educação Sudeste, reunindo as representações dos quatro estados da região.

Dado tal contexto, por essas justificativas é que o I Encontro Abramd Educação Rio apresenta suas potencialidades. E, garantindo que as memórias desse evento sejam mantidas e disseminadas, servindo de exemplo para outros estados e municípios, buscamos organizar a coletânea em questão.

Neste livro, apresentamos duas seções: a primeira, trazendo os capítulos 1 ao 4, trata de alguns pensamentos e ações que têm sido realizadas no campo da Educação sobre Drogas, com destaque para as ações realizadas no estado do Rio de Janeiro, culminando com o encontro destas com as atividades da Abramd Educação São Paulo.

No primeiro capítulo, a educadora Helena Albertani recupera a história do núcleo Abramd Educação de São Paulo. Em importante retrospecto, a autora traz as motivações que consolidaram a criação e percurso do grupo, faz um panorama, em linhas gerais, dos grandes problemas presentes na Educação sobre Drogas no país e de como o núcleo tem se dedicado a alterar esse quadro, elencando as principais ações desenvolvidas.

O segundo capítulo, escrito pelos organizadores da obra, traz um breve retrospecto histórico da Educação sobre Drogas no Rio de Janeiro dialogando com as questões das políticas educacionais nacionais. Partindo de uma análise sobre como as dinâmicas governo-sociedade resultam em políticas educacionais nas quais os governos, utilizando demandas coletivas, conseguem realizar seus intentos, imbricado a uma discussão sobre os propósitos da educação nos projetos do Estado.

O terceiro capítulo reúne algumas das iniciativas na Educação sobre Drogas no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos. O pesquisador Francisco Coelho é o responsável por promover a articulação de pesquisadores de diferentes instituições que trabalhavam na Educação sobre Drogas isoladamente. Os diferentes projetos agregados potencializaram o trabalho desses profissionais, ampliaram a gama de ações em curso para a população escolar e para os profissionais da educação do estado. Além de mostrar o fortalecimento do debate no campo da Educação sobre Drogas no Rio de Janeiro, o capítulo mostra o empenho do grupo em contribuir no debate nacional.

Fechando essa primeira parte, os professores Simone Monteiro e Francisco Coelho contam, no capítulo 4, a trajetória do Jogo da Onda, desde sua primeira formulação como jogo de tabuleiro até a recente versão digital, atualmente oferecida gratuitamente pelos recursos educacionais abertos da Fiocruz. Pautado no princípio da Redução de Danos, os autores mostram os processos de elaboração da nova versão do jogo, desde a ampliação e atualização das cartas, às revisões e contribuições de especialistas no debate sobre drogas assomadas às considerações dos grupos focais e indicações de como utilizá-lo.

A segunda parte, que abrange dos capítulos 5 ao 10, descreve a dinâmica e algumas práticas preventivo-educativas desenvolvidas nas oficinas do evento. Cada capítulo dessa segunda seção foi escrito por um ou mais oficinairos que se dispuseram, voluntariamente, a participar do evento. Seus nomes e áreas de atuação podem ser consultadas na seção sobre os organizadores e demais autores da obra, parte final do livro.

Abrindo os trabalhos da segunda parte, o capítulo 5, a psicóloga Tatiana Amato, relata a experiência da oficina por ela realizada no I Encontro Abramd Educação Rio de Janeiro, em que põe em discussão as etapas necessárias aos processos de abordagem da temática drogas na escola, tratando desde às expectativas dos que desenvolvem essas ações, à necessidade de estratégias que possam configurar parceria entre escola e família, passando pela escolha do material didático. A oficina termina com os relatos de uma partida com o jogo “Na Pressão da Festa”, que faz parte do Programa de Estímulo à Saúde e Redução de Riscos Associados ao Uso de Álcool Aplicado ao Ambiente Escolar - PERAE.

No capítulo 6, os professores Liana Romera e Gelsimar José Machado compartilham as etapas da oficina por eles oferecida, voltada a contribuir para o desenvolvimento de habilidades para a vida entre a população escolar. Eles informam como a aquisição de tais habilidades, necessárias para o desenvolvimento socioemocional, podem auxiliar os jovens a agirem frente às situações desafiadoras da vida, inclusive aquelas que envolvem as drogas.

O professor Tiago Coutinho relata, no capítulo 7, a experiência da sua roda de conversa sobre medicalização na escola. Partindo dos resultados de sua pesquisa on-line sobre medicamentos à base da substância metilfenidato, ele relata como os participantes da roda de conversa compreendem o papel que a prática da medicalização cumpre no meio social, especialmente, no que se refere ao espaço escolar e às expectativas em torno de sua função social, além das sofridas pelos seus frequentadores sejam esses, estudantes, professores, funcionários ou familiares.

No capítulo 8, o psicólogo André Luiz Bastos Dehoul e a professora Márcia Cristina de Souza compartilham suas experiências com a oficina de sensibilização “Construindo afetos nas abordagens sobre drogas”. Partindo do arcabouço estruturante do teórico-conceitual ao prático, eles discorrem sobre a necessidade de reconhecermos o lugar dos afetos nos processos de aprendizagem significativa especialmente na Educação sobre Drogas.

No capítulo 9, os psicólogos Cláudio Cruz e Márcia Mendes compartilham saberes e vivências oriundos dos quatros anos de atividades do projeto Fórum Álcool e outras Drogas para Profissionais de Educação, realizado por eles por intermédio do Núcleo de Apoio Interdisciplinar às Unidades Escolares-NIAP, da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro. Na oficina oferecida, a metodologia parte da experiência dos participantes e se imiscui nas bases psicanalíticas, disparadas por questionamentos e provocações na busca por reflexões e ressignificações dos sentidos das drogas.

Fechando o volume, os professores Vinicius Motta da Costa, Francisco Coelho e Marcelo Diniz de Barros apresentam suas perspectivas sobre o uso da música como recurso mote para o debate sobre drogas. Utilizando um samba de Bezerra da Silva, eles disparam uma pluralidade de circunstâncias e questionamentos sobre o “estado da arte das drogas” no imaginário social, e o utilizam para desconstruir preconceitos e dissipar consensos infundados.

Esperamos que estas “memórias” possam ser fiéis ao entusiasmo de todos os envolvidos em mais uma iniciativa pedagógica na Educação sobre Drogas (ou Educação para

as Drogas, como também chamaremos) para os profissionais da Educação do Rio de Janeiro, e que inspirem as próximas.

Partindo dessa apresentação e, ao longo de toda a obra, fizemos um trocadilho com as palavras terminadas em “Rio”, colocando a letra R em maiúscula, tais como imagináRio, caRioca, solidáRio, voluntário etc. Pensando no espectro de significação do signo rio, como aquilo que flui, corre, transborda, renova, inova. E também transporta, liga, reúne e espalha, movimenta e muda. Essa ação foi intencional, como uma homenagem ao lugar assim nomeado, uma comemoração deste nosso Primeiro Encontro Abramd Educação Rio, o primeiro de muitos que percorrerão esse Rio.

Aproveitem a leitura!

Os organizadores

PREFÁCIO

Este livro nasce da sagacidade de seus organizadores que, como tão bem descrito no próprio título, vêm vivendo na resistência em busca de um lugar legítimo para tratar desse tema que, embora desgastado no senso comum, está investido de uma relevância sempre atual e merecendo todo o cuidado como é aqui tratado por seus organizadores. A excelência do conteúdo da obra está expressa na trajetória dos mesmos, como profissionais incansáveis da área da Educação.

Como membros de uma associação que tem como objetivo conhecer, debater, fomentar parcerias e subsidiar políticas públicas em torno do tema drogas, os organizadores se unem com outros profissionais de São Paulo já engajados na pesquisa e prevenção na perspectiva da educação e formam a equipe caRioca para fortalecer o trabalho que já realizam no campo da educação. A partir das atividades realizadas por esse novo grupo, vai sendo construída a necessidade de um espaço de discussão e maior troca entre os diversos atores que trabalham na área. E assim é realizado o I Encontro Abramd Educação Rio que culmina no rico material aqui apresentado.

Esta obra tem a peculiaridade de ser construída cuidadosamente por mãos habilidosas e experientes no tema proposto. Foi contextualizada considerando os diversos momentos sócio-históricos-políticos que influenciaram a construção de políticas públicas na área da Educação sobre Drogas, em especial no Rio de Janeiro.

Pensando na prática diária dos profissionais da educação e outras áreas afins, traz como resultado das oficinas

realizadas durante o Encontro, um material com atividades de apoio para a prática desses profissionais. São atividades pedagógicas que podem auxiliar no trabalho, preenchendo uma lacuna tão discutida pelos profissionais e para a qual quase sempre solicitam ajuda como formação contínua.

Fazendo história, esta obra se destaca como experiência que resiste às mudanças políticas no contexto nacional e regional, convidando o leitor a caminhar descobrindo novas formas de debater um assunto difícil, intrigante, mas importante e sempre presente no cenário mundial. Capítulo por capítulo vai conduzindo seu leitor a ser o ator principal nesse campo de trabalho, descobrindo diariamente seu próprio potencial sem necessidade de ser conduzido de alguma outra forma que não seja na parceria e na educação permanente, descobrindo todos os dias, algumas vezes de forma inusitada, os talentos pessoais na construção com outros profissionais e demais envolvidos na sagrada área da Educação.

Dessa forma, tenho a certeza e muito me honra apresentar aos seus leitores, um livro que é um presente para aqueles que se importam e se preocupam com o tema proposto da Educação sobre drogas neste difícil cenário que vivemos atualmente. Sua leitura os conduzirá a desbravar caminhos conhecidos, mas quase sempre não trilhados e redescobrir o prazer do fazer pedagógico, em áreas tão relegadas como a área das drogas.

Boa leitura!!!

Yone Gonçalves de Moura

Psicóloga e Sócia fundadora da Abramd
Pesquisadora com o tema álcool e outras drogas
e população de rua (Afip/Uded/Unifesp)

PALAVRAS-CHAVE

Capítulo 1. Abramd. Educação. História. Drogas. Sociedade.

Capítulo 2. História. Cenário Político. Drogas. Rio de Janeiro. Educação sobre Drogas.

Capítulo 3. Drogas. Educação sobre Drogas. Rio de Janeiro. Redução de Danos. Formação de Professores.

Capítulo 4. Jogo sobre Drogas. Jogo da Onda. Fiocruz. Educação sobre Drogas. Ensino de Biociências e Saúde.

Capítulo 5. Educação. Drogas. Materiais Didáticos. Debates sobre Drogas. Paradidáticos.

Capítulo 6. Drogas. Vulnerabilidade. Redução de Vulnerabilidades. Habilidades para a Vida. Abramd.

Capítulo 7. Medicalização. Escola. Formação de Professores. Medicamentos. Roda de Conversa.

Capítulo 8. Drogas. Afeto. Roda de Conversa. Vulnerabilidade. Angra dos Reis. Abordagens sobre Drogas.

Capítulo 9. Fórum. Álcool. Drogas. Formação de Professores. Profissionais de Ensino.

Capítulo 10. Educação sobre Drogas. Samba. Música. Formação de Professores. *Cannabis*.

SIGLAS, TERMOS E ABREVIACÕES

Abramd – Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudo sobre Drogas

Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

Abrapep – Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção da Saúde

CEDAB – Colégio Estadual Doutor Alfredo Backer

CEPAP – Colégio Estadual Professora Antonieta Palmeira

CESA – Colégio Estadual Sousa Aguiar

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

D.A.R.E. – *Drug Abuse Resistance Education*

DESEJA – Projeto Drogas, Educação, Saúde e Educação de Jovens e Adultos

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

Fundação Cecierj – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a distância do Estado do Rio de Janeiro

GIEESAA – Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte

GIMEnPEC – Grupo Interinstitucional e Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências

GT – Grupo de Trabalho

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

LDBEN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

LEAS – Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde

Nepsis - Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias

NDRI - *National Drug Research Institute*

Niap – Núcleo Interdisciplinar de Apoio Às Unidades Escolares

PERAE - Programa de Estímulo à Saúde e Redução de Riscos Associados ao Uso de Álcool Aplicado ao Ambiente Escolar

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

Projad - Programa de Assistência ao Uso indevido de Drogas

PGEBS – Programa de Pós-Graduação de Ensino em Biociências e Saúde

Seeduc/RJ – Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

Sepredeq – Secretaria de Prevenção à Dependência Química do Rio de Janeiro

SME – Secretaria Municipal de Educação

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ungass – *United Nations Office on Drugs and Crime*

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

Senad – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SHAHRP - *School Health and Alcohol Harm Reduction Project*

TCTs - Temas Contemporâneos Transversais

TDA/H – Transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade

SUMÁRIO

SEÇÃO I – HISTÓRIAS E AÇÕES EM EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS . . . 22

CAPÍTULO 1 – PALAVRAS INICIAIS SOBRE A ABRAMD EDUCAÇÃO: UMA SÍNTESE HISTÓRICA 23

Helena Maria Becker Albertani

CAPÍTULO 2 – O RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NO CONTEXTO NACIONAL DA VIRADA DO SÉCULO XX AO XXI. 30

Maria de Lourdes da Silva e Francisco José Figueiredo Coelho

CAPÍTULO 3 – INICIATIVAS PREVENTIVO-EDUCATIVAS SOBRE DROGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A REDUÇÃO DE DANOS COMO ENFOQUE PEDAGÓGICO NORTEADOR. 51

*Francisco José Figueiredo Coelho, Maria de Lourdes da Silva,
Priscila Tamiasso-Martinhon e Célia Sousa*

CAPÍTULO 4 – JOGO DA ONDA DIGITAL: UM CONVITE AO DEBATE SOBRE O USO DE DROGAS 64

Simone Monteiro e Francisco José Figueiredo Coelho

SEÇÃO II – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS OFICINAS DA I ABRAMD EDUCAÇÃO RJ 76

CAPÍTULO 5 – OFICINA SOBRE O USO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA 77

Tatiana de Castro Amato

CAPÍTULO 6 – REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E HABILIDADES PARA A VIDA. 85

Liana A. Romera e Gelsimar José Machado

CAPÍTULO 7 – MEDICALIZAÇÃO NA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE UMA RODA DE CONVERSA	95
<i>Tiago Coutinho</i>	
CAPÍTULO 8 – CONSTRUINDO AFETOS NAS ABORDAGENS SOBRE DROGAS	104
<i>André Luiz Bastos Deboul e Márcia Cristina de Souza</i>	
CAPÍTULO 9 – FÓRUM ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	120
<i>Cláudio Francisco Cruz e Marcia Helena da S. Mendes</i>	
CAPÍTULO 10 – PARA PLANTAR ALGO CRÍTICO COM BEZERRA DA SILVA: O USO DA MÚSICA “A SEMENTE” EM UMA OFICINA SOBRE CANNABIS COM PROFESSORES.	135
<i>Vinicius Motta da Costa, Francisco José Figueiredo Coelho e Marcelo Diniz Monteiro de Barros</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	146
SOBRE OS ORGANIZADORES	148
SOBRE OS DEMAIS AUTORES.	148

SEÇÃO I

HISTÓRIAS E AÇÕES EM EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS

CAPÍTULO 1

PALAVRAS INICIAIS SOBRE A ABRAMD EDUCAÇÃO: UMA SÍNTESE HISTÓRICA

Helena Maria Becker Albertani

Primeiros passos

Quando a Abramd foi criada, em setembro de 2005, tornou-se realidade o desejo de muitos estudiosos e profissionais de ter uma associação na qual se pudesse pensar livremente e atuar sobre o uso de drogas de forma aberta, crítica, atualizada e multidisciplinar.

Nesse início, havia uma intensa troca de mensagens pela internet nas quais eram expressas ideias, sentimentos, dúvidas e propostas para a associação. Muitas pessoas demonstravam seu interesse em discutir a questão das drogas com o olhar da educação. Falava-se em prevenção na escola, mas profissionais não diretamente vinculados à educação formal também mostraram o desejo de participar do debate.

Com isso, tornou-se claro que havia um espaço para a reflexão sobre os desafios que o tema drogas traz para quem trabalha ou se preocupa com a educação, em todas as suas dimensões.

Passadas poucas semanas da existência da Abramd, já tínhamos um grupo (on-line) de 44 pessoas interagindo

e dispostas a continuar a discussão sob a ótica da educação. Gente de SP, RJ, MG, RS, MT e até de fora do Brasil.

As pessoas não se conheciam pessoalmente, ou “achavam” que não se conheciam. Foi, então, marcado um encontro apelidado “Café do Conhecimento”, numa cafeteria de São Paulo. Vários interessados se reuniram em um feliz fim de tarde no início de novembro de 2005, quando a Abramd contava apenas 45 dias da assinatura da sua Ata de Fundação. Assim surgiu a Abramd Educação, o primeiro grupo temático da associação que se mantém até hoje.

O que mais nos animou, desde o começo, foi constatar o reconhecimento da importância da Educação na área de drogas e a possibilidade de trabalhar, solidariamente com todas as áreas do conhecimento, para concretizar em ações nossa crença de que “educar é prevenir” e de que o desenvolvimento da autonomia, na perspectiva da Redução de Danos, é o alicerce deste processo.

Grupos com esta visão começaram a se reunir em São Paulo e no Rio de Janeiro e, já no início de 2007, foi realizado em SP o I Encontro de Educação da Abramd. Com 8 horas de duração, foi o primeiro evento público e de grande porte promovido pela Abramd, com cerca de 300 participantes, entre educadores e outros profissionais, de diferentes regiões do estado de São Paulo e de vários estados brasileiros.

Nesse encontro, que contou com a presença de toda a diretoria da Abramd, foi formulada, pelo então Vice-Presidente, Marcelo dos Santos Cruz, a frase que ainda nos enche de orgulho: “A Abramd se apresenta pelas mãos da Educação”. Simbólico marco para uma crença tão cara a nós, educadores: a necessidade da valorização da educação, em todos os níveis, para o desenvolvimento social e político do

país (o que, infelizmente, não vem sendo reconhecido nem colocado em prática no Brasil). “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, diz Paulo Freire, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, *Pedagogia da Indignação*, p. 31).

Princípios norteadores da Abramd Educação

Embora a prevenção apareça na legislação e em propostas de políticas públicas, é preocupante a falta de continuidade e de coerência entre as ações sobre drogas e prevenção nos níveis federal, estadual e municipal. Muitos projetos e propostas nem sequer são conhecidos pelos educadores e a maioria não sai do papel. Nosso principal questionamento, no entanto, é o fato de as iniciativas (com poucas exceções) terem um caráter retrógrado e ineficiente quanto às concepções de educação e de uso de drogas, fundamentando-se na “guerra às drogas” e principalmente no proibicionismo.

Discussões, estudos e experiências individuais e do grupo da Abramd Educação, trabalhos junto a escolas públicas e privadas, educação social, em comunidades e com crianças e adolescentes em situação de rua foram dando consistência às concepções que fundamentam nossas ações.

Com base na percepção do sentido comum de educação e prevenção e na ideia de educação libertadora de Paulo Freire, consideramos como principal foco para o trabalho preventivo a construção de uma vida autônoma, produtiva e feliz, socialmente comprometida com a transformação da sociedade.

As ações da Abramd Educação levam em conta a complexidade do uso de drogas e consideram a busca da redução de vulnerabilidades para o consumo de risco, como

integrante da educação de qualidade – direito essencial de todas as pessoas.

Nessa perspectiva, o objetivo da prevenção, como o próprio objetivo da educação, é auxiliar as pessoas, bem formadas e informadas, desenvolverem a sua capacidade de decisão para fazerem escolhas que favoreçam a sua saúde individual e coletiva, ao longo da vida.

No âmbito da educação escolar, a prevenção é uma ação coletiva dos educadores, integrada ao processo pedagógico, realizada (no caso de crianças, adolescentes e jovens) “coletivamente” e que, por isso, requer metodologias e práticas específicas que possam ser desenvolvidas em grupos dentro do contexto da instituição educacional.

Essas reflexões incentivam a promoção e a participação em eventos, congressos, simpósios, seminários, reuniões em escolas e comunidades, construção de textos para obras sobre drogas e assessoria a projetos.

Linhas de atuação da Abramd Educação

Entre as ações, as quais os membros da Abramd Educação têm se dedicado nos últimos anos, podemos destacar:

- Participação em reuniões mensais (abertas a outros interessados), para discutir temas relacionados à prevenção e a outras questões sociais, políticas e educacionais;
- Presença contínua (individualmente ou como grupo) nos movimentos, ações, manifestos, conselhos sobre drogas, inserção em órgãos públicos

- e implantação de políticas coerentes com a visão de Educação/Prevenção;
- Discussão com diferentes parceiros e interlocutores de outras áreas sobre a prevenção escolar e seus princípios: como trabalhar a prevenção do uso de drogas com crianças e adolescentes, ações redutoras de vulnerabilidade na prevenção;
 - Participação e promoção de ações que refletem sobre questões específicas como a exclusão, a vulnerabilidade, os modos de vida de crianças, adolescentes e jovens que moram ou circulam pelas ruas;
 - Contribuição em pesquisas e relatórios referentes ao uso de drogas por estudantes, parcerias com universidades, Fiocruz, IBGE, Ministérios da Saúde e da Educação, documentos da Ungass (2016), entre outros;
 - Parceria com as secretarias de Educação de vários municípios e estados para colaboração, reflexões e promoção de eventos;
 - Realização de rodas de conversa da Abramd Educação SP com educadores nas próprias escolas, em parceria com membros de universidades, estabelecendo diálogos;
 - Participação em eventos de profissionais de outras áreas como reuniões do Proad (Unifesp) e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, para discussão do tema das drogas sob a perspectiva da Redução de Danos e desenvolvimento humano;

- Grupo de Trabalho – “Rede de profissionais com ações na área de educação” no VI Congresso Internacional da Abramd – 2017 (integrando trabalhos de SP, ES, MG, PE, SC, RS, RO);
- Grupo de Trabalho – “Educação sobre Drogas e saúde mental nas escolas” no VII Congresso Internacional da Abramd – 2019;
- Proposta da Abramd Educação com representantes de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em parceria com a Abrapep (Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção da Saúde).

Encontros de Educação da Abramd

Tendo como base a produtividade e a excelente repercussão do I Encontro de Educação da Abramd (2007), em São Paulo, foram realizados, no mesmo estado, mais três Encontros, todos em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Foram eventos igualmente significativos, nos anos de 2011, 2016 e 2018.

Em agosto de 2019 foi realizado o I Encontro da Abramd Educação no Rio de Janeiro, em uma parceria da Abramd Educação Rio com a UERJ, a UFRJ, a Fiocruz e diferentes Secretarias de Educação do Estado e suas escolas públicas.

Perspectivas

Embora nem todos os momentos do nosso percurso tenham sido fáceis e tenham contado com numerosos parti-

cipantes, nunca esmorecemos. Temos consciência de que os resultados, como na educação, em muitos casos, são invisíveis em curto prazo.

Com alegria constatamos que nos últimos anos a Abramd Educação tem se ampliado e vínculos vêm sendo estabelecidos entre pessoas de diferentes estados (SP, RJ, ES, MG, RS, entre outros) onde existem grupos de educadores estudiosos, participativos e construtores de reflexões e práticas inovadoras sobre a questão da Educação/Prevenção.

Todos nós, antigos ou novos membros desta equipe de educadores, vemos com esperança e confiança a formação de uma grande rede que, com o apoio do conjunto dos membros da Abramd, pode fazer a diferença no desenvolvimento de pessoas autônomas e na educação do nosso país.

CAPÍTULO 2

O RIO DE JANEIRO E A EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NO CONTEXTO NACIONAL DA VIRADA DO SÉCULO XX AO XXI

Maria de Lourdes da Silva

Francisco José Figueiredo Coelho

Propostas de políticas para a Educação resultam de contextos sócio-históricos precisos e guardam com eles relação de expressão concreta do jogo de forças implicado. O que se materializa em termos legais condensa o embate com ganho de causa nem sempre fácil de distinguir, mas quase sempre envolto em argumentos muito acessíveis, com capacidade de agregar ajuizamentos imediatos, sem objeções mais profundas. Contribuem para isso, conjuntos de termos e enunciados cujos sentidos deslizam conforme as situações concretas onde emergem e se instalam. Em breve retrospecto, por exemplo, a década de 1920 viveu inúmeras reformas educacionais localizadas em diferentes estados, tendo à frente Sampaio Dória (São Paulo, 1920), Lourenço Filho (Ceará, 1922-1923), Anísio Teixeira (Bahia, 1924), Fernando Azevedo (Distrito Federal 1927-30), entre as principais reformas do ensino à época, que buscavam equalizar as demandas político-sociais de uma década marcada

por profundas mobilizações sociais e crises políticas. Tais reformas definiram a educação como etapa indispensável à formação do brasileiro, por ser o espaço da modelagem do cidadão enquanto ente social que participa da construção da nação.

A Era Vargas consolida esse projeto de educação em âmbito nacional, orientado a formar o cidadão trabalhador, aquele que contribui para tornar o Brasil Moderno e industrial. A adoção dos princípios escolanovistas¹ colocava a educação de caráter nacional na linha de frente dos projetos organizadores do novo Brasil, que expurgava o atraso pela via da formação escolar. Essa educação de cunho liberal pregava a democracia e seus instrumentos formais como meios legítimos de participação não apenas social e política, mas também econômica dos trabalhadores. As oportunidades seriam dadas aos que se preparassem para elas percorrendo os diferentes níveis de ensino com sucesso. O mercado de trabalho e a sociedade acolheriam aqueles que fizessem por merecer. De modo breve, esse exemplo mostra como a educação é usada para mediar crises oferecendo, a cada contexto, meios de oportunidade de participação na sociedade legitimados por valores e visões de mundo capazes de catalisar interesses múltiplos por seus sentidos diversos.

1 O termo refere-se aos educadores que defendiam as propostas da Escola Nova ou Escola Ativa. Trata-se de um movimento que propunha uma renovação da educação em seus métodos e finalidades, em contraposição à educação tradicional, assim chamada pelos renovadores. A Escola Nova chega ao Brasil no final do século XIX, mas se consolida nas primeiras décadas do século XX. Para além das renovações pedagógicas propostas, ele se assenta nos pressupostos liberal-democráticos na medida em que apresenta os fundamentos para uma educação pública, gratuita, laica e obrigatória está no cerne dos processos de ampliação e consolidação da ordem burguesa.

Um exemplo mais recente pode ser visto na reforma do ensino médio. Após as manifestações de 2013 e as ocupações das escolas públicas secundárias em 2015 e 2016, veio, em 2017, a reforma do ensino médio. Proposta unilateral, envolta em escassa discussão com a sociedade, a pretexto de oferecer liberdade de oportunidades e qualidade de ensino a reforma postulou flexibilização do currículo e tempo integral. Na prática, a proposta mencionada acima configurou a exclusão de conteúdos sob a pecha da liberdade dos alunos na escolha de percursos formativos sob a justificativa de oferecer qualidade de ensino e respeito às diferenças entre os jovens, já que os estudantes se ocupariam mais com disciplinas de seu interesse, não sendo obrigados a estudar o que não teria relevância para eles. O resultado geral é a diminuição do núcleo comum de componentes curriculares obrigatórios e o aprofundamento da fragmentação do processo formativo. Tais mudanças são apresentadas sob a roupagem da liberdade, do respeito às diferenças e do fim da obrigação de aprender o que não faz sentido, o desnecessário.

A distribuição do conhecimento como direito é subjugado ao direito de todos poderem fazer escolhas sobre o que aprender segundo prerrogativas pessoais. Nesse arranjo, o reconhecimento das diferenças concretas põe em xeque a igualdade como direito abstrato. O direito de todos à educação é subsumido no princípio do respeito às diferenças. A igualdade, enquanto valor abstrato – necessário à elaboração do sentido isonômico da humanidade que sustenta a causa da justiça social –, como princípio e meta a atingir, é subordinado ao que passa a ser entendido como direito subjetivo à educação, enquanto princípio que

norteia as vontades individuais que criam demandas para o Estado (MACEDO, 2015). O interesse comum de respeito às diferenças, presente nas contestações profusas das manifestações mencionadas, pôde ser capitalizado pelas reformas promovidas pelo Estado, como a do ensino médio, que, supostamente, atendeu aos anseios particulares por liberdade de escolha.

Como diz Saviani (2012), mudanças de caráter técnico-pedagógico podem distanciar o sentido político da educação. Tal reforma, que aparece como resposta democrática àquelas demandas, indica como a escola irá preparar e dispor seu contingente à participação social e política. Fragmentando, supostamente abrindo espaço ao acolhimento dos interesses privados, priorizando a preparação para o mercado de trabalho, distanciando os estudantes das reflexões sistemáticas disparadas pelos conteúdos dos componentes curriculares agora opcionais. Essa educação despolitiza a formação, enquanto esculpe habilidades e competências socioemocionais de adequação dos estudantes às exigências neoliberais.

Pensando a fórmula exposta, segundo a qual o Estado responde às tensões sociais com argumentos convergentes às demandas em circulação, não é difícil compreender como o enunciado “diga não às drogas” – outro exemplo, esse já no campo das políticas educacionais sobre drogas – cumpriu com eficiência sua função abstinente e punitivo-repressiva no auge da política de guerra às drogas, em meio ao crescimento de confrontos violentos que contrapunham, mais claramente do que hoje, norma e crime, polícia e bandido, certo e errado. O suporte pedagógico do enunciado impli-

cava – como ainda implica – em não ser possível prescindir da vontade de quem iria dizer não às drogas. Dizer não só pode ocorrer por vontade própria. Esse é o arcabouço de programas que trabalham hoje com o princípio das escolhas assertivas e responsáveis.

Matura-se nesse contexto dos anos 1970-1990 esses fundamentos, o da Pedagogia das Competências. Ambiente das mudanças tecnológicas que alteram a configuração do mundo do trabalho com o aprofundamento da automatização das linhas de produção, da eliminação dos postos de trabalho e da necessidade de redefinir a qualidade profissional apta a ocupar os postos restantes, que passam a ser mais disputados. A qualificação, de caráter social e multidimensional, deixa de ser conceito-chave à conquista do emprego, cedendo espaço às características e capacidades individuais sem necessariamente ter relação com a qualificação adquirida na educação formal. Essas novas exigências reconfiguram a escola, que passa a mediar formação de identidades independentes, capazes de elaborar projetos pessoais, mas resilientes o bastante para adaptar-se a viver em um mundo instável, em constantes mudanças (RAMOS, 2001).

Trata-se da necessidade real de desenvolvimento de estratégias socioemocionais como subsídio de proteção ao alastramento do capitalismo neoliberal, de fortalecimento da autonomia individual atrelada à capacidade de cada um fazer escolhas e se responsabilizar por elas, de aprimoramento das qualidades individuais como capital pessoal e atributo de valor no mercado de trabalho. É nessa direção que a escola deve cumprir seu papel.

No estágio atual de aprofundamento do modelo econômico neoliberal e de seus modos de impactar a vida das pessoas, uma educação humanizada e contemporânea vê-se aderida, cada vez mais, à Pedagogia das Competências, que se transmuta em autonomia crítica e libertadora, graças às formas de apropriação que promovem os aderidos ao produzir deslizamentos nos sentidos dos enunciados onde o termo competência comparece.

No que diz respeito à Educação sobre Drogas, as políticas educacionais recentes se instalam nesse primado e conduzem, de modo a fazer convergir, interesses políticos e demandas sociais conservadoras tomadas como expressão da vontade geral. É com essas problematizações teóricas que passamos à análise da educação para as drogas no Rio de Janeiro considerando o contexto legal da educação nacional.

O Rio de Janeiro tem sido palco dos mais implacáveis conflitos sociais decorrentes diretamente da guerra ao tráfico de drogas. A realidade gerada pela violência desses confrontos faz parte do cotidiano da cidade há várias décadas e tem se alastrado pelas diversas regiões do estado, interferindo, direta ou indiretamente, nas dinâmicas dos grupos sociais e no funcionamento das instituições sociais – notadamente a instituição escolar – instaurando uma rotina de medo e insegurança. Segundo estatísticas sobre tiroteios, na região do Grande Rio, notificados no site Fogo Cruzado,

Com uma média de 22 tiroteios/disparos de arma de fogo por dia, a plataforma Fogo Cruzado registrou 6.059 tiros na região metropolitana do Rio até 31 de setembro de 2019. [...]. Do total das 6.214 escolas da rede

pública e privada de todos os 21 municípios que fazem parte da região metropolitana do Rio, o equivalente a 22% (1.372) foram afetadas por tiroteios no seu entorno durante o período letivo (FOGO CRUZADO, 11/10/2019).

Em outras regiões do estado também convivem com esse estado de medo e insegurança. O município de Angra dos Reis, por exemplo, palco de ações espetaculosas do governador do estado², tem vivido um cotidiano de guerra na cidade desde que as organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas resolveram migrar para o balneário e utilizá-lo como rota de entrada da mercadoria. Nos dois cursos oferecidos por nossa equipe para professores naquele município³, ouvimos relatos de profissionais aflitos com a rotina recém-estabelecida no lugar, em tudo semelhante às vidas pelas comunidades do município do Rio de Janeiro.

Aprendemos a justificar a violência impetrada pelo Estado como forma de ação política e meio de defesa da população e vimos crescer a brutalidade das investidas da polícia tanto quanto vimos assistindo ao crescimento do comércio e do consumo das drogas na cidade e no estado para muito além das zonas consagradas à ação violenta dessa corporação.

2 Em maio de 2019, foi amplamente noticiada a participação do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, em uma ação policial realizada pela Coordenadoria de Recurso Especiais, o Core, da Polícia Civil, em diversas comunidades de Angra dos Reis, na Costa Verde do Rio de Janeiro. Na ocasião, o governador disparou dez tiros com uma metralhadora em uma tenda religiosa enquanto sobrevoava a região em um helicóptero.

3 No primeiro semestre de 2019 nossa equipe ofereceu o curso Prevenção sobre Drogas: caminhos possíveis. No segundo semestre ofereceu o curso Educação, Saúde e Cidadania em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis.

Os confrontos pelo controle das bocas varejistas de fumo localizadas em áreas pobres e desassistidas de vários serviços públicos têm sido mote para as infundáveis ações truculentas e repressivas do Estado, justificadas pela lógica do extermínio ao comércio e ao consumo das drogas. Essas contendas têm impactado perversamente no dia a dia das escolas, tanto públicas quanto privadas, as quais precisam encontrar meios de administrar situações que envolvam não somente a venda e o consumo de drogas, mas o conjunto de significações socioculturais que está enredado na construção das identidades individuais e sociais dos estudantes, profissionais da educação e comunidade. O modo como as práticas sociais significam e reverberam sentidos acerca das drogas demonstra o quanto estão arraigadas no modo de vida da população, nas expressões culturais, nas manifestações coletivas do cotidiano um conjunto de percepções e entendimentos difusos e contraditórios, resultado das estratégias de represamento de certas informações e conhecimentos sobre o tema em detrimento de outros, o que, ao fim e ao cabo, tem corroborado para a manutenção do medo, preconceitos, desinformação e processos de exclusão.

Atualmente, a realidade supramencionada não é exclusiva do Rio de Janeiro, embora a primeira organização criminosa, surgida no interior das condições das instituições prisionais do estado, tenha se consolidado no controle do tráfico de drogas⁴. Esse dado corrobora para explicar o péssimo desempenho do estado nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb na última década, especialmente, se aliado aos dias de aulas interrom-

4 Como se sabe, a primeira organização criminosa a se ocupar do tráfico de drogas no Brasil nasceu no Complexo presidiário da Ilha Grande, A Falange Vermelha.

pidos e/ou perdidos a cada período letivo em razão dos confrontos decorrentes da guerra às drogas.

Considerando o aparato legal de caráter nacional instituído no campo educacional, na virada do século XX ao XXI, mais precisamente desde o lançamento da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997) e da Lei de Drogas 11.343/2006, a educação para as drogas não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o país, viveu um período constitucional em que havia espaço às manifestações das diferentes correntes de abordagens às drogas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, por exemplo, indicavam importante flexibilidade na abordagem da temática das drogas no espaço escolar por meio do tema transversal saúde. Sem mencionar abstinência ou Redução de Danos, essa legislação apontava para a necessidade imperiosa de a escola abrir espaço às discussões sobre os usos problemáticos e abusivos das substâncias psicoativas, o que, na prática, propiciava abertura às diferentes abordagens, incluindo a Redução de Danos (RD).

Os PCN possibilitaram à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) desenvolver ações educativas menos pressionadas pelo que determinava a Lei de Drogas vigente à época, lei nº 6368/76, cujas orientações educativo-preventivas tinham caráter, exclusivamente, abstinente, repressivo e punitivo. Os cursos de prevenção para professores, assim como os materiais didáticos e paradidáticos desenvolvidos pela Senad⁵ apontam para posições

5 Curso de PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS para Educadores de Escolas Públicas (2003-2014);

compreensivas das drogas e seus consumos, com adoção de caminhos que problematizam preconceitos, exclusão, repressão, punição, colocando a sociedade e suas organizações no horizonte das discussões propostas.

Por outro lado, mas ainda no quadro do jogo democrático, os PCN também deram ensejo a demandas conservadoras que pleiteavam inclusão obrigatória de disciplinas e/ou atividades nas escolas voltadas ao tema e adotando o proibicionismo como orientação. Entre 1999 e 2016, o Congresso Nacional, até onde pudemos apurar, havia recebido 24 Projetos de Lei (PLs) propondo disciplinas ou programas ou campanhas sobre a matéria⁶, dois dos quais propunham que o Proerd⁷ fosse adotado como programa obrigatório nas escolas públicas do ensino fundamental

6 São eles: PL 434/99, de autoria do Dep. Magno Malta; PL nº 3.099, de 2000, de autoria do Dep. POMPEO DE MATTOS; PL nº 5.433, de 2001, autor do Dep. NILSON MOURÃO; PL nº 6.472, de 2002, de autoria do Dep. JOSÉ CARLOS COUTINHO; PL nº 3.508, de 2004, autor do Dep. CARLOS NADER; PL nº 4.778, de 2005, também de autoria do Dep. CARLOS NADER; PL nº 5.620, de 2005, autor do Dep. VICENTINHO; PL nº 6.256, de 2005, de autoria do Dep. REMI TRINTA; PL nº 584, de 2007, autoria da Dep. ALICE PORTUGAL; PL nº 601, de 2007, de autoria do Dep. CARLOS ABICALIL; PL nº 816, de 2007, autor do Dep. CARLOS ABICALIL, PL nº 2.642, de 2007, de autoria do Dep. PROFESSOR VICTORIO GALLI; PL nº 3.925, de 2008, autoria do Dep. MILTON MONTI; PL nº 5.689, de 2009, de autoria do Dep. ACÉLIO CASAGRANDE; PL nº 6.736, de 2010, autor do Dep. EDMAR MOREIRA; PL nº 2.340, de 2011, de autoria do Dep. HEULER CRUVINEL; PL nº 3.286, de 2012, autor do Dep. JORGE CORTE REAL; PL nº 3.420, de 2012, de autoria do Dep. EDUARDO DA FONTE; PL nº 4.453, de 2012, autoria do Dep. WELLINGTON FAGUNDES; PL nº 8.073, de 2014, de autoria dos Deps. ANDRÉ MOURA e TAKAYAMA; PL nº 2.580, de 2015, autor do Dep. RONALDO CARLETTO; PL nº 3.322, de 2015, de autoria do Dep. MARCELO ARO; PL nº 3.716, de 2015, autor do Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM; PL nº 5.020, de 2016, de autoria do Dep. VITOR VALIM (SILVA, CUNHA-SILVA, 2019).

7 Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, adiante comentado.

com o mesmo formato, ou seja, sendo aplicado por policiais militares. Essa tendência aumenta consideravelmente após a lei nº 11.343, de 2006 - só em 2007 foram apresentados 4 PLs ao Congresso Nacional (Ver nota 2). Dos PLs apresentados por parlamentares do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2005, dois propunham campanhas antidrogas nas escolas como forma de dirimir os tabus sobre o tema e promover discussão, e o terceiro propunha ensino sobre as drogas na escola básica.

Não podemos esquecer que o estado do Rio de Janeiro deu, no início da última década do século XX, sua contribuição mais longeva até o momento à educação para as drogas, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd. Idealizado pela polícia americana de Los Angeles com o nome de *Drug Abuse Resistance Education* – D.A.R.E., em 1984, foi trazido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com apoio da corporação americana que ajudou no treinamento dos primeiros 80 instrutores da versão brasileira do programa, dando início às suas atividades em 1992 (SOARES, 2000). Desde então o programa foi nacionalizado, reforçado pela ideologia da “guerra às drogas” e pela boa aceitação entre aqueles educadores que não se sentiam confortáveis ou seguros para tratar do assunto em sala de aula (SILVA, 2019; COELHO; MONTEIRO, 2017).

O programa foi interrompido entre os anos 1995 e 1998, quando o Gen. Nilton Cerqueira assumiu a Secretaria de Segurança do estado no governo de Marcelo Alencar e o substituiu por ações mais repressivas. Considerado um programa preventivo inovador à época, o Proerd se definiu

como um programa cujo objetivo é evitar o primeiro contato de crianças, adolescentes e jovens com as drogas. Ao propor o abstencionismo às drogas como meta, conforme explica a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, no folheto sobre o programa, “Nossas crianças longe das drogas” (MUSUMECI, 2000, p. 52), o programa dizia enfatizar a função preventiva da polícia e buscar aproximação do policial com a população, por meio do contato com as famílias e os educadores. Mas, já naqueles primeiros anos,

a ideia, um tanto irrealista e culturalmente duvidosa, de evitar o primeiro contato com as drogas, através de mecanismos de resistência à pressão do grupo, vem sendo substituída pelo trabalho preventivo, de levantamento de problemas locais e de soluções que envolvam polícia, escola e comunidade (SOARES, 2000, p. 17).

Quando foi, momentaneamente, interrompido em 1995⁸, o programa já estava presente em 42 municípios do estado do Rio de Janeiro e havia atendido mais de 65 mil crianças e jovens (SOARES, 2000, p. 17). Desde que foi retomada, em 1997, até hoje, ele está presente em todos os 93 municípios do Rio de Janeiro, possui mais de 240 instrutores em ação e, além de não ter conseguido cumprir o propósito de aproximar o policial da população, acabou confundindo a proposta de levantamento dos problemas locais e busca de soluções negociadas com a indevida coleta de informações sobre os costumes daquelas populações associada à ações mais intimidativas do que preventivas.

8 O programa é retomado em 1997.

Outro ponto a destacar é que o programa tem assegurado o distanciamento entre o recente conhecimento científico produzido sobre as drogas dos seus conteúdos. Em que pese o fato dele ter sofrido alterações ao longo desses anos, o que resultou na modificação de sua abordagem e metodologia⁹, não houve, contudo, modificação de sua ação repressivo-punitiva de modo significativo. A opção pela “Pedagogia das Competências”, trouxe sobrevida ao Proerd e uma roupagem “contemporânea”, bastante ajustada aos tempos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, adiante comentada, em seus subsídios e orientações às escolhas pessoais dos jovens.

Em 2015, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj apresentou o relatório final da comissão de um inquérito parlamentar criado para apurar sobre uma possível epidemia de crack no estado do Rio de Janeiro¹⁰. No relatório final desta CPI “destinada a investigar e apurar as causas e consequências do consumo de crack no estado do Rio de Janeiro”¹¹, a proposta educativa não vinha da secretaria de educação do estado, mas da Secretaria de Prevenção à Dependência Química do Rio de Janeiro – Sepredeq¹², criada em 2013, e que trabalhava para tornar as comunidades terapêuticas como modelo de atendimento no estado. No mesmo relatório, entre as ações para prevenção ao uso do crack no estado do Rio de Janeiro, o secretário da Sepredeq

9 Foram três modificações realizadas pelo programa original americano, D.A.R.E.

10 D.O.E.R.J. de 18 de dezembro de 2015.

11 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diaRios/106432426/do-erj-poder-legislativo-16-12-2015-pg-15>. Acesso em: 8 jul. 2020.

12 Hoje a Sepredeq está incorporada a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

destacou, em primeiro lugar, a prevenção ao uso de drogas nas escolas, cujo foco seria o desenvolvimento das “habilidades para a vida” entre os jovens. O secretário propôs o projeto “Tosco em Ação”, complementado pelos programas Programa Educacional de Resistência às Drogas/Proerd e o programa Papo de Resposta¹³, das Polícias Militar e Civil, respectivamente, ambos já em execução à época. Juntos, eles formavam uma frente de ação da secretaria para prevenção ao uso de drogas nas escolas. Nos casos em que as medidas preventivas não fossem suficientes, passava-se ao isolamento e segregação, buscando com isso, “auxiliar jovens usuáRios a evitar agravos de saúde e de outras consequências danosas a si e à sociedade”, conforme justifica o relatório final da CPI, quando prever encaminhamento às comunidades terapêuticas.

O Projeto “Tosco em Ação” foi criado pela Polícia Militar do estado do Mato Grosso do Sul, em 2011, e dentre os estados alcançados pelo projeto estava o Rio de Janeiro. Trazido pela Seprepeq, o projeto alcançou 21 municípios do estado entre 2015 e 2017. A particularidade do programa era trabalhar com as séries finais do ensino fundamental, 8º e 9º anos, séries não alcançadas pelo Proerd. Além disso, o programa Tosco em Ação foi pensado para ser aplicado pelos próprios professores e não por um policial militar. A capacitação destes foi oferecida pela própria Seprepeq em

13 O programa Papo de Resposta foi criado em 2013, pela polícia civil do Rio de Janeiro. Está vinculado à Delegacia de Combate às Drogas (DCOD), com sede na Cidade da Polícia, no bairro Jacarezinho. Segundo seu coordenador, o policial Beto Chaves, em 2015 o programa atendeu 30 municípios fluminenses e 1.428 pessoas visitaram o projeto na Cidade da Polícia. Foram feitas 157 reuniões pedagógicas com a presença de 595 diretores, coordenadores e orientadores pedagógicos e 113 Papos de Resposta com docentes, totalizando 3.532 professores.

parceria com a editora do livro. Segundo levantamento feito a partir das informações públicas no portal do governo do estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Seeduc, não participou diretamente, ficando essa capacitação dos professores, assim como o gerenciamento do programa, como incumbências da Sepredeg. O programa minguiu a partir de 2018, em razão dos escândalos envolvendo a Editora Alvorada, responsável pela publicação do livro Tosco (SILVA, CUNHA, 2020).

Aquele conjunto de leis educacionais federais, que garantia espaço à discussão sobre estratégias voltadas a diminuir os problemas relacionados às drogas no espaço escolar e a oferecer alternativas diferenciadas, buscando ampliar os resultados positivos, ou seja, aqueles que impactavam na diminuição das questões problemáticas, incluindo usos abusivos de drogas, está, praticamente, desmontado. Em 2019, foi lançada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e seus Temas Contemporâneos Transversais – TCTs, que alteram completamente as formas de abordagens ao tema no âmbito da educação formal, uma vez que o tema foi praticamente banido desses novos textos legais, a despeito de afirmarem que

nos últimos 20 anos, desde a década de 97, vem-se consolidando a proposta de uma educação voltada para a cidadania como princípio norteador de aprendizagens. Essa proposta orientou, portanto, a inserção de questões sociais como objeto de aprendizagem e reflexão dos alunos (BRASIL, 2019a).

Há uma única menção às substâncias psicoativas, no componente curricular de Ciências do 6º ano do ensino fundamental, onde se lê: “Explicar como o funcionamento do sistema nervoso pode ser afetado por substâncias psicoativas” (BRASIL, 2018, p. 345). Outra concessão é feita aos medicamentos, na chave das habilidades a serem trabalhadas no ensino fundamental, no âmbito dos componentes curriculares ciências e educação física. Os TCTs vêm sobrepor os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN com uma mudança importante em relação a este:

Diferentemente dos PCN, em que os Temas Transversais não eram tidos como obrigatórios, na BNCC eles passaram a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas (BRASIL, 2019).

É interessante compreender a estratégia de inserção obrigatória de questões sociais nos conteúdos dos componentes curriculares e, ao mesmo tempo, deixar de nomear as drogas como parte dessas questões sociais. A ancoragem das discussões sobre medicamentos no âmbito de temas precisos como os cuidados com a saúde corporal e a alimentação, por exemplo, traz outras entradas e tangências que não as drogas. Poderíamos tratar as drogas como caso omissis e seguir adiante mantendo o tema na pauta dos projetos políticos pedagógicos das escolas. Contudo, a Nova Política de Drogas, lançada por meio do Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, cumpre um processo de apagamento mais ostensivo quando retira a RD do rol das políticas públicas

do governo. Assim como a Lei de Drogas de 2006, instaura obrigações ao campo educacional, como formar e capacitar pessoal “em todos os segmentos”, organizar ações preventivas para “desestimular o uso” e “promover a abstinência” (BRASIL, 2019a). E ainda:

4.2.17. Propor a inclusão, na educação básica, média e superior, de conteúdos relativos à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, com ênfase na promoção da vida, da saúde, na promoção de habilidades sociais e para a vida, formação e fortalecimento de vínculos, promoção dos fatores de proteção às drogas, conscientização e proteção contra os fatores de risco. (BRASIL, 2019a)

Por decreto, o governo encerra o debate em curso quanto a Educação sobre Drogas nas escolas, dando ganho de causa não somente à obrigatoriedade desse conteúdo, como também decretando o proibicionismo como única abordagem.

Após o lançamento da Nova Política de Drogas, malgrado a condição desse decreto, por força unilateral do poder executivo, o número de projetos de lei sobre a matéria cresceu ainda mais no país nas diferentes instâncias normativas dos poderes legislativo e executivo. No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, aprovou o Projeto de Lei nº 846/19, de autoria do poder executivo do estado, que resultou na Lei nº 8.480. Publicada em 26 de julho de 2019, ela propugnava obrigatoriedade do Proerd nas “escolas públicas e privadas”, de todo o estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019).

Entretanto, um novo projeto de lei, de autoria do Deputado Coronel Selema, tramita na casa propondo algumas alterações ao texto inicial, tais como: 1 – substituição da condição de obrigatória pela de permanente, condicionado à solicitação das escolas interessadas e não inscrição compulsória destas; 2 – supressão da extensão dos benefícios aos progenitores e corpo docente, substituído pelos benefícios ao corpo discente; 3 – supressão da ideia de que o curso seria ministrado por policiais militares e professores, sendo esses últimos treinados para exercer tal função; 4 – mantendo a finalidade “diga não às drogas”, na proposta do Art. 4º, flexibilizado numa redação que inclui termos como “reflexão”, “escolhas”, “consequências” e “alternativas positivas”, como meios para ficar “longe das drogas”; 5 – supressão do inciso VI, do Art. 5º, que previa: “VI – elaboração de diagnóstico dos integrantes da comunidade escolar: identificando onde e como vivem, trabalham e realizam atividades de lazer e entretenimento”; 6 – inscrição das metas do currículo Proerd nos objetivos da lei em seu Art. 6º, que indica “autocontrole”, “autoconhecimento”, “lidar com desafios”, assim como “estabelecer relações positivas entre alunos, policiais militares, professores, pais e responsáveis legais”. Tais mudanças demonstram a inviabilidade do programa para a própria Polícia Militar do Rio de Janeiro, que não dispõe de pessoal para atender aos termos da lei do governador.

Publicadas no Doerj em 04/10/2019, essas alterações, se aprovadas, reduzirão os imperativos da Lei nº 8.480, sobretudo, no que representa de invasivo ao espaço escolar, aos professores e comunidades. A manutenção do Proerd como programa pRioritáRio à disposição das escolas, em caráter per-

manente, dá continuidade ao que determinou o relatório da CPI de 2015.

A militarização das escolas é um fenômeno em curso no Rio de Janeiro. Tanto o governo estadual quanto o municipal já aderiram ao projeto e caminham para sua concretização. Mais do que nunca é preciso manter opção ao proibicionismo como abordagem às drogas na instituição escolar e em qualquer outra instituição estatal e não estatal. Se os problemas sociais permanecem na agenda legal da educação, o debate sobre as drogas precisa comparecer, especialmente, apresentando alternativas ao discurso proibicionista. Ao que parece, as questões sociais dos textos legais mencionados não guardam correspondência direta com a realidade concreta, se configurando em uma abstração em que figura uma constelação de questões sociais seletiva e arbitrariamente ordenadas. Nesses textos, por exemplo, a diversidade e a pluralidade, tantas vezes mencionadas, cumprem função de manter a desigualdade concreta (na realidade) mais do que disseminar o princípio dos iguais abstratos, aquilo que compartilhamos enquanto humanidade (na letra da lei). A finalidade filosófica da educação, de constituir uma sociedade de “iguais na diferença”, cessa quando as diferenças aprofundam dessemelhanças e inviabilizam a alteridade. Assim, o tema das drogas não pode cair no silêncio delegado pela lei, no exclusivismo da abordagem da abstinência, na exclusão da dimensão político-crítica da educação (uma impossibilidade não apenas do domínio da lógica, como também do bom senso) – condição inerente aos processos formativos escolares.

É pensando nisso e nas frentes que precisam ser abertas no Rio de Janeiro que o presente volume se constitui. O I

Encontro Abramd Educação Rio teve por finalidade apresentar aos profissionais da educação formal e não formal do estado uma alternativa às políticas de drogas que se desenvolvem no âmbito federal e dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro. Acompanhando o movimento do grupo Abramd Educação de São Paulo, nós trouxemos essa proposta como oportunidade para os educadores do estado que quisessem se aproximar, conhecer e aprofundar o debate, construindo saberes no campo da educação sobre drogas, explorando estratégias de iniciativas pedagógicas e formativas e, sobretudo, resistindo a toda e qualquer forma de opressão e de analgesia aos exercícios de alteridade e empatia.

Referências

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC - Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **DECRETO Nº 9.761, DE 11 DE ABRIL DE 2019**. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.

COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S. Educação sobre Drogas: um olhar transversal rumo à democracia. *In: IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias*. Rio de Janeiro, 6, 2017, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.seminaRioredes.com.br/ixredes/adm/trabalhos/diagramados/TR311.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FOGO CRUZADO. **Mais de 1.300 escolas foram afetadas por tiroteios no grande Rio este ano**. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/levantamento-escolas-grande-Rio-2019/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MACEDO, E. Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educ. Soc., Campinas*, v. 36, n. 133, p. 891-908, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00891.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

RAMOS, M. N. **Pedagogia das Competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 5. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalanioeste/arquivos/phc/D_Saviani_Escola_e_democracia.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

SILVA, M. L.; CUNHA, D. F. Materiais (Para)didáticos, Políticas Educacionais sobre Drogas e Representações docente. *In*: MAIA, B; FILPO, K; VERISSIMO, M. **Administração de Conflitos no Espaço Escolar**: estudos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SILVA, M. L.; CUNHA, D. F. Projeto tosco em ação: entre professores a serviço de uma educação militarizada e a fabulação do adolescente que superou as drogas. *Revista HISTEDBR*, 2020 (no prelo).

SOARES, B. M. Experiências inovadoras em segurança pública no Rio de Janeiro durante os anos 1980-90 e programas em implantação no atual governo. *In*: MUSUMECI, L. (Coord.). **Reforma do Estado e Proteção Social**: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro. Projeto MARE-CAPES: Relatório Final. Grupo Rio/UFRJ, 2000. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/MARE-CAPES_04_Exper_inov_seg_RJ.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO. **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, Destinada a Investigar e Apurar as Causas e Consequências do Consumo de Crack no Estado**. (Resolução Nº 03/2015). D.O.E.R.J., 18/12/2015. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/165504664/resolucao-03-2015-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 7 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6.362 de 28 de maio de 2018. **Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências**. Legislação Municipal do Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/Rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2018/636/6362/lei-ordinaria-n-6362-2018-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CAPÍTULO 3

INICIATIVAS PREVENTIVO-EDUCATIVAS SOBRE DROGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A REDUÇÃO DE DANOS COMO ENFOQUE PEDAGÓGICO NORTEADOR

Francisco José Figueiredo Coelho

Maria de Lourdes da Silva

Priscila Tamiasso-Martinhon

Célia Sousa

Ao longo dos últimos 5 anos, diferentes iniciativas pedagógicas preocupadas com uma Educação sobre Drogas e uma Formação de Professores menos intimidadora e reducionista têm feito parte de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão coordenadas por diversas instituições públicas no Estado do Rio de Janeiro.

Neste capítulo, versaremos especificamente das ações desenvolvidas pelas Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj). Diferentes membros dessas instituições fazem parte do GT Interinstitucional Educação e Drogas, sob coordenação do GIEESAA (Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde,

Ambiente e Arte). Contudo, reconhecemos diferentes iniciativas como as do InEAC-UFF e as do NIAP (SME/RJ) que têm produzido trabalhos excelentes no campo da mediação de conflito e suporte às unidades escolares, parte delas preocupadas com a vulnerabilidade e ações preventivo-educativas na escola básica.

Exclusivamente centradas na Redução de Danos (RD), o Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) da Fiocruz nos parece – desde a década de 1990 – um marco referencial acerca da divulgação e das novas produções no campo da Educação sobre Drogas. Em relação aos investimentos no campo da Formação de Professores, sobretudo, ganhos significativos têm ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, potencialmente estabelecido pela instauração de parcerias.

Uma dessas iniciativas se refere às Formações continuadas on-line sobre Drogas centradas no modelo pedagógico de Redução de Danos (RD). O primeiro curso nesse formato foi o intitulado **Educação, Drogas e Saúde nas Escolas (EDS)** (figura 1), com sua primeira turma no ano de 2017 (COELHO, 2019). Resultado do Doutorado do Professor Francisco Coelho, essa foi a primeira ação de formação continuada totalmente on-line e gratuita para docentes da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro que, posteriormente, foi aberta para licenciandos e outros agentes pedagógicos e profissionais que desenvolvam ações preventivo-educativas interessados no assunto.

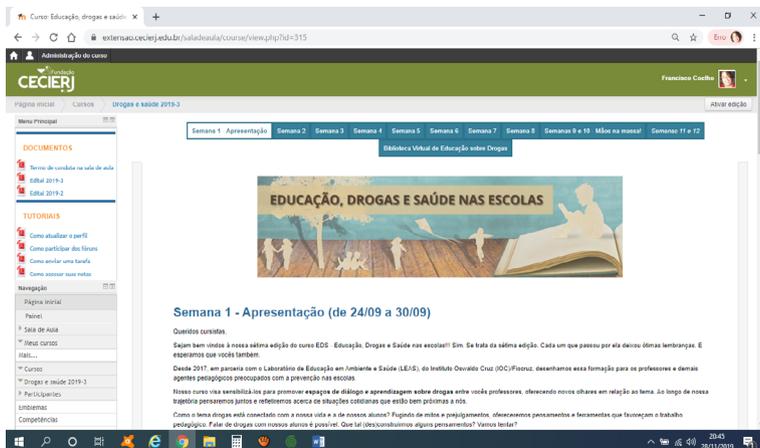


Figura 1 – Página do Curso Educação, Drogas e Saúde nas Escolas – 7ª edição (2019.3).

Fonte: Fundação Cecierj.

Na mesma vertente, foi desenvolvido o curso “Ciência por trás da *Cannabis*: do biológico ao social”, um curso de caráter introdutório que traz questionamentos relativos à relação natureza-cultura no domínio das ciências e dialoga com os cursistas sobre diferentes possibilidades pedagógicas de se conversar sobre a maconha na sala de aula, como ilustração da figura 2. Das ciências da natureza às humanas, a planta e suas drogas são vistas sem mitos e prejulgamentos. O curso teve sua segunda edição no ano de 2020, ocorrida nos meses de março a maio (2020.1).

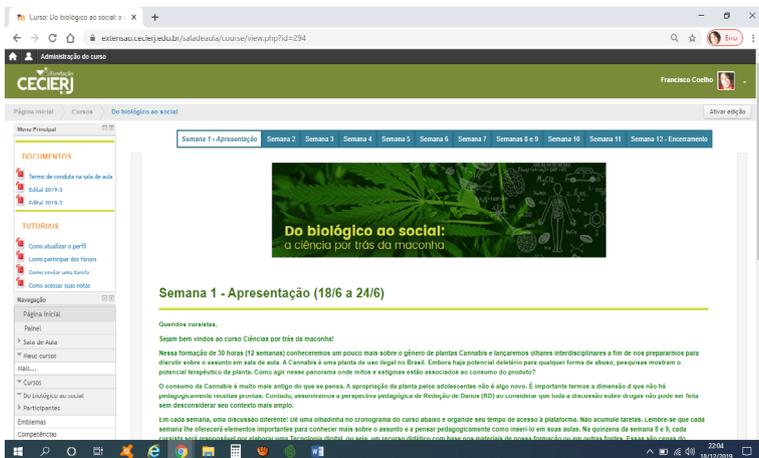


Figura 2 – Página do curso do biológico ao social: a ciência por trás da maconha – edição (2020.1).

Fonte: Fundação Cecierj.

Outras formações têm sido desenhadas, incluindo assuntos como automedicação e uso racional de medicamentos. Os cursos sobre drogas têm a duração de 3 meses (12 semanas). Atualmente, o curso conta com um sistema de tutoria voluntária, em que ex-alunos do curso são convidados a atuar como professores mediadores da formação, uma das aspirações descritas nos estudos de Coelho (2019) para a continuidade do curso no estado do Rio de Janeiro. Essas formações sobre drogas fazem parte dos cursos da área de prática docente oferecidos pelo Departamento de Extensão da Fundação Cecierj¹.

A formação EDS descrita, já em sua primeira edição em 2017, se preocupou em considerar as demandas dos professores cursistas. Parcela deles (COELHO, 2019) se

1 Suas ementas podem ser acessadas no site: <https://www.cecierj.edu.br/extensao/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

sentia desamparada e sugeriu que o curso produzisse um canal de contato, com diferentes ferramentas e materiais utilizados ao longo do curso. Resultante desse pedido, foi elaborado o site “Educação sobre Drogas”², como ilustração na figura 3. Com informações educativas, documentos oficiais e publicações, dicas de livros, filmes e charges que podem ser utilizadas em sala de aula. Outra novidade é o oferecimento de planos de aula para se trabalhar a temática drogas em contextos interdisciplinares e transversais. Embora de forma tímida, o site se converte em um canal especificamente para pessoas que desejam desenvolver intervenções preventivo-educativas sobre o tema. Contudo, apresenta uma linguagem acessível, estando disponível para estudantes e seus familiares.

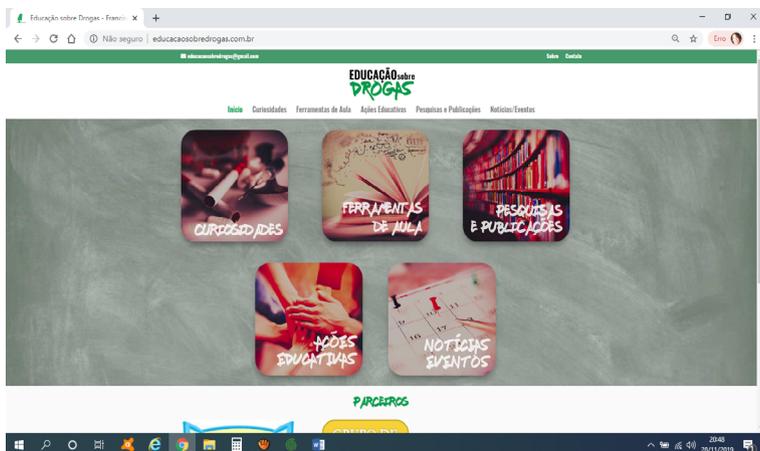


Figura 3 – Página do site Educação sobre Drogas.

Fonte: IGAPÓ DIGITAL. **Educação sobre Drogas**, s.d. Página Inicial. Disponível em: <http://educacaosobdrogas.com.br/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

2 Disponível em: www.educacaosobdrogas.com.br. Acesso em: 7 jul. 2020.

Também no ano de 2017, a professora Célia Sousa, coordenadora do GIEESAA, reestruturou os Grupos de Trabalho (GT), costurando novos eixos estruturantes. Nessa interface, dada a elevada produção acadêmica no campo da Educação sobre Drogas, a professora Célia Sousa convidou o Professor Francisco Coelho para coordenar o novo GT intitulado “Educação e Drogas”, anteriormente mencionado. Com isso, todos os trabalhos de Pesquisa e Extensão envolvendo o assunto drogas no âmbito pedagógico foram alocados nesse grupo.

Em meados de 2018, a parceria com o Grupo de Pesquisa Educação e Drogas-GPED, da Faculdade de Educação-EDU da UERJ – coordenado pela Professora Lourdes Silva – se consociou ao “GT interinstitucional Educação e Drogas”, como expresso na logo da figura 4. Isso culminou com uma Coordenação compartilhada pelos professores Francisco Coelho e Lourdes Silva. Diferentes profissionais atuantes na Educação compõem o grupo, todos em caráter de trabalho voluntário: estudantes de licenciatura, professores da educação básica e universidade, profissionais da saúde e outras áreas interdisciplinares se encontram e discutem diferentes propostas no GT, por meio de um grupo virtual no *Whatsapp* e um encontro mensal, aos sábados. Esses encontros, ressaltamos, também congregam as atividades relativas ao núcleo Abramd Educação Rio.



Figura 4 – Logo do GT interinstitucional Educação e Drogas – GIEESAA.

Fonte: elaborado por estudantes do ensino fundamental participantes do projeto DESEJA, em 2019.

Embora atividades de extensão sobre drogas já fossem realizadas pelo GIEESAA, no ano de 2016 começam as primeiras iniciativas preocupadas com a formação de jovens multiplicadores em debates inclusivos sobre drogas nas escolas públicas, especialmente preocupadas em incluir os estudantes do ensino noturno. O Colégio Estadual Antonieta Palmeira - CEPAP, um dos parceiros do GT Educação e Drogas, mantinha uma ação intitulada “Projeto E3 (Encontros de Experiências com a EJA)”, a fim de conversar com os alunos do Ensino de Jovens e Adultos sobre diferentes temas polêmicos, dentre estes o tema drogas. No entanto, é no ano de 2017, que essa atividade é adaptada e se converte no “**Projeto DESEJA**” (Drogas, Educação, Saúde e EJA), sendo cadastrado no Edital RUA da UFRJ, representada pelo logo na figura 5, a seguir³.

³ Cabe lembrar que as produções gráficas representadas nas figuras 4 e 5 foram elaboradas por alunos da Educação básica, participantes de ação de extensão nas escolas.



Figura 5 – Logo do Projeto DESEJA.

Fonte: elaborado por estudantes da NEJA participantes do projeto DESEJA, em 2016.

Atualmente, essa ação de extensão ocorre em duas escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro: o CEPAP e o Colégio Estadual Dr. Alfredo Backer - CEDAB. A primeira escola está situada no município de São Gonçalo e a segunda, no município de Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A metodologia do projeto DESEJA, descrita no trabalho de Costa *et al.* (2019) favorece que as ações pedagógicas da extensão sejam desenvolvidas no tempo que o docente está na escola, tornando o trabalho mais atingível nas unidades de ensino. Alia-se a isso, o potencial de adaptação que o processo pode sofrer ajustando-se às realidades da comunidade escolar na formação e atuação de agentes multiplicadores.

O Projeto DESEJA foi bastante divulgado nos eventos de Ensino dentro e fora do estado do Rio de Janeiro, especialmente nos Encontros de Ensino do campo da Química, Biologia e Educação. Isso gerou uma demanda

de convites ao GT Educação e Drogas a fim de realizar palestras e intervenções nas escolas públicas.

Dada a impossibilidade da equipe se dedicar integralmente a ação (visto que todo o trabalho do GT é voluntário e ocorre no tempo que os membros dispõem para tal) e dado o esgotamento físico que essas intervenções causam, a coordenação do GT interinstitucional Educação e Drogas decidiu promover uma formação docente sobre drogas em formato presencial e breve (um ou dois dias – 10 ou 20 horas) para auxiliar as redes municipais e estaduais de ensino a elaborar estratégias para lidar com a temática no âmbito das escolas e a refletir acerca da metodologia do Projeto DESEJA. O curso é intitulado “Prevenção sobre Drogas: caminhos possíveis”, já em seu título enfatizando que a formação não é a solução, mas sim um caminho para se discutir e se pensar possibilidades de abordagens do tema considerando múltiplos contextos. A ementa do curso pode ser visualizada na figura 6.

O curso presencial descrito tem a intenção de divulgar a ação extensionista e preparar os docentes e outros agentes pedagógicos para ações preventivas nas unidades de ensino onde trabalham, sem o medo e o receio da abordagem do assunto, considerando o contexto sócio-histórico e a importância das parcerias intra e interinstitucionais para o sucesso da ação. Em caráter similar aos cursos on-line sobre drogas oferecidos pela Fundação Cecierj, todo o enfoque pedagógico é centrado na pedagogia da autonomia docente e na RD.

Acerca dessas formações, embora no escopo inicial do projeto DESEJA elas fossem previstas apenas para os membros do GIESSA, atualmente elas têm se convertido como

ações preventivo-educativas mais contínuas, abertas para escolas e Secretarias de Educação de estados e municípios. Afere-se, dessas iniciativas, o fato dessas formações serem caminhos acolhedores e que buscam autorizar e legitimar o campo da Educação sobre Drogas como parte das preocupações pedagógicas do docente, não tratando o tema como um problema da área da saúde, da assistência ou como caso de polícia.

Cronograma do curso de 20 horas:

SEXTA-FEIRA – Data a definir (10h)		SÁBADO – Data a definir (10h)	
8 – 12h	Momento I – Conceitos e pensamentos sobre Drogas - O que são Drogas, afinal? - De onde vêm nossos pensamentos sobre Drogas? - Interdição, Consumo e Dependência.	8 – 12h	Momento III - Ferramentas e estratégias de prevenção - Espaços de diálogo e aprendizagem; - A importância das mediações para a prevenção: os debates participativos e a colaboração; - Tecnologias que favorecem a prevenção.
12 – 14h	Almoço	12 – 14h	Almoço
14 – 18h	Momento II – Educação sobre Drogas - O que é prevenção? - Enfoques educativos sobre Drogas: proibicionismo versus RD; - Elementos teóricos da RD;	14 – 18h	Momento IV – Iniciativas preventivas sobre Drogas - O Projeto DESEJA; - O Curso Educação, Drogas e Saúde nas Escolas; - Momento <i>Brainstorm</i> : Como o curso pode agregar ao Município?

Cronograma do curso de 10 horas:

SEXTA-FEIRA OU SÁBADO (Data a definir)	
Momento I (8 – 10 h)	O que são Drogas, afinal?
Momento II (10 – 12 h)	Educação sobre Drogas e abordagens pedagógicas
Almoço (12 – 14 h)	Almoço e Confraternização
Momento III (14 – 16)	Ferramentas e estratégias preventivo-educativas
Momento IV (16 – 18 h)	Projeto DESEJA e parceria nas escolas

Figura 6 – Ementas do Curso Prevenção sobre Drogas: Caminhos possíveis.

Fonte: Costa *et al.* (2019).

Atualmente, o curso presencial sobre drogas é ministrado pelos professores Lourdes Silva e Francisco Coelho, contando com a monitoria de um ou mais membros do GT. Em particular, no ano de 2019 as formações ocorreram nos municípios de Angra dos Reis e São Gonçalo.

Outra iniciativa foi a elaboração do “Jogo da Onda digital”, que será apresentado com mais detalhes no capítulo 4. O jogo foi elaborado pelo LEAS do IOC/Fiocruz. Ele teve sua primeira edição no final da década de 1990, sendo sua primeira avaliação no contexto escolar no ano de 2001, como descrito por Monteiro *et al.* (2003). Durante alguns anos foi adotado por programas educativos de distintas secretarias governamentais, sobretudo pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e chegou a ser requisitado por outras Secretarias de Educação. Contudo, embora existisse uma busca contínua pelo material, o mesmo foi esgotado em 2008 e não houve outras produções. Cogitou-se uma possível produção em larga escala do material em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, o que acabou não acontecendo devido a mudança de governo municipal no ano de 2017.

É no ano de 2019 que surge a versão digital do jogo, sendo seu processo de adaptação do formato impresso para o digital patrocinado por um edital de recursos educacionais, abertos no ano de 2017, da Fiocruz. Essa versão envolve o mesmo conteúdo do jogo físico, estando disponível na internet⁴. De acesso gratuito, pode ser jogado diretamente na internet ou baixado no formato executável para ser uti-

4 Disponível em: <https://editalrea.campusvirtual.fiocruz.br/rea/jogo-da-onda/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

lizado sem acesso à rede. Essa segunda opção pode ser utilizada pelo professor ou agente educativo quando a unidade escolar não dispõe de internet, uma realidade frequente (sim, acreditem!) nas escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

Além dessas iniciativas, desde 2016 a Professora Lourdes Silva já desenvolvia pesquisas sobre programas e materiais didáticos e paradidáticos sobre drogas, parte das ações de pesquisa e extensão do GPED da UERJ, como registrado em Silva e Cunha (2019). A pesquisa contempla duas frentes de investigação: 1 – está focada na análise do material didático e paradidático voltado à educação para as drogas, com possibilidade de uso nos espaços formais, não formais e informais de educação; 2 – busca recuperar as políticas públicas educacionais para as drogas nacionais e, particularmente, do estado do Rio de Janeiro, observando, sobretudo, linhas de abordagens, conteúdos, finalidades e seus impactos na formação da comunidade escolar discente e docente e na sociedade.

Tendo em face todas essas conquistas e iniciativas no campo educacional, há de considerar, parte delas ações voluntárias que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, os professores coordenadores do GT interinstitucional foram convidados pela Diretoria da Abramd a representar a “Abramd Educação Rio”, considerando que essas diferentes ações descritas convergem com os objetivos da Associação. Nesse sentido, amparando-se nas experiências da Abramd Educação São Paulo, empenhamos esforços para realizar um grande encontro com profissionais de ensino, ação tomada como “um dia para se falar sobre drogas”. Nossa proposta é que esse

evento ocorra bienalmente, alternado com os congressos da Abramd Educação Sudeste.

Embora dificuldades surjam, tomamos fôlego para manter ações preventivas no campo da Educação sobre Drogas ativas no Estado do Rio de Janeiro. Embora esforços governamentais estaduais e federais busquem tratar o uso de drogas como “caso de polícia”, temos a intenção de manter a CESA a chama da democracia e da Educação, centrada no acolhimento e na Redução de Danos como princípio fundamental para uma convivência pacífica e harmoniosa. Se a resistência for necessária, que ela se faça, para se Educar para a paz!

Referências

ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre Drogas: uma proposta orientada pela Redução de Danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, 2014.

COSTA, V. M.; COELHO, F. J. F.; MARTINHON-TAMIASSO, P. SOUSA, P. Projeto DESEJA: Da gênese às adaptações educativas para a formação de jovens multiplicadores sobre saúde e drogas em duque de Caxias, RJ. *In*: COELHO, F. J. F.; MARTINHON-TAMIASSO, P. SOUSA, P. (Orgs.). **Educação em Ciências, Saúde e Extensão universitária**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. 157 p.

COELHO, F. J. G. **Educação sobre Drogas e Formação de professores**: uma proposta de ensino a distância centrada na Redução de Danos. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. 228 p.

MONTEIRO, S; VARGAS, E.; REBELLO, S. Educação, prevenção e drogas: resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo. **Educ. Soc.**, v. 24, n. 83, p. 659-678, 2003.

SILVA, M. L; CUNHA, D. F. Materiais (Para)didáticos, Políticas Educacionais sobre Drogas e Representações docente. *In*: Boris MAIA, B; FILPO, K; VERISSIMO, M. **Administração de Conflitos no Espaço Escolar**: estudos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

CAPÍTULO 4

JOGO DA ONDA DIGITAL: UM CONVITE AO DEBATE SOBRE O USO DE DROGAS

Simone Monteiro

Francisco José Figueiredo Coelho

Por que desenvolver um jogo sobre drogas?

O fracasso da abordagem proibicionista, atestado por diversos estudos e pelo aumento do uso de drogas entre jovens, particularmente do álcool (HORTA *et al.*, 2014; GALDURÓZ *et al.*, 2010) tem motivado a revisão de políticas públicas, até o momento descontínuas e descontextualizadas, orientadas por perspectivas de caráter repressivo e informativo, visando prioritariamente o não consumo de drogas. Neste enfoque, a droga é definida como um mal que precisa ser exterminado e as pessoas consideradas indefesas e passivas diante das substâncias ilícitas ou criminalizadas, dessa forma comprometendo ou inviabilizando a busca por orientação e ajuda.

Em contraposição a essa visão, há novas formas de compreender e intervir no controle e prevenção do uso indevido de drogas, como a abordagem da RD, que se fundamenta na evidência de que a produção, o comércio e o consumo

de drogas fazem parte da história da humanidade, com significados e funções particulares a cada momento social, político e econômico. Frente ao eventual uso de drogas, as ações de RD objetivam minimizar os prejuízos individuais e sociais associados a essa prática. (SANTOS *et al.*, 2010).

No campo da Educação sobre Drogas, Acserald (2005) faz uma aproximação da abordagem da RD com a proposta de educação para autonomia definida por Freire (2008) como um processo de aprendizagem baseado no conhecimento crítico da realidade. Castoriadis (1989) igualmente reforça a educação para a autonomia quando afirma a importância de sabermos lidar com nossos desejos e sermos capazes de ter uma deliberação lúcida face às situações da vida que envolvem riscos. Na medida em que a decisão pelo uso ou não de drogas se fará no espaço privado dos jovens que se iniciam nessa prática, o principal será ajudá-los a se tornarem aptos a tomarem decisões que sejam protetoras de si e de seu entorno familiar e social, reduzindo danos eventuais.

A motivação para o uso indevido de drogas, em geral, envolve fatores variados e interligados. Os riscos do uso indevido de drogas estão quase sempre imbricados - danos à saúde, problemas com a polícia/lei no caso das drogas ilegais, ruptura nas relações interpessoais, acidentes, contato com a violência, entre outros. Tais riscos aumentam ou diminuem de intensidade dependendo de fatores como: padrão de uso, tipo de droga, quantidade e qualidade da droga utilizada, via de utilização (fumada, injetada, cheirada ou mastigada), local e expectativa em relação ao uso. Dependendo do contexto socioeconômico e cultural do usuário, esses fatores podem acontecer de forma mais ou menos protegida. Todo uso pode

acarretar algum tipo de consequência, sendo fundamental conhecer a história do usuário, a droga e o meio sociocultural em que está inserido, com suas normas, imaginário, costumes, crenças e leis.

No âmbito do ensino formal, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a prevenção do uso indevido de drogas deve ser abordada transversalmente aos conteúdos programáticos tradicionais, a partir de estratégias definidas pelas escolas (BRASIL, 1998). No entanto, dados da literatura (ADADE, 2012; MOREIRA *et al.*; 2006), revelam as dificuldades dos professores em desenvolver ações educativas sobre drogas no contexto escolar, bem como a carência de propostas formativas sobre o tema dirigidas para os profissionais de ensino.

A versão impressa do Jogo da Onda

Diante da carência de recursos educativos sobre drogas, o Lab. de Educação em Ambiente e Saúde do IOC/Fiocruz desenvolveu o Jogo da Onda¹ (Fiocruz/Edições Consultor). O jogo foi programado para ser jogado com 4 a 8 participantes (organizados em duplas) a partir de 12 anos, podendo ser usado em contexto de ensino formal e não formal por professores, jovens, pais, profissionais da saúde, bem como no contexto do trabalho ou como forma de lazer.

O jogo é constituído por: 1 tabuleiro, 1 dado, 4 pinos e 4 baralhos. O baralho laranja descreve o conceito e efeitos de drogas lícitas e ilícitas; o baralho vermelho contém perguntas e respostas sobre aspectos jurídicos, conceitos/classificação

1 O Jogo da Onda foi elaborado por Sandra Rebello e Simone Monteiro e publicado pela Edições Consultor em 1998.

das drogas e as consequências do uso abusivo; os baralhos verdes e azuis apresentam situações do cotidiano associadas ao consumo de drogas, como relacionamento familiar, políticas educativas, conflitos pessoais; pressão social do grupo, Aids, saúde sexual e reprodutiva, dentre outros; o baralho verde difere do azul por conter mensagens sobre o tema abordado na carta. Acompanha o jogo um encarte com as regras e um guia para pais, jovens e educadores com dicas de aplicação do jogo, bem como sugestões de leituras, sites e filmes, que permitem um aprofundamento sobre o tema.

Como indicado na figura adiante, o tabuleiro tem uma pista, no formato de uma espiral, alternando-se “casas” com cinco cores (azul, verde, laranja, amarelo e vermelho). Nas extremidades do tabuleiro encontram-se quatro espaços correspondentes às cores dos quatro baralhos.



Figura 1 – Tabuleiro do jogo impresso.

Fonte: elaborado pelos autores.

A primeira edição do Jogo da Onda, datada de 1998, foi avaliada no contexto escolar em 2001 (MONTEIRO *et al.*, 2003) e adotada por programas de educativos da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e da

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, dentre outras ações no âmbito público, privado e da sociedade civil. Desde 2008 o jogo está esgotado e existe uma demanda contínua pelo material, atestada por contatos dirigidos à Fiocruz, de instituições e profissionais das áreas da educação e da saúde, da rede pública e privada, de diferentes regiões do Brasil.

Em 2012 foram feitas novas pesquisas sobre o tema, que resultaram na atualização do conteúdo do jogo e na criação de novas cartas, que foram testadas com alunos de instituições públicas e privadas da rede municipal e estadual do Rio de Janeiro (ADADE; MONTEIRO, 2014). Para identificar a compreensão das regras, a aprendizagem dos conteúdos e a motivação para jogar foram realizadas: 1) Observação direta das partidas do Jogo da Onda com alunos da rede pública e privada; 2) Aplicação do questionário (antes e após uso do jogo) com os participantes; 3) Grupos focais com os participantes. Ademais, o conteúdo do jogo foi revisado por quatro especialistas no tema drogas, quais sejam: Francisco Bastos (ICICT/Fiocruz), Marcelo Cruz (Ipub/UFRJ), Cassia Soares (USP) e Gilberta Acselrad (UERJ).

As avaliações revelaram que a presença de um educador ou liderança pode potencializar os debates dos temas abordados no material, mas não é condição primordial para o uso do jogo. Tal presença só é necessária quando os participantes não têm domínio de leitura. Os processos de avaliação também indicaram que a maioria dos jovens considerou que o Jogo da Onda propicia a compreensão de temas referentes ao consumo de drogas, particularmente os conceitos e efei-

tos das drogas e sua relação com o contexto familiar. Os estudantes valorizaram o enfoque interativo e lúdico do Jogo da Onda, aspecto determinante para jogarem novamente, destacando que ele se diferencia das abordagens educativas centradas apenas na divulgação de informações (ADADE; MONTEIRO, 2013).

Ampliando o acesso: versão digital do Jogo da Onda²

O “Jogo da Onda digital” resultou de uma adequação da versão impressa do jogo. A versão digital teve o propósito de atender as demandas de organizações e profissionais que já conheciam a versão impressa do jogo, bem como ampliar o acesso do material, de forma livre, para públicos diversos. Tal iniciativa foi possível a partir dos recursos provenientes do edital para desenvolvimento de aplicativos móveis e jogos digitais em saúde, promovido pela Presidência e Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação da Fundação Oswaldo Cruz.

O principal desafio no desenvolvimento do “Jogo da Onda digital” foi manter as características da versão impressa, relativas ao estímulo à interação, à troca de opiniões e à aprendizagem colaborativa. A partir de reuniões regulares da equipe³, idealizamos diferentes propostas de adaptação, tendo em mente que o jogo precisava garantir a troca de ideias entre os participantes. Considerando que a dinâmica

2 A versão digital do Jogo da Onda está disponível para acesso aberto pelo link: <https://editalrea.campusvirtual.fiocruz.br/rea/jogo-da-onda/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

3 A equipe responsável pelo desenvolvimento do Jogo da Onda digital foi composta por Francisco Coelho (pesquisador e professor da SEEDUC/RJ), José Ricardo Basílio (web designer) e Simone Monteiro.

do material envolve a leitura de cartas e o registro escrito de ideias e visões, temíamos que durante essas situações pudesse haver uma dispersão dos participantes, caso eles estivessem fisicamente distantes, ou seja, em diferentes lugares. Após algumas tentativas e ensaios, concluímos que valeria a pena reproduzir o tabuleiro e as cartas para o computador ou celular, mas não abrir mão de uma interação presencial.

Dito de outro modo, a versão digital do jogo implica que os jogadores precisam se encontrar fisicamente para jogar, mas o conteúdo está disponível na web. Essa versão foi testada entre alunos da rede pública de diferentes segmentos e profissionais de ensino, tanto no contexto escolar quanto em eventos relacionados a divulgação científica, como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fiocruz, o II Seminário da EJA da EPJV. As testagens foram feitas a partir da observação direta das partidas do jogo⁴ e da aplicação de questionário anônimo voluntário acerca da dinâmica, interatividade e conteúdo do material. Em algumas testagens, o pesquisador agiu como mediador das rodadas e em outras apenas observou a interação entre os jogadores, mediada por outros jogadores (estudantes do ensino fundamental ou médio).

A participação de todos os jogadores foi voluntária e esteve condicionada a disponibilidade das pessoas para jogar no horário proposto e responder ao questionário. Como

4 Durante a observação do uso do jogo foi registrado: se jogadores se sentiam inibidos ou mais participativos para falar sobre drogas; os perfis dos jogadores ao longo das rodadas (líderes, falantes, democráticos, ditadores, solidários, críticos etc.); situações de interação; temas que geraram mais discussão e diversidade de opiniões; dificuldades e facilidades notadas ao longo das rodadas; críticas ou elogios ao jogo.

indicado nas regras, o jogo foi previsto para no mínimo 4 e no máximo 8 participantes. Contudo em algumas testagens foram realizadas adaptações para acomodar um número maior de jogadores, sobretudo nas oficinas escolares. Cabe reiterar o interesse em conhecer as opiniões dos jogadores sobre a dinâmica e os temas abordados no jogo, sem se preocupar com respostas certas ou julgamentos.

As testagens orientaram os ajustes e aperfeiçoamentos no que diz respeito ao aspecto operacional. Ademais, indicaram a importância de disponibilizar uma versão web do jogo e outro executável. Assim, caso o acesso a uma boa rede de wi-fi seja limitado, é importante primeiro baixar o jogo e depois apresentá-lo.

O que as testagens revelaram

Os resultados da testagem indicaram que o “Jogo da Onda digital” apresenta um design atrativo, que inclui um tabuleiro colorido com imagens que retratam situações do cotidiano de jovens relacionados ao lazer e a interação. Ademais, disponibiliza, via o menu inicial, dois arquivos, um com as regras do jogo e outro com dicas de atividades, sites e publicações sobre drogas.

As análises sobre o uso do jogo igualmente indicaram que os principais objetivos do material foram atingidos na medida em que as observações e os relatos dos participantes atestaram que o jogo gerou aprendizagem e debates sobre os temas abordados. A motivação foi atestada a partir do envolvimento e interesse dos jogadores em responder as questões e opinar sobre os temas tratados. A maioria revelou que jogaria novamente. Foi relevante constatar que os joga-

dores se sentiram confortáveis para responder as questões e expressar suas visões durante as partidas. Até os mais tímidos conseguiram se manifestar em duplas ou grupos maiores, indicando que a dinâmica do jogo favorece a exposição de opiniões sem o receio de julgamentos. Nas respostas ao questionário foi assinalado que o jogo incentiva que os participantes pensem e procurem uma decisão que tenha coerência e sentido.

Com relação ao tempo de duração de uma partida, foi evidenciado que o período é influenciado pela frequência de vezes com que as cartas azuis e verdes aparecem no jogo, dado que estas demandam reflexão e tempo de escrita das respostas, bem como suscitam comentários paralelos dos demais jogadores. Cabe assinalar que o número de espaços verdes e azuis no tabuleiro é maior do que os espaços vermelho e laranja pelo fato de terem mais cartas verdes e azuis. O tempo da partida também é influenciado pelo número de participantes das equipes. Grupos menores tendem a entrar mais em consenso na medida em que há menor número de opiniões.

Foi observado ainda que a presença de um mediador, embora não seja condição para o uso do jogo, pode incrementar as rodadas, facilitar o gerenciamento do tabuleiro virtual e contribuir na manipulação do dado e da ampulheta. Desde que o mediador assuma uma postura colaborativa e estimule o diálogo. Uma posição coercitiva pode inibir e limitar a discussão, como já atestado em avaliações prévias do jogo. O mediador poderá também facilitar a compreensão do conteúdo de alguma carta, fazer esclarecimentos complementares e correlacionar com temas já discutidos em outras ocasiões.

Como já assinalado, o jogo foi planejado para ser executado em duplas, mas é possível jogar em tRios ou equipes com mais de três pessoas⁵. Se possível, recomenda-se a projeção do jogo na tela ou na parede, via Data Show, visando ampliar o número de jogadores. A leitura das cartas pelo mediador pode facilitar a condução do jogo, sobretudo em momentos de dispersão após um debate caloroso de uma carta, em geral verde ou azul.

Quanto aos aparelhos, o uso do celular apresenta tela pequena. Mas, no caso de 4 a 6 participantes, ainda pode ser um recurso válido. Sugere-se, contudo, o tablet devido ao maior tamanho da tela. Cabe reiterar que a projeção em Data Show do jogo pode favorecer a visualização de todos os participantes, seja no formato on-line ou executável.

Contribuição do Jogo da Onda digital

Em comparação com o jogo físico, o formato digital apresenta maior capacidade de disseminação e acesso, podendo atingir um número ilimitado de pessoas em contextos diversos de ensino formal e não formal, no âmbito familiar, de lazer, da saúde e da cultura. A possibilidade de baixar a versão executável do jogo permite ainda o seu uso em locais que apresentam acesso limitado a internet.

O jogo igualmente pode ser usado entre profissionais de ensino e de saúde ou de qualquer área, visando estimular uma reflexão sobre as várias dimensões e desafios relacionados ao consumo de drogas, bem como a abordagem do

5 Para agilizar o andamento das jogadas com grupos acima de dois integrantes, sugere-se alterar a regra para que a partir do erro a equipe retorne apenas uma casa no tabuleiro e não o número de casas registrado no dado.

tema nas diferentes disciplinas do currículo. Vale ressaltar que o uso do jogo não exige formação ou experiência prévia no campo da Educação sobre Drogas. Caso a pessoa tenha interesse em se aprofundar na temática, basta consultar o arquivo com as dicas de atividades, filmes, sites e publicações sobre o tema, que acompanha o jogo. Tais dicas podem, de igual modo, fomentar ações subsequentes e complementares acerca dos assuntos abordados no jogo.

Ainda nessa direção, cabe salientar o potencial de uso do “Jogo da Onda Digital” em cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Inclusive já existe a perspectiva de uso desse jogo nos cursos de atualização docente sobre drogas da Fundação Cecierj.

Referências

ACSELRAD, G. A educação para autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. *In*: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, p. 183-212, 2005.

ACSELRAD, G. (Org.). **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Saber mais para se proteger. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ADADE, M. **A visão de estudantes sobre drogas:** subsídios para ações educativas orientadas pela Redução de Danos. 198 f. Dissertação (Mestrado) Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Rio de Janeiro, 2012.

ADADE, M.; MONTEIRO, S. **Relatório sobre a avaliação do conteúdo atualizado e ampliado do Jogo da Onda**. LEAS/IOC, Fiocruz, 2013, 11p. (mimeo).

ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre Drogas: uma proposta orientada pela Redução de Danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Saúde. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

COELHO, F. J. F. **Educação sobre Drogas e formação de professores**: uma proposta de ensino a distância centrada na Redução de Danos. Tese de Doutoramento. Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação PG Ensino de Biociências e Saúde. Rio de Janeiro. 2019.

GALDURÓZ, J.C. *et al.* Fatores associados ao uso pesado de álcool entre estudantes das capitais brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 267-273, 2010.

HORTA, R.; HORTA, B.; COSTA, A.; PRADO, R.; OLIVEIRA-CAMPOS, M.; MALTA, D. Uso na vida de substâncias ilícitas e fatores associados entre escolares brasileiros. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). **Rev. Bras. Epidemiol Supl.** PeNSE 2014, p. 31-45, 2014.

MONTEIRO, S.; VARGAS, E.; REBELLO, S. Educação, prevenção e drogas: resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo. **Educ. Soc.**, v. 24, n. 83, p. 659-678, 2003.

MONTEIRO, S.; REBELLO, S.; BRANCO, C. C.; CRUZ, M. **Educação, drogas e saúde**: uma experiência com educadores de programas sociais (RJ-Brasil). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz Instituto Oswaldo Cruz. Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde, 2008.80p.

MOREIRA, F.; SILVEIRA, D; ANDREOLI, S. Redução de Danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 807-816, 2006.

REBELLO, S.; MONTEIRO, S.; VARGAS, E. A visão de escolares sobre drogas no uso de um jogo educativo. **Interface-Comunic, Saúde, Educ.**, v. 5, n. 8, p. 75-88, 2001.

SANTOS, V.; SOARES, C.; CAMPOS, C. Redução de Danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis**, v. 9, n. 16, p. 115-29, 2010.

SEÇÃO II

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS OFICINAS DA I ABRAMD EDUCAÇÃO RJ

CAPÍTULO 5

OFICINA SOBRE O USO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tatiana de Castro Amato

O uso de materiais didáticos é relevante para qualquer atividade educativa. Eles ajudam o educador a compartilhar conhecimento de forma organizada, conferindo maior oportunidade de compreensão ao educando. Quando o assunto é paradoxal, polêmico e complexo como na área de Educação sobre Drogas, sua relevância é ainda maior. No que tange a esse assunto, a escolha do material didático é um desafio para qualquer atividade dentro da escola. Dessa forma, a oficina que será relatada teve o objetivo de oferecer reflexão a partir da vivência com uso de material didático sobre álcool e do compartilhamento de experiências entre os participantes. Neste capítulo será descrita como foi a experiência da oficina no primeiro Encontro da Abramd Educação Rio de Janeiro, em agosto de 2019.

Participaram nove educadores com experiências diversas na Educação, sendo a maioria com Pós-Graduação e alguns estudantes de Graduação. Este relato de experiência foi escrito a partir das impressões e interpretações da autora. A oficina foi dividida em quatro atividades, descritas a seguir.

Atividade 1 – Apresentação com reflexão sobre “o que eu trago e o que eu quero levar”.

A oficina é uma atividade prática, vivencial, na qual os participantes têm a oportunidade de sair da posição de expectadores e mesclar o que conhecem com a vivência proposta. As atividades são importantes, mas o comprometimento daicineira e dos participantes podem mudar o curso de todas as atividades. Dessa forma, foi feita uma rodada de apresentação cuja fala deveria incluir a seguinte reflexão: o que você traz para a oficina e o que gostaria de levar?

A primeira impressão dos participantes foi a de estranhamento, em especial sobre a pergunta “o que você traz?”. Apesar de praticamente todo os participantes terem uma vivência na educação, poucos tinham clareza sobre o que traziam para o espaço de aprendizagem. À medida que os participantes falavam, foi possível perceber que cada um tomava consciência de que havia muito a colaborar. Também foi possível perceber que os participantes saíram da posição de expectadores, com essa simples proposta inicial. Foi construído um ambiente de colaboração, no qual eles pareciam se sentir autorizados a falar a qualquer momento, enriquecendo a experiência do coletivo.

Atividade 2 – Apresentação de informações que aumentam as chances de efetividade de programas preventivos (quadro 1).

Foram apresentados fundamentos importantes para construção de ações educativas sobre drogas, que aumentam seu potencial de efetividade. Os materiais didáticos são muito específicos quanto ao público-alvo. Dessa forma, é

importante estar atento à maneira como o material didático será usado, levando em consideração a programação e dinâmica de uso do material, conteúdo e método de ensino, formação de professores e avaliação dos resultados. Algumas ações com intenção de serem preventivas podem estimular o consumo ou o envolvimento em situações de risco, por isso é indicado que todas sejam avaliadas quanto ao processo de implementação e seu impacto para o público-alvo.

À medida que os tópicos do quadro 1 eram apresentados, os participantes compartilhavam com suas experiências corroborando a importância de cada um na prática. O interesse sobre novas abordagens, que não sejam moralizantes ou amedrontadoras ficou evidente nas perguntas que surgiram. Muitas vezes as escolas têm medo de não adotar postura amedrontadora e serem questionadas pelos pais, que confundem a divergência ao amedrontamento com permissividade. Alguns professores relataram já terem sido questionados. Uma estratégia discutida para lidar com essa demanda é buscar legitimar essa abordagem antes de iniciar o trabalho. Nas rodas de conversa, nas quais é possível aos alunos falar abertamente, uma boa opção para a postura do educador é ouvir abertamente, fazendo questionamentos que levem à reflexão e não a estratégias prontas sobre o que fazer. No Brasil e em outros países os alunos têm requisitado esse tipo de abordagem (SLEMON *et al.*, 2019; GONÇALVEZ *et al.*, 2015). Se a mesma abordagem é utilizada para comunicar com pais e dirigentes das instituições, torna-se maior a chance de apoio à inovação que está sendo proposta. Antes de iniciar, é fundamental comunicar aos pais e ampliar as possibilidades de diálogo, reduzindo a pro-

babilidade que demandas equivocadas surjam. Na oficina foi discutido sobre a urgência e necessidade dessa mudança de abordagem para que o cuidado possa ser levado às situações de risco vivenciadas e ocultadas pela falta de diálogo.

PROGRAMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Intervir antes de começar o comportamento;
<ul style="list-style-type: none"> • Intervir após o início do comportamento;
<ul style="list-style-type: none"> • Período de transição entre o ensino fundamental e médio;
<ul style="list-style-type: none"> • Período prolongado de encontros (trabalhar com processos de desenvolvimento);
<ul style="list-style-type: none"> • Estar inserido no contexto do currículo sobre promoção de saúde na escola;
CONTEÚDO E MÉTODO DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> • Baseando-se nas experiências dos jovens, construir com eles, novas possibilidades de intervenção;
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação dos estudantes na elaboração de projetos;
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer informações sobre o que acontece com a maioria das pessoas (não focar nos casos isolados graves e dependência);
<ul style="list-style-type: none"> • Adotar objetivos para diminuir riscos e melhorar habilidades para a vida, condições de vida e saúde (ampliar o foco para além do consumo);
<ul style="list-style-type: none"> • Adotar objetivos para diminuir riscos sócioemocionais que sejam relevantes aos estudantes;
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades interativas, que criam oportunidades para o aluno desenvolver habilidades;
<ul style="list-style-type: none"> • Informações úteis, que sejam utilizadas no cotidiano;

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
<ul style="list-style-type: none"> • Ministrado por meio de aulas interativas que proporcionem o desenvolvimento de habilidades, além de conhecimento;
AValiação DO PROGRAMA
<ul style="list-style-type: none"> • A fidelidade na implementação precisa ser medida e incluída nos dados que propiciam a compreensão de mudança de comportamento (o programa aconteceu como planejado?);
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de avaliação sobre mudanças de comportamento e medidas de sucesso do programa devem ser baseadas em experiências reais dos estudantes;
<ul style="list-style-type: none"> • É indicado que a avaliação mostre se os padrões de consumo após a intervenção são menos arriscados do que antes dela e também se os problemas decorrentes do consumo diminuíram e se os jovens se arrisgam menos, mesmo os que continuam consumindo;
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação deve ocorrer por um período prolongado (1 a 3 anos), antes, durante e após o término das atividades;

Quadro 1 - Dicas para montar programas de Educação sobre Drogas com base em evidências científicas.

Fonte: McBride (2016).

Atividade 3 – Inspiração a partir de vivência com o jogo “Na Pressão da Festa”.

O Jogo “Na Pressão da Festa” faz parte do PERAE (Programa de Estímulo à Saúde e Redução de Riscos Associados ao Uso de Álcool Aplicado ao Ambiente Escolar), desenvolvido por pesquisadores do *National Drug Research Institute* (NDRI) da Austrália (McBRIDE *et al.*, 2014), em que é conhecido por SHAHRP (*School Health and Alcohol Harm Reduction Project*). A adaptação para o Brasil foi feita por Amato *et al.* (2015).



Figura 1 – Jogo “Na Pressão da Festa”.

Fonte: UNIFESP. Nepsis Educação, 2012. Página Inicial. Disponível em: www.nepsiseducacao.com.br. Acesso em: 7 jul. 2020.

A vivência da oficina foi jogar o jogo e refletir sobre o que aprenderam jogando. Os participantes relataram que o jogo ensina a pensar em situações reais, a reafirmar conteúdos importantes sobre drogas, a vivenciar a pressão dos amigos de forma mais real, a compreender que muitas coisas que acontecem em uma festa envolvem riscos e a pensar em estratégias que ajudam a lidar com eles.

Vale ressaltar que este jogo é uma atividade que faz parte de uma sequência com oito encontros de cerca de sessenta minutos cada. O uso do jogo nesse contexto previne interpretações errôneas sobre seu conteúdo e pode ser discutido em ambiente educacional como uma simulação de situações que podem acontecer, preparando os estudantes a fazerem escolhas que os coloquem em maior segurança, mesmo em situações arriscadas.

Atividade 4 – Inserção de materiais didáticos nas ações escolares sobre drogas

Ao final, uma sugestão de planejamento para inserção de materiais didáticos foi apresentada e discutida. Assim cada etapa do processo pode ser cuidada. A estrutura tem o propósito de organizar o uso de qualquer material na prática educativa. As etapas para a reflexão envolvem o planejamento cuidadoso com objetivo claro, local onde será desenvolvido o projeto, tipo de ação, público-alvo, material didático escolhido e outros conteúdos, metodologia de uso do material e avaliação.

Considerações finais

A oficina fomentou reflexões acerca da inserção do material didático para muito além da proposta conteudista de ensino. Também possibilitou aos participantes visão mais ampla sobre a escolha do material, como parte de um projeto que deve ser cuidado em cada etapa. As mudanças necessárias ao cenário brasileiro de Educação sobre Drogas precisam acontecer com responsabilidade, para que as inovações sejam compreendidas pela população e pelos educadores como experiências que necessitam avaliação e acompanhamento de processo especialmente quando estão sendo criadas e vivenciadas pela primeira vez.

Referências

AMATO, T. C. **Estudo de adaptação e viabilidade de um programa de redução de riscos do consumo de álcool para o contexto de escolas particulares no Brasil.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Departamento de Psicobiologia: São Paulo, 2015.

GONÇALVES, L. P.; OPALEYE, E. S.; AMATO, T. C. **Percepção de riscos e estratégias de Redução de Danos do uso de álcool por adolescentes**: subsídios para intervenções além do “diga não”. CIEE/Senad: Brasília, 2015.

McBRIDE, N. **Intervention Research**: A practical guide for developing evidence-based school prevention programmes. National Drug Research Institute, Faculty of Health Sciences, Curtin University. Springer: Singapore, 2016.

McBRIDE, N. *et al.* Harm minimization in school drug education: final results of the School Health and Alcohol Harm Reduction Project (SHAHRP). **Addiction**, v. 99, n. 3, p. 278-291, 2004.

SLEMON, A. *et al.* You can't chain a dog to a porch: a multisite qualitative analysis of youth narratives of parental approaches to substance use. **Harm Reduction Journal**, p. 16-26, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12954-019-0297-3>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CAPÍTULO 6

REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E HABILIDADES PARA A VIDA

Liana A. Romera

Gelsimar José Machado

Os constantes aumentos no número de adolescentes e jovens que experimentam ou usam drogas aliados à diminuição da idade de primeiro uso representam fenômeno social que exige o exercício da compreensão e do envolvimento dos atores de diferentes segmentos da sociedade. Dentre os segmentos podemos destacar, especialmente, família, escola e comunidade como instituições que precisam dialogar e planejar ações conjuntas para tratar o tema de forma honesta e atualizada.

Pensar ações de prevenção aos usos de drogas lícitas e ilícitas impõe aos atores sociais a necessidade de despir-se de preconceitos, distanciar-se de antigas ideias a respeito dos usos e usuáRios de drogas e preparar-se para abordar a temática de maneira mais amigável e menos policial. Significa, portanto, dizer que os usos de drogas, especialmente aqueles classificados como “uso recreativo” não coloca o adolescente ou jovem experimentador na condição de alguém que já não conseguirá desvencilhar-se dos usos de drogas e que então, caminhará por uma estrada sem volta. Embora, também os usos recreativos devam fa-

zer parte das ações de prevenção e promoção de saúde sem alardes sensacionalistas.

Atualmente estão superados os modelos de prevenção pautados na distribuição de panfletos informativos ou nos discursos e palestras com viés amedrontador baseados em inverdades que pouco contribuíram para a diminuição dos usos de drogas entre adolescentes e jovens. A ciência da prevenção, construída a partir da avaliação de práticas preventivas e embasada em evidências científicas se apresenta como uma importante possibilidade de construção de ações interventivas nos diferentes contextos sociais com o intuito de promover a prevenção aos usos de drogas.

Corroborando afirmativas preconizadas pela Unodc (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) observa-se que o objetivo geral da prevenção do uso de drogas está voltado ao desenvolvimento seguro e saudável de crianças e jovens, estimulando a promoção da percepção dos seus talentos e potenciais, construindo habilidades de vida que contribuam para sua formação humana. Considerando a necessidade de potencializar os fatores de proteção, o fortalecimento de fatores relacionados ao: bem-estar psicológico pessoal e emocional, habilidades sociais e pessoais, forte apego aos pais, pais que cuidam e se preocupam e escolas e comunidades que bem amparadas e organizadas, representam fatores que diminuem a vulnerabilidade de indivíduos (fatores de proteção, também reconhecidos recentemente como ativos) ao uso de drogas e outros comportamentos negativos (UNODC, 2013).

Nesse sentido, de forma gradativa vão se construindo novas formas de fazer prevenção. Dentre elas tem destaque neste capítulo, uma proposta apresentada pela Organização

Mundial de Saúde. No ano de 1993 a Organização Mundial da Saúde - OMS apresentou uma iniciativa internacional denominada Habilidades para a Vida que representa um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas e reforçadas por meio das relações e comportamentos em três áreas do convívio humano: com nós mesmos, com os outros e com o meio ambiente.

Trata-se de um grupo de dez habilidades psicossociais que auxiliam, especialmente na adolescência e juventude, como instrumentos que ajudam no manejo das complexidades que a vida apresenta. As dez habilidades são: 1) autoconhecimento; 2) empatia; 3) comunicação assertiva; 4) relações interpessoais; 5) tomada de decisão; 6) solução de problemas e conflitos; 7) pensamento criativo; 8) pensamento crítico; 9) controle de emoções e sentimentos; 10) manejo de tensão e estresse. A seguir, apresentaremos cada uma das dez habilidades seguidas de um exemplo prático proposto pela *Fundacion EDEX*. Trata-se de uma fundação espanhola sem fins lucrativos que desde 1973 desenvolve propostas educativas para promover o desenvolvimento positivo de crianças e jovens em relação à promoção de saúde, prevenção às drogas que causam dependência e fomenta a cultura cidadã. Todo material educativo produzido tem por objetivo subsidiar o professor em intervenções no sistema formal e informal de ensino. O material produzido, sempre apresentado de forma bastante cuidada tem características lúdicas e diversificada, apoiando o professor com histórias, desenhos, contos, proposição de atividades e dinâmicas que podem ser facilmente adaptadas.

1) Autoconhecimento: É a capacidade de reconhecimento que cada indivíduo tem de si mesmo, das suas habilidades e limites.

Atividade: Jogo do GPS. Nesta atividade cada pessoa planeja duas rotas diferentes da vida, imitando um GPS. Uma rota se dirige ao passado, destacando as mudanças que seu corpo e sua forma de ser sofreram, e outra rota será traçada daqui há 5 anos. Cada um deve pensar nas ações que devem pôr em prática para conquistarem os objetivos propostos, destacando o autoconhecimento e a capacidade de mudança para recalcular constantemente a rota da vida para alcançar as metas e os objetivos traçados.

2) Empatia: É a capacidade de se colocar no lugar do outro, imaginando como este se sente, procurando compreender e não julgar.

Atividade. Os participantes são divididos em dupla. Entrega-se um pequeno texto para um membro de cada dupla para lerem fora da sala. Depois, voltam e explicam o texto ao colega. Aos demais, é solicitado que não prestem atenção na exposição.

3) Comunicação Assertiva: Expressar assertivamente as opiniões, os sentimentos, as necessidades e os desejos.

Atividade: O grupo é organizado em pares e deve responder a cada uma das situações abaixo de três formas distintas: passiva, agressiva e assertiva:

Situação 1: Todas as pessoas que visitam esta cidade devem provar a sopa de morcego. Vamos lá! Experimente! É uma delícia!

Situação 2: Camisinha? Eu não uso. Vamos tomar outro drinque e falar de outra coisa...

Situação 3: Pode entrar. Eu não bebi tanto como parece! Posso dirigir perfeitamente.

4) Relações interpessoais: É a habilidade para fazer, manter, aprofundar e terminar relacionamentos.

Atividade: Cada participante deve fazer uma lista com os nomes das pessoas com as quais se relaciona. Depois, em dupla, devem analisar os critérios de uma boa relação, usando como ponto de partida a lista recém-formulada. Critérios:

Uma boa relação permite que você seja como realmente é ou deve aparentar ser outra pessoa? Uma boa relação permite que você tome suas próprias decisões ou empurra a que outros decidam no seu lugar? Uma boa relação permite que você expresse o que sente, pensa ou necessita com assertividade? As relações que você acaba de analisar te satisfazem?

5) Tomada de decisões: Analisar os benefícios, riscos e consequências de uma situação. Favorece a escolha da alternativa que leve ao sucesso da ação.

Atividade: “O que você faria se...”. Atividade em dois grupos e devem representar uma situação de pessoa abstinente que sofre pressão de outras pessoas para usar drogas com elaboração de respostas que não sejam de proteção. O outro grupo deverá representar a mesma situação, porém uma pessoa abstinente que dê respostas que a proteja do uso.

6) Solução de problemas e conflitos: Enfrentar as situações adversas, utilizando capacidades pessoais e recursos do meio.

Atividade: Chupa aí! Para estimular o trabalho em equipe, balas são dispostas em uma bandeja. Os participantes devem chupar uma bala, só que não poderão usar suas mãos para desembulhar a bala e colocar em sua própria boca. Espera-se que eles se ajudem, um participante pegue a bala com as mãos, a desembulhe e coloque na boca do outro.

7) Pensamento Criativo: Explorar alternativas disponíveis. Esta habilidade ajuda a responder com flexibilidade as situações diárias.

Atividade: Criatividade com os objetos. Cada participante recebe uma folha de papel. Dividindo-a em três partes semelhantes, devem criar uma figura/origami com cada uma das partes sem repeti-la.

8) Pensamento crítico: Capacidade de analisar informações e/ou situações a partir de diferentes ângulos.

Atividade: O lado que a mídia não aborda. O grupo será dividido em dois subgrupos. Um grupo deverá montar um cartaz utilizando propagandas de bebidas alcoólicas e cigarros representando o que eles reforçam de atrativo para os consumidores. O outro grupo deverá representar a mesma situação, porém, deverá apresentar os malefícios.

9) Controle de emoções e sentimentos: Capacidade de reconhecer as próprias emoções e as do outro; tomar consciência do quanto elas influenciam o comportamento e como manejá-las adequadamente.

Atividade: Emoções e sentimentos e diferentes locais. Em grupos, pedir que cada um identifique um local do dia a dia considerado como fator de risco e que possa influenciar no controle das emoções e sentimentos. Depois, identificar outro local que pode ser considerado como fator de proteção.

10) Manejo de tensão e estresse: Compreende a capacidade de reconhecer as fontes de estresse e identificar as ações para reduzi-las ou eliminá-las.

Atividade: Viagem de Cruzeiro. O mediador diz: “Vamos fazer uma viagem de cruzeiro e cada um deve levar alguma coisa”. A pessoa só pode levar algo que comece com a primeira letra do nome. A pessoa irá falar apenas quando chegar sua vez e será avaliado se poderá fazer parte da viagem. Alguns descobrem, outros não.

O foco das intervenções com Habilidades para a Vida se baseia em atividades interativas que abordam a promoção da saúde, bem como questões relacionadas ao tema álcool e outras drogas. Tais intervenções são desenvolvidas a partir de dinâmicas lúdicas que se configuram em métodos que ultrapassam programas tradicionais. Demonstram resultados efetivos a partir do trabalho com crianças e jovens e com outros sujeitos envolvidos, como pais, professores e comunidade. Esse tipo de metodologia propicia melhor aceitação dos participantes, tornando as atividades atraentes e bem avaliadas.

Para Zilda Del Prette e Almir Del Prette (2017), o uso de vivências como método para promover habilidades sociais tem sido enfatizadas em programas por sua efetivi-

dade. É possível criar condições para que os participantes atuem de modo ativo. Gorayeb (2002) corrobora tais afirmações enfatizando que a intervenção deve ser baseada em uma metodologia que enfatize a interação social, ou seja, intervenções que cativam os adolescentes e os fazem participar de modo mais interessado, dinâmico e produtivo. O ambiente escolar se torna propício para o desenvolvimento de intervenções para o fortalecimento dessas habilidades.

Habilidades para a vida no espaço escolar

O uso de substâncias psicoativas tem relação direta com as interações interpessoais, podendo comprometer o convívio com outras pessoas e alterar o processo de maturação do indivíduo, gerando falhas que se perpetuam nos anos subsequentes. As capacidades cognitivas e relações interpessoais prejudicadas na adolescência em decorrência do uso de drogas geram menores possibilidades para lidar eficazmente com fatores estressantes da vida adulta (SCIVOLETTO, 2011). Para Vitale (2011), o consumo de drogas pode surgir como escape de situações problemáticas devido a insuficiente capacidade de desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais. Botvin e Kantor (2000) ressaltam que quanto mais fatores de risco, maior será a probabilidade de uso ou abusivo de álcool e outras drogas. Os primeiros anos da adolescência é a etapa mais importante para se trabalhar a prevenção de problemas que se manifestam nessa própria fase e se delongam para a vida adulta (MURTA *et al.*, 2009).

Cruz (2011) enxerga o espaço escolar como território privilegiado para programas de prevenção sobre drogas. Para a autora, além do acesso ao aprendizado de conteúdos, a

escola tem a função de contribuir para que as pessoas possam construir relações saudáveis, estímulo à criticidade e na construção de projetos de vida. A escola se destaca como espaço potencialmente significativo para idealizar e realizar ações preventivas com adolescentes, pois (BRASIL, 2017): 1) agrega a grande maioria deste público, garantindo ações universais; 2) transmite alguns fatores de proteção importantes em relação ao uso de drogas, como a difusão do conhecimento, vínculos sociais, pertencimento de grupo, normas de convívio social e habilidade para solução de conflitos e; 3) possui posição estratégica para articulação com outros serviços do território local.

O trabalho com Habilidades para a Vida se torna relevante no meio educacional, pois o uso de drogas tem relação direta com as interações interpessoais. Os programas de prevenção às drogas com o público adolescente têm sido formulados com características específicas, privilegiando o desenvolvimento de habilidades para o cotidiano, informações oriundas de estudos científicos, atividades que promovem a interação social, dentre outros fatores. Os programas que tem como abordagem as Habilidades para a Vida visam atender estas necessidades, tendo o foco no indivíduo em vez da substância e minimizando as intervenções tradicionais com base em informações isoladas.

Mais do que defender uma postura de abstinência e/ou guerra às drogas, a abordagem das Habilidades para a Vida, pautadas sobre vieses científicos e contemporâneos, visa diminuir os fatores de risco que conduzem ao uso prejudicial de drogas e, em contrapartida, potencializar os fatores de proteção. Neste enfoque, gerar autonomia aos in-

divíduos em diferentes situações do cotidiano para aprimorar as relações com o outro e consigo mesmo, se destacam como pontos principais.

Referências

- BOTVIN, G. J.; KANTO, L. W. Preventing Alcohol and Tobacco Use Through Life Skills Training: Theory, Methods, and Empirical Findings Alcohol. **Research & Health**. v. 24, n. 4, 2000, p. 250-257.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Programa #tamojunto**: prevenção na escola: guia do professor [recurso eletrônico] – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 102 p.
- CRUZ, L. A. N. da. **As implicações do curso de formação continuada sobre consumo de álcool**: uma proposta de intervenção breve aplicada por professores. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2011. 158 f.
- DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. **Competência social e habilidades sociais**: manual teórico-prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- GORAYEB, R. O ensino de habilidades de vida em escolas no Brasil. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 3, n. 2, p. 213-217, 2002.
- MURTA, S. G. *et al.* Prevenção primária em saúde na adolescência: avaliação de um programa de habilidades de vida. **Estudos de Psicologia**, v. 14, n. 3, p. 181-189, set./dez. 2009,.
- SCIVOLETTO, S. Mudanças psicológicas na adolescência e o uso de drogas nesta faixa etária. In: SILVA, E. A. da; DE MICHELI, D. (Orgs.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. – São Paulo: Editora Fap-Unifesp, p. 71-90. 2011.
- VITALLE, M. S. de S. Vulnerabilidade e risco na adolescência. In: SILVA, E. A. da; DE MICHELI, D. (Orgs.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2011, p. 51-69.
- UNODC - Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime. **Normas Internacionais sobre a Prevenção do uso de Drogas**. 2013. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/09/UNODC_Normas_Internacionais_PREVENCAO_portugues.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

CAPÍTULO 7

MEDICALIZAÇÃO NA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE UMA RODA DE CONVERSA

Tiago Coutinho

Contextualizando a Roda de conversa Medicalização na Escola

A roda de conversa foi iniciada pelo estimulador Tiago Coutinho que fez um breve relato de sua pesquisa sobre as informações que circulam no Facebook sobre Ritalina. Neste relato destacou-se o fato que muitas dessas informações em circulação nas redes sociais se relacionam com o espaço da Escola. De acordo com o estimulador da conversa, a atenção e a produtividade são os principais alvos da Ritalina enquanto medicamento empregado neste ambiente. Desenvolvida para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDA/H), o metilfenidato, que tem como nome comercial a Ritalina, Venvase e Concerta.

De acordo com dados do Fórum de Desmedicalização, o Brasil tornou-se o segundo maior consumidor de metilfenidato no mundo perdendo apenas para os EUA, país em que aproximadamente 10% das crianças são medicalizadas. De acordo com a pesquisa citada, o período do Enem e de

provas finais são aqueles em que mais circulam informações sobre este consumo. Outro importante dado trazido pelo estimulador para ser debatido pelos presentes foi o fato de muito deste consumo ser feito de forma ilegal. Observou-se que o diagnóstico para se chegar ao TDA/H muitas vezes não é feito por um profissional de saúde e a aquisição do medicamento é feita de forma irregular.

Ainda que os dados sobre o consumo *offlabel*¹ desses medicamentos sejam difíceis de ser obtidos, pesquisas recentes indicam que este consumo é bastante difundido entre estudantes. Com base em alguns estudos sobre uso ilícito de estimulantes, 5-35% dos estudantes universitários americanos usam ou já usaram estimulantes prescritos para TDAH (BARROS; ORTEGA, 2011). No Brasil, ainda que tenha havido um aumento significativo na divulgação da doença e do número de pessoas que passam a ter acesso ao tratamento de TDA/H, alguns dados apontam para o crescimento do consumo do metilfenidato para uso não terapêutico (ANVISA, 2009). As autoridades sanitárias alegam que existem indícios de abuso e desvio de utilização para outras finalidades que não as terapêuticas. O medicamento tem sido usado tanto para o tratamento de distúrbios da atenção como para melhoria de funções cognitivas em pessoas saudáveis.

Dentro desse contexto de consumo as “novas mídias”, ou seja, os meios de comunicação que têm como base de troca de informações a internet são importantes espaços de difusão de informação sobre esta utilização. Esta importância não se dá somente pela facilitação ao acesso a infor-

1 Sem prescrição médica.

mação farmacêutica, pode ser observada também pela extrema facilidade do acesso ao produto em si, sem mediadores, deixando de lado a tradicional relação médico-paciente. O uso da internet além de trazer novos canais de comunicação, cria novos espaços ou fórum de recriação de práticas e hábitos do cotidiano.

Uma das transformações mais significativas trazidas ou impulsionadas pela internet foi a construção do paciente como um expert. Em artigo publicado por Cabral e Trevisol (2010) sobre a influência da internet na relação médico-paciente, os autores afirmam que o acesso à informação técnico-científica, aliado ao aumento do nível educacional das populações, tem feito surgir um paciente que busca informações sobre sua doença, sintomas, medicamentos e custos de internação e tratamento.

Dentre as muitas atribuições da Anvisa, regular a prática médica não está sob seu escopo. Dessa forma, não há como estabelecer controle para as prescrições resultantes das práticas médicas, o que possibilita que um medicamento seja aprovado para uma finalidade e prescrita para outra, bem diferente dos ensaios clínicos (NOBRE, 2013).

Na área da saúde há cada vez mais informação disponível e ampliou-se substancialmente o acesso à informação, sobretudo por meio da internet. Uma característica que diferencia este dos demais meios de comunicação consiste na infinidade de fontes de informação disponíveis e na postura ativa do indivíduo. As novas mídias modificam ou interferem na relação dos pacientes com médicos que deixam de ser detentores supremos do saber e passam a ser questionados por pacientes cada vez mais informados.

Sobre o caso específico do consumo de Ritalina, há duas alternativas possíveis para um aumento tão expressivo: a primeira, é o Brasil estar diante de uma epidemia repentina de transtornos de comportamento, que passaram a atingir crianças e jovens de 2009 para cá (o que não é verdade); a segunda (e mais provável), é que se tornou rotina tratar com remédio problemas que não são necessariamente de saúde. O TDA/H é uma doença que atinge de 8% a 12% de crianças no mundo, mas nos últimos anos virou justificativa para o fracasso escolar. Muitos docentes e pais se satisfazem com o diagnóstico e veem no remédio o único meio para controlar um “aluno-problema”. A comprovação aparece nos dados da Anvisa. Segundo o relatório, nos três anos estudados, o consumo de medicamentos caiu nos períodos de férias escolares (julho, dezembro e janeiro).

Recorrer à farmácia pode parecer a solução mais simples, mas a medicalização é uma opção custosa e arriscada. Entre as reações adversas do uso de medicamentos à base de metilfanidato são citadas desordens psiquiátricas, redução do apetite, depressão, crise de mania, tendência à agressividade, morte súbita, eventos cardiovasculares graves e excessiva sonolência. O remédio, portanto, deve ser a última alternativa, e sua indicação tem de ser feita de maneira cuidadosa, por um profissional competente.

Feito esse relato de pesquisa, o estimulador iniciou a roda de conversa levantando as seguintes questões: qual seria o papel do consumo da Ritalina no sistema educacional contemporâneo? Quem são os principais atores desse consumo? Qual o papel do Estado para encontrar saídas e soluções para esse problema de Saúde Pública?

A popularização e difusão do consumo de Ritalina em ambiente escolar puderam ser observadas na primeira tarefa proposta pela roda de conversa. Na apresentação dos participantes foi interessante notar que todos eles, sem exceção, possuíam algum contato com consumidores do medicamento. Estavam presentes alunos que consumiam a Ritalina, mãe de alunos, mães de portadores de toda/H e educadores/profissionais de educação que enfrentavam o problema desse consumo em seu cotidiano. A roda de conversa foi bastante rica, pois os participantes trouxeram interessantes relatos pessoais ou relatos do dia a dia na escola que enriqueceram a discussão e contribuíram para os apontamentos finais.

*Relatos pessoais ou relatos do dia a dia na escola na oficina
Abramd Educação Rio*

O primeiro ponto levantado nas conversas foi que a escola não está acompanhando a linguagem contemporânea das redes sociais. De acordo com os presentes, a escola se torna cada vez mais um lugar “desinteressante” para o aluno por não falar a linguagem do mundo contemporâneo. Foram comuns os relatos de professores que se queixavam que perdiam diariamente a guerra contra os smartphones na sala de aula.

De acordo com alguns profissionais, a aversão a leitura de textos com mais de uma página seria um reflexo direto desta nova lógica de comunicação que privilegia o texto à imagem. Manter a atenção de um grupo de crianças ou adolescentes é um grande desafio para educadores. As novas gerações estão acostumadas a um padrão de comportamen-

to diferente e resistem a propostas de ensino que esperam uma postura passiva do aluno em sala de aula. Assim, os participantes afirmaram que a atenção e o foco devem ser obtidos de qualquer maneira, nem que seja a base de um medicamento. O mundo fugaz, passageiro e momentâneo da internet contrasta com o modelo de escola atual baseado em padrões de aprendizados analógicos. Veio à tona a questão: poderia ser o smartphone um instrumento de ajuda ou de impedimento ao aprendizado?

Outro tema bastante discutido foi a culpabilização do professor por esse lapso entre a vida contemporânea e a escola. Houve uma reclamação por parte dos professores de que eles são constantemente responsabilizados por não acompanharem os desenvolvimentos tecnológicos de seu tempo e por não entender o novo aluno que surge com o estabelecimento da internet como forma de comunicação interpessoal. Além do conteúdo que deve ser apreendido em sala de aula o professor deve entender a particularidade de cada aluno e, além disso, pensar em formas alternativas para tornar a linguagem da Escola menos chata e desinteressante. De acordo com os participantes, o professor deve ser acompanhando por uma equipe multidisciplinar que contasse com apoio de pedagogos, psicólogos, médicos e pais de alunos para juntos encontrarem soluções para adequarem a escola com as linguagens da vida moderna.

O modelo neoliberal de educação, que visa única e exclusivamente o mercado de trabalho, pressiona todos os atores envolvidos no sistema educacional para a prática da medicalização. Alunos reclamam que são pressionados a escolher a profissão que vão seguir no futuro cada vez mais cedo, estimulando-se um espírito competitivo que só vai

piorando até a chegada do Enem. As mães, sobretudo aquelas que não têm apoio dos pais, reclamam que elas geralmente são culpabilizadas por um possível fracasso do filho, obrigando-as a medicá-los com medo de que a criança fique de fora do mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Os professores afirmam que, do ponto de vista de uma escola que possui como única meta a formação para o mercado de trabalho, é interessante uma criança medicada que não faça bagunça durante a aula ou apresente formas alternativas de atenção. Seria necessário encontrar um mecanismo que uniformize as crianças.

Pode-se concluir que a Ritalina preenche uma lacuna entre o sistema educacional e as linguagens contemporâneas de comunicação entre os indivíduos. Visando o mercado de trabalho, é economicamente interessante que o aluno esteja medicado e não atrapalhe o resto do grupo a desenvolver as tarefas cotidianas da escola e obedeça aos padrões estabelecidos de “atenção” e “aprendizado”. Assim, mesmo que aquele universo não corresponda à linguagem cotidiana vivida pelo aluno, a Ritalina faz com que aquele estudante sinta a sensação de que escola e os meios contemporâneos de comunicação não sejam contraditórios. As mães se veem obrigadas a medicar seus filhos pois querem se livrar da responsabilidade de um possível fracasso, transferindo-o para o sistema educacional. Os alunos não têm alternativa a não ser entrar na lógica da medicalização.

Outro tema debatido foi que a Escola não oferece alternativas à medicalização. Ao longo da conversa foram citadas várias atividades alternativas à medicação que possuem resultados significativos como o Yoga, meditação, atividades físicas, xadrez, cuidado com a alimentação.

O problema é que essas atividades só são encontradas em ambientes escolares com renda elevada. A precarização da Escola contribui para que não haja formas alternativas para se combater a medicalização da Infância.

Considerações finais

A área da educação tem sido alvo do grande aumento da emissão de diagnósticos de supostos transtornos como alternativa de explicação das dificuldades de escolarização enfrentadas pelos estudantes. Reiteradas dificuldades enfrentadas pelos estudantes no acompanhamento dos conteúdos escolares têm sido interpretadas como dificuldades/distúrbios/transtornos de aprendizagem ou de comportamento.

Concordamos com Ribeiro (2014) quando a autora diz que “a medicalização da vida escolar caminha na contramão das suas dimensões, princípios e objetivos por ser uma perspectiva que não acolhe as múltiplas manifestações e expressões dos estudantes, bem como por considerar que as dificuldades no processo de escolarização são resultantes de fatores biológicos e/ou psicológicos inerentes ao próprio sujeito”.

Geralmente, quando os estudantes não atendem ou não se enquadram ao padrão esperado e considerado como não adequado há suspeita da existência de um problema.

Referências

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Sistema Nacional de Gerenciamento de **Produtos Controlados**: Resultados 2009. Brasil: Anvisa; 2009. 51p. [cited 2012 Aug 2]. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/sngpc/relatoRio_2009.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

BARROS, D.; ORTEGA, F. Metilfenidato e aprimoramento cognitivo farmacológico: representações sociais de universitários. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 350-362, jun. 2011.

Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (BRATS) - ISSN 1983-7003. Ano 8. n. 23, março de 2014.

CABRAL R. V.; TREVISOL F. S. A influência da internet na relação médico-paciente na percepção do médico. **Rev. AMRIGS** 2010; v. 54, p. 416-420, 2010.

NOBRE, P. F. S. Off-label prescriptions in Brazil and in the US: legal aspects and paradoxes. **Cien. Saúde Colet.**, v. 18, n. 3, p. 847-854, 2013.

RIBEIRO, M. I. S. A medicalização da educação na contramão das diretrizes curriculares nacionais da educação básica. **Revista Entreideias - educação, cultura e sociedade**, v. 3, n. 1, 2014.

CAPÍTULO 8

CONSTRUINDO AFETOS NAS ABORDAGENS SOBRE DROGAS

André Luiz Bastos Dehoul
Márcia Cristina de Souza

Introdução

Concebendo a escola como espaço historicamente constituído para a formação integral do humano, na construção de valores pessoais e coletivos, crenças e concepções de mundo, o ambiente escolar torna-se o principal meio social de promoção da qualidade de vida (CFP¹, 2019a). Na ação cotidiana em psicologia escolar, seja nas unidades escolares, na Secretaria Municipal de Educação ou em encontros científicos sobre educação, podemos, sem falharmos em nossa hipótese (levando-se em conta um recorte de realidade experienciada, portanto, empiricamente), dizer que as questões sobre drogas vêm tomando cada vez mais lugar de destaque nas agendas dos sistemas de ensino, sejam questões do lidar enquanto sujeito de escolhas do uso/não uso, das violências intrínsecas à oferta e procura ou das políticas públicas mais eficazes no trato destas (BRASIL, 2011; CFP, 2019b). A partir de um rápido levantamento no banco de dados do Google

1 CFP - Conselho Federal de Psicologia.

Acadêmico (revisado em 26 de setembro de 2019), utilizando as palavras-chave “drogas e escola”, foram levantados um total de 55.000 (cinquenta e cinco mil) trabalhos, somente nos anos de 2018 e 2019. Por mais preliminar que tenha sido o levantamento, o mesmo demonstra o impacto do tema na busca de soluções e/ou estratégias do lidar com a questão no cotidiano escolar, seja em qual sistema educacional, nível ou modalidade for.

Historicamente, as políticas públicas voltadas às drogas dicotomizam em posicionamentos proibicionistas (proibicionismo) ou prevencionista (Redução de Danos/RD). Enquanto o proibicionismo baseia-se na guerra estatal contra a produção e o uso, focando em ações de combate direto (proibição) e indireto (campanhas focais e propaganda), muitas vezes atuando na lógica da culpabilização do sujeito, a Redução de Danos, partindo da lógica humanista, reconhece o uso de drogas (lícitas ou ilícitas) como inerente à própria existência, sendo o foco dirigido aos modos de consumo (redução dos danos) e a construção de estratégias, com e para os sujeitos, de enfrentamento aos males físicos e emocionais (redução dos riscos).

Considera-se a abordagem centrada na Redução de Danos (RD) a estratégia mais eficaz em construir conhecimento sobre o tema, visto basear-se no desenvolvimento de noções básicas de responsabilidade individual, habilidades sociais e fortalecimento dos fatores de proteção, conforme pesquisa recentemente lançada sobre a construção eficaz de cartilhas para jovens sobre drogas (MOURA, *et al.*, 2019).

Sob a lógica da Redução de Danos e riscos (CFP, 2019a), a Secretaria de Educação de Angra dos Reis (SEC), a partir da Assistência de Saúde Escolar, aceitou o desafio proposto pela Abramd-Rio de ampliar a formação “Construindo Afetos”² para além das fronteiras intermunicipais, no intuito de auxiliar na elaboração de ações voltadas ao fortalecimento de sujeitos que possam articular saberes e vivências para a construção de competências e habilidades essenciais para uma vida autônoma, cidadã e ética.

Construindo afetos: um fazer possível

Muitas foram as referências teóricas, em suas construções e reconstruções na práxis, todas, em sua essência, dialéticas e críticas, de Baruch Espinosa a António Damásio. Enquanto recorte objetivo, lançamos mão do materialismo dialético como base epistemológica, do construtivismo piagetiano e do modelo psicanalítico de Sigmund Freud como bases teóricas, e da educação problematizadora de Paulo Freire como método para o planejamento e execução da ação. Uma ação entendida como um meio (pois visa a reflexão para construção de outras ações) e um fim em si mesma (pois como toda ação, é dialética e dialógica, modifica e se faz modificar).

2 O Projeto “Construindo Afetos” foi elaborado em 2017 pela equipe da Assistência de Saúde Escolar (Departamento de Diversidade e Inclusão/SEC), a partir das demandas levantadas junto à Assistência de Educação Infantil (Departamento de Educação/SEC), tendo como intuito a formação continuada dos profissionais que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemei) da Rede Municipal de Ensino, tomando-se como bases legais a Lei de Diretrizes e Bases/LDB-1996 e a Resolução nº 05 de 2009, do Conselho Nacional de Educação.

Todo discurso é carregado de intenção, consciente ou não. Transmitimos desejos, insatisfações, alegrias e uma gama considerável de ações mentais resignificadas pela linguagem. Temos nas variadas formas comunicacionais (verbal, não verbal, mediada, direta, simbólica, não dita etc.) o meio interacional por meio do qual nos tornamos detentores dos conhecimentos construídos ao longo da história humana. O domínio da linguagem gera transformações qualitativas importantes na constituição do sujeito. Quando isso ocorre, há desenvolvimento (ENGELS, 1979). Mas que ente é este que move as intenções, capaz de mobilizar lágrimas de alegria ou tristeza, medo ou paz, que nos paralisa ou nos hiperativa?

Conceitualmente, o afeto é o conteúdo não visível que permeia toda e qualquer relação humana, inter e intrapessoal (DORON; PAROT, 1998; MALDONATO, 2014).

Se a comunicação é o instrumento de transmissão do conhecimento (seja de qual nível for), podemos inferir que o afeto é a harmonia que integra as notas musicais do discurso.

De um ponto de vista pragmático, podemos lançar mão do óbvio e dizer com todas as letras, *o afeto é o que afeta o sujeito*.

Espinosa apresenta o potencial qualitativo do afeto, na Proposição XXII, da Parte III de sua *Ética*: “Se imaginarmos que alguém afeta de alegria a coisa que amamos, seremos afetados de amor para com eles. Se, ao contrário, imaginamos que ele a afeta de tristeza, seremos, ao contrário, afetados de ódio contra ele” (ESPINOSA, 2000). Aproximadamente 200 anos depois, partindo da mesma premissa do afeto mobilizador e qualificador de sentido, Sigmund Freud elabora uma epistemologia da mente, uma nova proposta de trata-

mento dos distúrbios emocionais e um sistema teórico do funcionamento mente-corpo. Nasce a psicanálise (FREUD, 1923/1996).

De modo sucinto, afeto pode ser definido em psicanálise, como o somatóRio das sensações de prazer (liberação de tensão do aparelho psíquico) ou desprazer (aumento da carga tensional) ligadas às representações psíquicas das impressões incididas por meio dos órgãos sensoriais do nosso corpo. Destas díades afeto-representação, surgem uma gama de emoções a serem reconhecidas pela mente, permitindo a construção de estratégias que se apresentam, em parte, à disposição da consciência para serem utilizadas (ou não) pelo sujeito (intencionalidade consciente/inconsciente). Quando por algum motivo tais ligações afeto-representação não ocorrem, há o acúmulo de tensão a nível psíquico para além do estado ótimo de funcionamento deste. Essa sobrecarga leva o aparelho psíquico a agir segundo o princípio de constância³, descarregando diretamente o excesso de tensão, neste caso sensação sem significado vinculado. Forma-se sintoma quando a carga tensional liberada vincula-se a uma determinada parte do corpo e sua representação psíquica equivalente (FREUD, 1914/1996; 1925/1996; 1926/1996; 1940/1996; 1950/1996)⁴. Assim como Espinosa, Freud nos alertam para a existência de afetos prazerosos (alegria, bem-estar, amor) e desprazerosos (tristeza, solidão, desprezo). Contrariando o senso comum, torna-se imperativo que *não só de amor vive o afeto*.

3 “Princípio enunciado por Freud, segundo o qual o aparelho psíquico tende a manter a nível tão baixo, ou, pelo menos, tão constante quanto possível a quantidade de excitação que contém” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2016).

4 N.A.: ano da publicação original/ano da edição consultada.

Em seu livro de 1968, “A Psicologia da Criança”, escrito em colaboração com Barbel Inhelder, Piaget define afeto como a “energética das condutas”, o sentido que motiva as ações. Sua constituição é destacada neste trecho, de modo conciso e claro: “os sentimentos comportam, com efeito, indiscutíveis raízes hereditárias (ou instintivas) sujeitas a maturação. Diversificam-se no decorrer da experiência vivida. Enriquecem-se fundamentalmente através da troca interindividual ou social” (PIAGET; INHELDER, 2002, p. 135).

Afeto e cognição são “irredutíveis, indissociáveis e complementares” (idem, p. 24), evoluem conjuntamente ao longo do desenvolvimento humano, em um processo dialético no qual a afetividade conduz a cognição, e esta por sua vez, elabora o afeto para uma maior maturidade na relação do sujeito consigo mesmo e com o outro (LA TAILLE apud PIAGET, 2001).

Em suma interdisciplinar, assim como as estruturas cognitivas, o afeto é construído na relação dialética sujeito/ambiente, pautada pela comunicação (em todos e quaisquer níveis), na qual a qualidade da interação irá definir a qualidade do afeto introjetado no discurso. Na unidade escolar, como o espaço social constituído e legitimado para a transmissão e aquisição de conteúdos socialmente construídos, o professor é o elo determinante desse processo ao atuar como mediador entre aluno e conteúdo a ser aprendido (GADOTTI, 2006).

Retomando a metáfora musical, educador e maestro identificam-se⁵ no ato de direcionar o discurso, pontuando sentido ao compreender e reconhecer o manejo da har-

5 Mestre e maestro, do lat. *Magister*: “o que dirige”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionario/lingua-portuguesa/magister>. Acesso em: 7 jul. 2020.

monia pretendida. O afeto imprime harmonização às notas musicais (representação/sentido), para que as mais variadas composições (comportamentos) possam ser elaboradas. O educador, em sua essência é agente do discurso transformador, humanizante e libertário (FREIRE, 1994).

Afeto e aprendizagem: uma base de possibilidades

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em sua versão final (2017), apresenta-se como o documento norteador da Educação Básica no Brasil, e encontra-se em processo de implementação nos sistemas de ensino em todo país. Cabe neste momento levantarmos algumas questões importantes, pois deste documento surgirão contribuições relevantes à reflexão crítica do ser-saber-fazer pedagógico, seja em sala de aula, nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares ou, na construção das políticas educacionais nas esferas governamentais.

Apesar das inúmeras críticas tecidas à BNCC em relação ao fazer pedagógico no Ensino Médio (BRANCO, 2018), na Educação Infantil e Ensino Fundamental as críticas mais expressivas, do ponto de vista da psicologia escolar, preocupam-se em como os docentes irão colocar em prática as propostas trazidas no documento, bem como na necessidade de formação continuada para o lidar com aspectos emocionais e subjetivos dos estudantes (DELCHIARO, 2018; MELLO, 2016). Isso porque a Base prevê dentre as dez competências⁶ básicas a serem desenvolvidas ao longo

6 “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, p. 8).

do processo educacional três em especial vão além do conteúdo programático da escolarização tradicional:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

(BNCC, 2017, p. 10)

Essas competências devem ser trabalhadas paralelamente aos conteúdos programáticos ao longo do processo educacional, independente do sistema, nível ou etapa de ensino com o intuito de desenvolver a capacidade de construções de estratégias frente a situações reais ao longo da vida.

Educadores e a educadoras cientes da importância de seu papel na aprendizagem pelo fazer afetivo representa, diretamente, um ganho qualitativo na formação efetiva deste aluno. O fazer afetivo não implica em negar a seriedade

do fazer pedagógico, ao contrário, são fazeres intrínsecos, complementares na ação de ensinar (FREIRE, 2002).

Em relação às críticas, que como tal tem seus fundamentos teóricos e práticos, vale lembrar, não como apaziguamento mas como convocação para a ação, o que diz Paulo Freire acerca do saber-fazer crítico pedagógico: “A questão da coerência entre a opção proclamada e a prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que *não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso*” (FREIRE, 1989. p. 25, grifo nosso).

Por meio da interdisciplinaridade⁷, abrem-se uma gama de possibilidades de planejamento e execução baseadas no afeto, na retomada do banquete amoroso de Platão (portanto gregária) entre a filosofia e psicologia com o ser-saber-fazer pedagógico.

O som que comunica a alma: (re)construindo significados

“A música é um antídoto contra a morte. A arte de uma maneira geral é um antidestino, ela nos protege, seja a música, seja a pintura, seja a literatura, seja o teatro, seja o cinema [...]”

Francisco Brennand

A música, tal qual a madeira nas mãos de um artesão, tem o poder de modificar aquele que é tocado por ela. Seja por afinidade, seja por negação, mas nunca pela indiferença.

7 [...] método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 145).

O poder da música motiva nos sujeitos, não apenas a sensibilidade como um todo, mas, inclusive, os aspectos especulativos da inteligência. Ou seja, não apenas estados mentais são alterados, mas novas conformações neuronais tornam-se possíveis. Eis a individualização da experiência musical. A música não traz sentido em si, sendo transmitido apenas um dos seus aspectos constituintes, o significante musical (COSTA, 1989). O sentido se dá no e pelo ouvinte, a partir de suas vivências prévias:

Enquanto forma de linguagem sem significados definidos *a priori*, a não ser mostrar-se agradável ou desagradável, dirige-se ao processo primário, que busca a satisfação (o bom, o agradável) e quando não a encontra tem a noção do mau, do desagradável. A música, antes de dirigir-se à razão, só possui dois significados - boa/má - significações primárias. No entanto admite a projeção de outros significados, ou seja de algum outro sentido atribuído pela racionalidade - processo secundário (COSTA, 1991).

Iniciando nossa oficina de sensibilização “Construindo afetos nas abordagens sobre drogas” convidamos nossos sete participantes, cada qual com sua formação acadêmica e social específica: duas professoras do ensino médio, dois educadores sociais, duas estudantes universitárias e uma pedagoga, a participarem de uma experiência musical.

Pedimos aos convidados que sentassem o mais confortável possível, que se entregassem à escuta, de corpo e alma, deixando-se levar ao som da melodia. Ao longo da

dinâmica, quem quisesse poderia manter os olhos fechados, mas não necessariamente.

Na caixa de som, a peça musical inicia. Um *Adágio* (ritmo lento). Observamos cada expressão, movimento, fechar e abrir de olhos. São indicativos de que algo está acontecendo no mundo interno de cada uma das pessoas ali envolvidas. A música gera desequilíbrio nas individualidades antes harmônicas. Algumas lágrimas, cabeças baixas, olhos atentos. Nunca indiferentes.

Fim da música. Peço que respirem fundo. Pergunto o que acharam da música. Uma das professoras (a de educação física) disse que eu havia mentido. Fiquei atônito, mal começamos e algo teria saído errado, totalmente fora do planejado (querer planejar o afeto). Respirei e perguntei em que havia mentido. “Você disse que não ia doer. Doeu”.

Aqui deixo um aprendizado. Precisamos atentar para o poder da fala, em todo momento, sobretudo no nosso fazer técnico. Em uma dinâmica sobre afeto, deixei minha fala carregar uma falsa expectativa, a da não dor. Lembrei-me de que em algum momento entre pegar o pen drive e colocar o som para tocar, disse aos colegas para se entregarem por completo, *pois não iria doer*.

Mas dói. Ser afetado causa desconforto. Desequilibra para reequilibrar por meio do sentido que será construído, ao qual o afeto de desprazer/prazer será ligado. Mas, demanda exercício, elaboração. Reconhecendo meu papel de educador, no qual investi no momento em que me pus a coordenar a oficina, me cabe mediar a comunicação travada entre música e ouvinte.

A dor seria resignificada, expliquei. Para isso (e sim, esta parte constava do plano inicial), pedi que cada um expusesse: uma imagem, uma memória ou uma cena que tenha vindo à mente ao longo da audição e, uma sensação vinculada⁸. Experiências diversas e conflitantes vieram à tona. Apresentação de balé, mar revolto, nascimento, morte, lar, paz, angústia, insegurança, relaxamento, medo...

Após todos falarem, apresentamos formalmente a música que acabaram de ouvir e experienciar, tão profundamente, o *Adágio de Albinoni*. Um breve relato é feito, para contrapor a intencionalidade do compositor com as representações apresentadas por cada um dos sete participantes.

O “Adágio in G Minor” de Thomazo Albinoni, foi na verdade uma peça composta e publicada em 1958 pelo músico e biógrafo de Albinoni, Remo Giazotto, a partir de um fragmento de uma partitura salva em 1945, da biblioteca de Dresden, Alemanha, após esta ter sido bombardeada⁹.

Lancei ao grupo a seguinte questão: o que havia acontecido neste espaço de tempo, em que um estímulo inicialmente neutro, sem qualquer significado aparente, acabou por dar vazão a uma gama de sensações e pensamentos tão distintos?

A partir das respostas dadas: “memória”, “experiências que vivemos”, “emoção”, “sentimento”, fomos mon-

8 Essas perguntas foram adaptadas da pesquisa-ação realizada por Guiraud-Caladou, da qual foi concebida sua tese sobre o significante musical e a constatação de que “a significação do musicante repousa essencialmente no campo das vivências” (COSTA, 1989, p. 67).

9 Disponível em: <http://www.sabercultural.com/template/musicas/Adagio-in-G-Minor-Albinoni-Tomazo.html>. Acesso em: 7 jul. 2020. Em inglês, disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Adagio-in-G-Minor>. Acesso em: 7 jul. 2020.

tando uma lógica para esse fenômeno que vivenciamos: “sentimentos” prazerosos/desprazerosos foram despertados, gerando “memórias” a fim de buscar um sentido para que o organismo se regule e retome o equilíbrio afetado. Memória só pode ser retomada/revivida, por estar ligada a uma “emoção”, AFETO LIGADO A “EXPERIÊNCIAS QUE VIVEMOS”.

Neste ponto a sensibilização assume sua intencionalidade: expor empiricamente a existência do afeto. Todos foram afetados pela relação ali imposta. Vimos na prática como a forma pela qual nos relacionamos com nosso meio qualifica o conteúdo apreendido. Aqueles que sentiram a música como desprazer, colocaram estar em momentos difíceis em sua jornada, o afeto suscitado qualificou o significado representado.

Sem verdades absolutas, mas com o afeto em mãos, todos os temas abordados até aqui foram debatidos. Redução de Danos x proibicionismo, a construção dialética dos sujeitos, o desenvolvimento afetivo, o papel do educador crítico na formação de pessoas cidadãs e tantos outros temas que o tempo e a experiência nos permitiram.

Dialogicamente seguimos as duas horas do encontro na construção de novas formas de saberes-fazeres integrados às múltiplas realidades ali presentes, em busca de possibilidades de se tratar de um assunto tão complexo e caro a todos nós, a abordagem sobre drogas nos espaços educacionais, com todas suas nuances e significados possíveis.

Considerações finais: docente, o ente afetivo

Tratar do assunto “drogas” em sala de aula é sem dúvida alguma um desafio para qualquer profissional da educação. Construir propostas do lidar é fundamental e necessário. Uma proposta baseada no reconhecimento do afeto como primordial na construção de uma aprendizagem significativa tem se mostrado um caminho possível de ser trilhado. Negar a existência dos afetos é negar a própria existência, é paralisar a ação em si mesma.

O que pretendemos demonstrar é que, independente de estarmos conscientes ou não da intencionalidade de afetar emocionalmente o outro, toda e qualquer ação interpessoal irá causar modificações expressivas em ambas as partes da relação. Se o senso comum fosse uma pessoa, ele diria que em toda relação “meu afeto afeta o afeto do outro”. Em uma linguagem mais erudita podemos afirmar que minhas representações de mundo, carregadas de sentidos próprios da minha experiência, vão gerar modificações estruturais nas representações de mundo únicas e exclusivas do outro.

Parafraseando Paulo Freire e Rubem Alves, decidir pela consciência transformadora do ato de ensinar, é superar esse papel posto, é antes de tudo ato de amor e querer bem, em si-sendo enquanto processo, em si-vivendo enquanto prática e em si-comungado enquanto educador/educadora na relação dialética com o educando (ALVES, 1988; FREIRE, 2002).

Referências

- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1988.
- BRANCO, E. P. *et al.* Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Rev. Debate em Educação**, v. 10, n. 21 p. 47-70, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5087>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver-sofina1_site.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Drogas: Cartilha para Educadores**. Brasília: Ministério Rio da Justiça/Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Ed. Rev. Brasília: CFP. 2019. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2019/09/EducacaoBASICA_web-final-2019.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. Ed. Rev. Brasília: CFP. 2019. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2019/09/AlcooleOutrasDrogas_web-FINAL.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.
- COSTA, C. M. **O despertar para o outro: musicoterapia**. São Paulo, SP: Summus, 1989.
- COSTA, C. M. Musicoterapia – Conceitos. **Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical**, Lisboa, v. 69, p. 19-22, 1991.
- DELCHIARO, E. C. *et al.* A Psicologia do Desenvolvimento na Educação Infantil. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 4, 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/4995/2356. Acesso em: 7 jul. 2020.
- DORON, R.; PAROT, F. **Dicionário Rio de psicologia**. Trad. de Odilon Soares Leme. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- ENGELS, F. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ESPINOSA, B. **Ética**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 2000.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed. Cortez editora, 1989.

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. 23 reimp. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes práticos à prática educativa**. 25 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREUD, S. **Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar** (1914). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 13, 1996.
- FREUD, S. **O ego e o id** (1923). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19, 1996.
- FREUD, S. **Um estudo autobiográfico** (1925 [1924]). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 20, 1996.
- FREUD, S. **Inibições, sintomas e ansiedades** (1926 [1925]). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 20, 1996.
- FREUD, S. **Esboço de psicanálise** (1940 [1938]). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 23, 1996.
- FREUD, S. **Projeto para uma psicologia científica** (1950 [1895]). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 1, 1996.
- GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. 8 ed. 11. reimp. São Paulo: Ática, 2006.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- MALDONATO, M. **Dicionário das ciências da mente: psicologia, psiquiatria, psicanálise, neurociências**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014.
- MELLO, S.A.; DA SILVA, G.F. BNCC: um currículo integrador da infância brasileira?. **Debates em Educação**, v. 8, n. 16, p. 66, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2432>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- MOURA, M. I. L. *et al.* Cartilha sobre prevenção do uso de drogas para adolescentes. **Rev. enferm. UFPE on-line**, Recife, v. 13, n. 4, p. 1106-1114, abr. 2019. Disponível em: <https://peRiodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/237875/31841>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. **A construção do real na criança**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CAPÍTULO 9

FÓRUM ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

*Cláudio Francisco Cruz
Marcia Helena da S. Mendes*

*“Tudo que não invento é falso.
Tem mais presença em mim o que me falta.
Melhor jeito que achei para me conhecer foi
fazendo o contráRio.
Sou muito preparado de conflitos”.*

Manoel de Barros

O presente texto tem por objetivo apresentar o projeto “Fórum Álcool e outras Drogas para Profissionais de Educação”, realizado na Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro, no Núcleo de Apoio Interdisciplinar às Unidades Escolares.

Em agosto de 2019, fora ministrado uma oficina sobre o presente trabalho, no Primeiro Encontro da Abramd Educação no Rio de Janeiro. Iremos apresentar impressões e uma breve análise do que foi o encontro.

O Fórum aborda questões fundamentais acerca das problematizações sobre drogas em nossa sociedade a partir de uma metodologia que privilegia a experiência dos participantes. Trata-se de um fórum por considerar a fala e a posição ética como elementos constituintes do encontro. O ponto de partida é sustentar o reconhecimento de que cada indivíduo tem um saber sobre a questão das drogas. A sociedade brasileira enfrenta grandes problemas no que concerne ao debate democrático sobre temas cruciais.

Em nossa atualidade, parece-nos haver uma ameaça ao respeito à opinião e à disponibilidade para escutar a diferença. Isso tem se mostrado uma tendência que autoriza práticas de segregação¹.

Considera-se, então, que o papel no âmbito da educação pública é de apoiar e fomentar encontros que permitam a expressão e o debate. O percurso de trabalho nesses 4 anos de atividade tem mostrado que a temática das drogas permanece como um tabu em todos os âmbitos educacional. Para tal, foi necessário elaborar estratégias para fazer com que a ação sobreviva frente ao empuxo equivocado de homogeneização das mentes, que tende a fazer as instituições silenciarem ou reduzirem as atividades sobre prevenção às leituras psicopatológicas, neurocientíficas ou religiosas sobre a experiência de uso de álcool e outras drogas.

1 Lacan elaborou uma tese sobre a segregação em 1967. A segregação é um efeito da universalização engendrada pelo discurso da ciência. Colette Soler destacou que a universalização consiste em uma forma de fazer funcionar um para todos. O que decorre desse paradigma é a emergência da supressão das diferenças ao nível do desejo e do gozo. Há, portanto, em pleno funcionamento em nossa sociedade, sociedade dita científica, uma homogeneização dos modos de gozo (SOLER, 1998, p. 44). O que nos parece estar em confronto agora são as relações entre a ciência e o saber imaginário porque é o resultado da transformação que engendrou a sociedade de consumo.

Nossa perspectiva é multidimensional. Em dado momento, um profissional de educação afirmou: “tenho tanta repulsa às drogas que não permito que ninguém fale sobre isso na minha escola”. Antes de julgar ou mesmo condenar essa fala que soa como extremista, deve-se considerar alguns aspectos importantes.

Quando se aborda a questão das drogas é fundamental reconhecer elementos de resistência e repulsa, porque talvez, tais pessoas, enfrentam ou já enfrentaram, direta ou indiretamente, experiências pessoais marcadas por dificuldades e impasses que modulam a sua visão de mundo. Tem-se, assim, por finalidade a busca de transformar os conflitos que inviabilizam pactuações, em modos de conversas que instrumentalizem as instituições na realização de acompanhamentos e encaminhamentos construídos mediante diálogos e de redes de apoio.

Assim, compreende-se o caráter particular da realidade escolar e que cada um, em seu tempo e ritmo, possa apresentar seus problemas e dificuldades no Fórum. Tem-se como perspectiva reconhecer que as dificuldades sejam tratadas a partir de um caso, de uma situação ou de uma necessidade de aprofundar ou iniciar um trabalho individual ou coletivo na instituição.

Posto isso, de que modo o Fórum se organiza? O elemento norteador, como o aspecto multidimensional sobre o campo das drogas, constitui-se e, 5 módulos, com 5 tópicos que se repetem, a saber: História dos Usos das Substâncias Psicoativas; Subjetividades: constituição e funcionamento do aparelho psíquico; Abordagem da questão da droga na escola: modos de lidar; Campos, Saberes e Políticas no

Brasil e no Mundo; Instituições e Redes de Atenção. Em cada módulo repetiu-se esses tópicos que funcionam como eixos de apoio e, principalmente, como um direcionamento gradativo de complexificação do tema.

O material utilizado está em consonância com o acúmulo de falas extraídas dos participantes ao longo do tempo de realização do dispositivo desde seu início. Algumas delas são: O que fazer quando recebemos um aluno sob o efeito de drogas? Suspeita-se que o aluno está em vulnerabilidade pelo fato de os pais consumirem drogas. Quais são as ações a fazer considerando a razão de que a equipe escolar trabalha dentro de uma comunidade dita conflagrada? Como criar ações sobre o tema na minha escola? Quais as diferenças entre as noções de liberação, legalização e descriminalização das drogas ilícitas? Como compreender as relações entre uso de drogas e violência? O que fazer com o aluno que leva ou vende drogas dentro da escola? Como lidar com a apologia às drogas ou ao tráfico de drogas? É possível prevenir o uso? A maconha é uma porta de entrada para o vício?

A atividade é iniciada com a pergunta: o que é droga para você em poucas palavras? As respostas tendem majoritariamente a expressão de preconceitos, medo e também reforçam a visão da substância psicoativa como um elemento que, por si mesmo, tem a propriedade de produzir um mal.

Na grande parte das respostas apresenta-se uma conotação negativa, tais como: descontrole solidão, veneno, decadência, algo que causa dependência fisiológica e emocional, algo que não é legal, baixa autoestima, desespero, substâncias que mascaram seu emocional, algo ilícito que prejudica, uma muleta, substância lícita ou ilícita que pode ser maléfica, fuga da realidade, problema de saúde pública,

crimes, morte, deprimente, o que gera vício, desnecessária, combustível para o tráfico, prisão, desequilíbrio emocional, substância usada como apoio para aplacar uma angústia ou algo que não dou conta, destruição, o que não presta.

Poucas respostas não enfatizam um lado negativo, tais como: prazer, algo que modifica o humor e comportamento, substância que causa um efeito não necessariamente negativo, modos de lidar com os problemas de maneiras distintas, existem motivos sociais, não é uma questão de valor, temos um olhar preconceituoso sobre, não é uma questão de uma classe social específica, para se soltar, para ficar feliz.

É importante ressaltar também que parte dos profissionais solicitam ou procuram nossa atividade porque esperam encontrar modelos de prevenção capazes de fazer com que um aluno não use drogas ilícitas em nenhuma hipótese. Tais pessoas parecem esperar encontrar algo que corresponda ao ideal impossível de “um mundo sem drogas”. Em contrapartida, em número bem menor podemos escutar professores que já dialetizam com propostas que respeitam a escolha dos indivíduos que vivem a experiência de uso de substâncias psicoativas. Os grupos no Fórum são heterogêneos, o que faz de cada encontro uma rica caixa de surpresas.

A concepção sobre a qual se sustenta o caráter catastrófico acerca do uso de drogas tende a ser localizada nos últimos dois séculos. Poiars (1999) demonstra que desde o século XIX as substâncias psicoativas receberam uma tripla forma de entendimento. Uma dimensão como mercadoria articulando os aspectos jurídico, econômico e fiscal. Uma segunda dimensão terapêutica voltada para o campo médico com fins de tratamento, no qual também a droga tinha seu aspecto lúdico que possibilitava a desinibição, engendrando-a ou crian-

do-a. Ambas, a seu modo, mostrando-se como instrumentos para lidar com o mal-estar na cultura e com o convívio social. Uma terceira dimensão que retrata a questão criminológica: como elementos de objeto e de origem do crime.

O modelo proibicionista² é a norma internacional e junto a ele veiculam-se ideologias potentes advindas das religiões, da medicina, da polícia e da política que constituem suas montagens para manter suas verdades. O fenômeno toxicomaniaco tem lugar estabelecido em tais discursos, pois nele, a partir do entendimento reducionista biológico não seria outra coisa senão um conjunto de efeitos neurofisiológicos que devem ser regulados pelo pensamento normativo e comportamentalista.

A pesquisa histórica e antropológica revela uma multiplicidade de funções das drogas. Clark Heinrich, autor do livro *"Magic Mushrooms in Religion and Alchemy"* (2002), levanta a hipótese de que o humano primitivo poderia pensar mais claramente e ter insights ao usar substâncias psicoativas. Seria, por hipótese, uma nova forma de apreender o mundo. Pode-se refletir que nosso ancestral ficaria mais sagaz, pois seria capaz de observar mais claramente a natureza, potencializando, por exemplo, a percepção de onde uma semente estava e associar que algo cresce dali, começando assim, as práticas de coleta e plantio.

2 O que faz sustentar-se a tese proibicionista repressiva pela qual as instituições concentram quase todos os recursos econômicos públicos na tentativa de eliminação da oferta? No relatório mundial sobre drogas da Unodoc (2019) revela que 35 milhões de pessoas no planeta fazem uso problemático de drogas. A cada sete pessoas deste universo, somente uma tem acesso a dispositivos de atenção. Os recursos para tratamento, atenção e cuidado daqueles que demandam a droga sempre é bem abaixo do investimento do esforço de apacramento sistemático da oferta.

O contato inicial da humanidade com os psicodélicos³ sugere a primeira experiência religiosa, o princípio da suspeita humana sobre a existência de outro mundo. A hipótese concerne ao fato de que as substâncias psicoativas podem ter influenciado a evolução da humanidade. No deserto do Saara em Tassili, na Argélia, há uma pintura rupestre que sugere cenas representando o momento de uma “colheita mágica”. Pode-se conjecturar que essa obra seria uma espécie de oferenda para deuses mascarados, cobertos de cogumelos, o que talvez indique uma espécie de cerimônia ritualística com tais elementos. Tratar-se-ia de uma ação de caráter místico e religioso.

As primeiras manifestações artísticas da humanidade associavam-se ao nascimento de outras tradições humanas, como rituais e cerimônias, mediados por substâncias psicoativas. Esses encontros pareciam fomentar o laço social e não destruir ou tornar “adictos” nossos ancestrais.

O que a psicanálise postula sobre a questão das drogas? A princípio, ela tem a transmitir sobre o funcionamento psíquico e pode-se, a partir daí, afirmar que não há diferença entre o psiquismo de um dito toxicômano e o de quem não ocupa esse lugar. A droga é um método capaz de evitar o sofrimento por meio da intoxicação (FREUD, 1930/2010).

As substâncias psicoativas possuíram um duplo papel na economia libidinal ao longo de toda história da hu-

3 Cipós, cogumelos, cactos e outras plantas tropicais serviram aos nossos ancestrais durante milênios de história com suas múltiplas funções socioeconômicas-culturais-subjetivas. LSD, psilosibina, mescalina e DMT (dimetiltriptalina) representam os psicodélicos clássicos. Michael Pollan (2018) afirma que nos anos 1960, a experiência psicoativa mediada pelo uso de ácido virou uma espécie de rito que marcou toda uma geração. As drogas psicodélicas foram amplamente utilizadas pelo movimento artístico do Rock e também no movimento antiguerra do Vietnã.

manidade, ora na luta pela felicidade, ora no afastamento da desgraça, por poderem transformar-se em um potente amortecedor de preocupações, além de engendrar estratégias psíquicas de refúgio ao mal-estar, propiciando a criação de um mundo própRio.

Uma das importâncias paradigmáticas do texto “Mal-estar na Civilização” reside no fato de que ali Freud sinalizava que a vida humana não se presta a uma meta ou sentido todo dado e pré-estabelecido pelo própRio ser ou pela cultura. As expectativas de viver a felicidade se limitam pela especificidade daquilo que constituiu no ser humano. Para suportar a vida são necessáRios lenitivos ou dispositivos que servem de construções auxiliares: “distrações poderosas que nos façam desdenhar nossa miséria, satisfações substitutivas que a amenizem e entorpecentes que nos tornem insensíveis” (FREUD, 1930-2010, p. 120).

Steve Cutts criou em 2017, “*Felicidade Consumista com Ratos*” (título original “*Happiness*”), uma animação que parece sugerir uma reflexão sobre a busca pela felicidade em tempos atuais. “*Happiness*”⁴ ilustra o percurso de um rato em busca de prazeres e reconhecimento na sociedade de consumo.

Em vez de seres humanos, Cutts (2017) usa ratos como personagens em uma cidade urbana repleta de situações estressantes, tais como engarrafamentos, crimes, multidões e competição desenfreada. A escolha desse animal não

4 A animação foi transmitida na oficina Abramd Educação 2019. Em geral a usamos como dispositivo no Fórum e também como um dos materiais disponibilizados para os professores por ser lúdica e, ao mesmo tempo, reflexiva. Tem com abarcar todas as faixas etárias dos alunos e também serve para promover debate com os próprios profissionais das escolas.

nos pareceu gratuita ou até mesmo moral. A analogia talvez sugira a “corrida dos ratos” em laboratÓrios de pesquisa, na qual o exercício sem um fim da atividade leva o animal ao própRio aniquilamento pela energia despendida durante a atividade. A ação é autodestrutiva e seu processo de repetição mostra-se de natureza aparentemente inútil.

A estação de metrô estava lotada de ratos do lado de dentro dos vagões e do lado de fora nos espaços de transição. Todos tinham a mesma subserviente expressão de que tudo ali era normal. É possível supor que ao expectador a imagem gerava um notÓrio desconforto. Em que lugar estavam? O lugar era coroado pela placa indicadora do nome da estação: “NOWHERE”. O metrô está para Lugar Nenhum e parte para Nenhum Lugar tal como na música de Caetano Veloso “*Todo dia ela faz tudo sempre igual*”.

A principal fonte de prazer na sociedade se resume à submissão acéfala do consumo pela aquisição de bens materiais determinada pela publicidade. Na animação, os nomes das marcas famosas dos produtos que todos são consumidos no mundo real eram substituídos pelo sintagma *Happiness*.

O aprofundamento de uma cultura da sensorialidade da sociedade de consumo levou a modos de reprodução de comportamentos guiados por imperativos tais como beba, veja, use, compre, seja, viva. O discurso hegemônico impulsiona-nos a uma necessidade da velocidade das experiências vividas a partir da imposição da pressa em resolutividades dos conflitos e dissolução de sentimentos considerados negativos como a tristeza e o luto.

O bombardeio de informações que não cessa e que é sugestionador de um modo própRio de imaginarização da

felicidade por meio da aquisição temporária de objetos ou gadgets. A Black Friday da animação retrata uma luta entre os ratos pelos objetos em promoção de venda: uma grande massa invade a loja e trava um verdadeiro massacre em prol da melhor televisão.

O protagonista lutou contra muitos na loja e conseguiu vencer! Em seguida abandona sua TV, pois está diante de um carro conversível onde pôde viver todo o frisson e sensações de prazer ao dirigir a máquina que poucos podem adquirir. Contudo, ele se deparou com a realidade chocante e deprimente da cidade. Foi roubado, multado e depredaram seu carro. O clima mudou, chove e ao mesmo tempo o rato que antes se encontrava extasiado e eufórico parece agora cair em profunda tristeza.

Para responder a sua condição aparentemente “deprimida” ele se embriaga com bebidas alcoólicas, cujas propagandas exibiam as seguintes frases para cada uma das três que ele consumira: “*Drink, forget; Absolute, happiness e The Purest Happiness, there is*”⁵.

Contudo, após a experiência estupefaciente, a realidade lhe surge novamente. Ela foi insuficiente para responder ao vazio e mais uma oferta se coloca presente, a *Prescription Happiness*. O rato mergulha em um imenso pote de remédio psiquiátrico e sai dele para outro mundo. Um mundo completamente transformado. Após isso, a animação ganha outra configuração. Toda a realidade se altera para um plano de leveza, suavidade e natureza. Ele começa a voar aludindo à abertura dos desenhos de Wall Disney.

5 “Beba, esqueça; Absoluta, felicidade e a mais pura felicidade que há” (tradução livre).

Entretanto, o efeito acaba. O fundo do poço se instaura. Caído ao chão, tal como uma metáfora do fundo do poço. O que o faz levantar é o faro aguçado por uma nota levada ao vento.

A partir disso, o dinheiro foi o guia que o fez reagir. Trata-se agora de uma espécie de objeto que ele persegue até um prédio. Nada mais vê, somente segue seu percurso tal como um animal farejador funciona em um plano sensorial. O rato segue a nota até conseguir pegá-la. Mas o que surpreendera a todos foi o fato de que o dinheiro era uma isca que o fez cair em uma ratoeira. Por fim, já aprisionado, ele tinha a sua frente um computador. Com a cabeça e braços contidos o personagem começa a digitar.

Por mais trágica e assustadora que essa animação possa ser para quem assiste, há muito de equivalência com a realidade daquilo que observamos no mundo contemporâneo. Face a obra de Cutts, pode-se articular a noção de finalidade da vida, tal como Freud articulara no texto “*Mal-Estar na Civilização*”, com a concepção do discurso capitalista de Lacan.

O fato é que a experiência de consumo é o principal modo de organização da cultura moderna e junto a ela veicula-se uma ideologia de felicidade do tipo *prêt-à-porter*. Entretanto, tal discurso tende a enfraquecer ou anular as formas de laço social. Como isso acontece? Há uma redução do sujeito ao lugar de consumidor. Aqui o lugar da verdade é ocupado pelo capital, assim como o lugar do agente é preenchido por aquele que consome. Ou seja, refere-se à verdade das representações singulares que definem e que indicam como o ser humano sofre ou como ele é guiado na direção do próprio desejo.

Quinet sugere que “O discurso capitalista não promove laço social entre seres humanos: ele propõe ao sujeito a relação com um gadget (dispositivo, bugiganga, invenção), um objeto de consumo curto e rápido” (QUINET, 2010, p. 57).

“*Happiness*” demonstra essa face crua do mundo contemporâneo, ao descrever um cenário no qual há um esforço sem fim para a aquisição de satisfação por intermédio de um conjunto quase infinito de marcas que representam “*happiness*”, já acabada em si mesma, pronta para o indivíduo usar. Os ditos toxicômanos parecem estar vivendo dentro da lógica do discurso capitalista, sem freio e desprovidos de reconhecer seu próprio desejo enquanto sujeito.

Na oficina que ministrada no Primeiro Encontro da Abramd Educação, é possível perceber que os participantes do grupo, talvez por estarem entre pares, demonstraram uma concepção menos influenciada pelos discursos do senso comum, expressavam suas posições, esses revelavam com menos receio do que os profissionais da rede pública municipal que atendemos. Para eles, o maior interesse estava em debater a questão da droga com mais liberdade e buscar subsídios para abrir rodas de conversa com os alunos e com os próprios colegas de trabalho.

Foi possível analisar que muitos trabalham com o público do ensino médio, diferentemente dos professores com quem se costuma desenvolver o fórum, e, talvez pelo fato dos alunos serem mais velhos, os professores se permitam uma abordagem mais direta e sem tanto receio de parecer estar fazendo apologia, como acontece com os profissionais do ensino fundamental em geral.

No caso do nosso Fórum, uma liberdade de expressão somente emerge a partir do segundo ou terceiro encontro. O modelo foucaultiano⁶, que explicita práticas de vigilância e castigo, opera em plena força nos dispositivos institucionais quando o assunto é droga ilícita.

Nem todos os participantes apresentaram relatos de experiências com a temática. Uma participante, estudante universitária, trouxe quanto a sua origem, moradora de uma comunidade dominada pelo tráfico de drogas. Relatou como tem modificado sua visão sobre o uso de drogas na universidade, mas que ainda considera complexo abordar tal temática, devido a diversas situações que já presenciou no seu local de moradia, que a fazem ter certa repulsa ao uso de substâncias e um julgamento negativo inicial sobre quem usa. Disse que compreende quando falam sobre a legalização como uma alternativa à violência, mas ainda tem receio dessa aposta, já que não sabe como ficariam os atuais participantes do comércio ilícito de drogas, “como sobreviveriam?”.

Uma terceira participante conta sobre o estágio que faz em uma escola particular, trazendo particularidades do público de escolas privadas. Contou que alguns alunos adolescentes já passaram inclusive por algumas internações devido ao uso problemático de drogas. Fala que usa a biologia para falar de plantas com propriedades terapêuticas, mas sem tocar no assunto diretamente sobre drogas ilícitas, pois tam-

6 O indivíduo a ser corrigido sofria intervenções de controle a partir da família e das instituições que a apoiava como dispositivos de coerção e fiscalização de seus desvios e infrações. O indivíduo a ser corrigido aparecia no jogo de forças inicialmente da família e depois na escola, na rua, na paróquia e polícia. Diferentemente do monstro humano que seu contexto de referência era a natureza e a sociedade como conjunto das leis do mundo (FOUCAULT, 1974-1975/2010, p. 49).

bém sente dificuldade em abordar a questão no ambiente da escola privada.

Uma coordenadora de ensino, que também atua com uma comunidade terapêutica, trouxe questões importantes sobre o uso de drogas ilícitas na Universidade entre profissionais e alunos. Essa revelação chamou a atenção, para criar novos encontros para tratar especificamente de microtemáticas para aprofundamento, criação de ofertas de atenção e pesquisas.

A importância do encontro denotou, certamente, um fortalecimento dos vínculos entre pares. Foi para todo o grupo uma espécie de oásis acadêmico dentro de um deserto de dificuldades que as instituições estão inseridas na contemporaneidade. Representou um ponto de encontro para recuperar o fôlego e seguir.

A peça — *“Prevenção às drogas não é sermão. É ação”* — apresentada pelos jovens alunos do ensino médio mostrou uma maneira adequada e produtiva de realização sobre a temática da “prevenção”. Foi um espetáculo que provocou na plateia um impacto ao reconhecer no percurso do personagem, usuário de drogas ilícitas, como é viver a segregação em diversas esferas da realidade social. Intervenções em prevenção ao uso abusivo de drogas que passem pela construção sócio subjetiva e suspendam a doutrinação ideológica têm um calibre ético, uma vez que tem a potência de mobilizar a consciência pela experiência e não pela prescrição de valores. Trata-se de engendrar percursos culturais, pedagógicos, sociais e subjetivos que possibilitem ao jovem construir uma posição crítica da sua realidade, a fim de propiciar o reconhecimento de experiências que impliquem em

vulnerabilidade psicossocial e, ao mesmo tempo, criar condições de projetos de vida pessoais ou coletivos.

Referências

ACSELRAD, G. A comunidade e a prevenção *In: Drogas: Uma Visão Contemporânea*. ACSELRAD, G.; INEM, C. NEPD. (Orgs.). Imago editora: Rio de Janeiro, 1993.

BARROS M. **Livro Sobre Nada**. 1996. Editora Record.

CUTSS, S. COMECE A PENSAR. **Felicidade Consumista Com Os Ratos - Steve Cutts**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sR8-nnX-CUdg>.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1975[1974]. Rio de Janeiro. 2010.

FREUD. S. **Mal-Estar Na Civilização**. L&PM Editores, 1930 [1929]. Porto Alegre. 2010.

HEINRICH, C. **Magic Mushrooms in Religion and Alchemy**. Ed. Park Street Press. 2002.

LACAN, J. **O Seminário: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**, livro 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/1998.

LACAN, J. **O Seminário: A Ética Da Psicanálise**, livro 7. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1960 [1959], 2008.

LANGDON, E. **Rito Como Conceito Chave Para A Compreensão De Processo Sociais**. 2007.

POIARES, C. A. Contribuição para uma análise histórica da droga. *In: Tóxico-dependências*, v. 5, n. 1, p. 3-12, 1999.

POLLAN, M. **Como Mudar Sua Mente**. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca, 2018.

QUINET, A. **Os Outros Em Lacan**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2010.

SANTIAGO J. A **Droga Do Toxicômano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOLER, C. *Sobre a Segregação*. *In: LENITA, B.; GOMES, R.; KALIMEROS, F. (Orgs.). O Brilho Da Infelicidade*. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Relatório Mundial Sobre Drogas 2019: 35 Milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de transtornos por uso de drogas, enquanto apenas uma em cada sete pessoas recebe tratamento**. Disponível em: <http://tiny.cc/xr80jz>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CAPÍTULO 10

PARA PLANTAR ALGO CRÍTICO COM BEZERRA DA SILVA: O USO DA MÚSICA “A SEMENTE” EM UMA OFICINA SOBRE *CANNABIS* COM PROFESSORES

Vinicius Motta da Costa

Francisco José Figueiredo Coelho

Marcelo Diniz Monteiro de Barros

Educação sobre Drogas, Música e Prevenção

O fenômeno drogas, em termos de estudos sobre as motivações para o uso de substâncias lícitas e ilícitas, tem ganhado espaço nos últimos anos. Nesse sentido, estudos brasileiros (CEBRID, 2010; BRASIL, 2016) evidenciam que o consumo da maconha se mantém presente e estável entre os jovens brasileiros.

Considerando essa realidade e a orientação de documentos oficiais recentes, que excluam a Redução de Danos como política pública e apostam na abstinência como abordagem única tanto no campo da saúde quanto da educação (BRASIL, 2019a; 2019b) mostra-se a importância do cuidado com o planejamento de atividades que analisem sobre a presença das drogas nos espaços de sociabilidade.

Nesse sentido, ações que possuem vertente puramente informativa alimentam estigmas que desqualificam a experiência social de usuáRios e de indivíduos que são vistos como potenciais dependentes. Sendo assim, evidenciam os malefícios e prejulgamentos sobre o consumo de drogas, em especial as proibidas por lei (HART, 2014). Essas noções, que estão na base da perspectiva do proibicionismo e que começam a ser questionadas pelo seu caráter repressivo e excludente acerca do comportamento de grupos marginalizados ou com atos fora do padrão social, tendem a ganhar espaço na nova conjuntura legal.

Ao se pensar no tema drogas em um contexto multifatorial, busca-se entender que o consumo é vinculado a uma ação possível e presente na experiência humana (SODELLI, 2010). Tal realidade exige uma abordagem desvinculada de práticas proibicionistas e que promovam estudos e ações pautados na Redução de Danos (RD).

Sob essa ótica, alguns estudiosos defendem que a minimização dos efeitos das drogas seja trabalhada na escola, pois é um local adequado para incentivar que o jovem seja incentivado a pensar sobre os impactos individuais e coletivos do consumo de substâncias (ACSERALD, 2015; COELHO, 2019). Nossos esforços são para manter essa perspectiva no trabalho com o tema, especialmente, nos cursos de formação de professores, a despeito das determinantes da conjuntura atual. Isso corrobora com as cláusulas relativas ao desenvolvimento do senso crítico, à reflexão e ao respeito às diferenças (BRASIL, 2019) possam, em alguma medida, dar suporte ao que fazemos, deixando os questionamentos aos interstícios da lei.

Apropriando-se da noção de uma educação libertadora (FREIRE, 1996), Acserald (2015) expõe que a escola deve ser espaço de discussão sobre os mitos relacionados ao uso de drogas. Em outras palavras, coloca-se a necessidade de uma formação orientada para uma abordagem sem julgamentos sobre o fenômeno drogas.

Coelho (2019) também defende esse caminho, acrescentando que o conhecimento mais amplo sobre as substâncias também beneficia os professores. Para isso, formações presenciais e a distância são essenciais para uma troca democrática de saberes sobre as drogas. Isso propicia que ambientes de interação franca ocorram nas escolas.

Sobre a prática docente, Coelho (2019) defende que ela seja orientada a incluir diversos saberes para uma educação dialógica e contribuir para que os alunos sejam críticos e protagonistas. Essa abordagem atua na ressignificação de visões estreitas sobre o tema tanto para docente quanto para discente.

Pensando na prática com alunos, Coelho (2017) e Costa, Coelho e Barros (2019) sinalizam o potencial de atividades que utilizam música para interpretar de forma crítica letras que versam sobre maconha. Em Coelho (2017), os estudantes mobilizaram seus saberes para uma interpretação do lugar de tensão da *Cannabis* (utilizada por grupos de variados contextos, apesar da proibição legal) na sociedade brasileira por meio da escuta de “Cachimbo da Paz”, rap de Gabriel, o Pensador.

Já em Costa, Coelho e Barros (2019) o uso do samba, um dos ritmos mais populares do Brasil, mostra o potencial do gênero para debates sobre os motivos que levam

às críticas de cunho político-social e, especialmente, sobre substâncias ilícitas. Sendo, desse modo, um meio acessível como catalisado dos anseios, individuais e ou coletivos, relacionado às drogas.

Considerando os pontos assinalados acerca do fenômeno drogas enquanto objeto de ações educativo-preventivas, foi proposta uma oficina para professores e profissionais da educação com o uso de música de Bezerra da Silva para analisar o lugar da maconha na sociedade brasileira. Tal iniciativa projetou a viabilidade de um espaço de interação com posterior reflexão sobre a configuração do imaginário social presente na letra de “A Semente”.

Relatando passos na oficina Abramd Educação Rio

A oficina “Debates participativos sobre a maconha através do Samba” fez parte das atividades práticas do I Abramd Educação Rio, evento voltado para profissionais da educação básica e superior realizado no Colégio Estadual Souza Aguiar, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

A atividade contou com a participação de 5 pessoas com formações variadas (História, Psicologia, Geografia, Português). A maioria atuante na Educação básica, sendo que uma participante se declarou professora, mas não disse a área do magistério.

A oficina, foi dividida em 4 momentos: (1) contextualização da Educação sobre Drogas com ênfase na RD; (2) audição da música “A Semente”; (3) leitura crítica e debate sobre o potencial educativo-preventivo da letra e da música escolhida; (4) *Braimstorm* acerca de sugestões

de músicas e de questões norteadoras para serem utilizadas em espaços educativos.

O primeiro tópico consistiu em refletir sobre os mitos e tabus que circulam na Educação sobre Drogas, como o receio de falar do tema, sobretudo, na sala de aula. Nesse instante foram postas para reflexão a contribuição teórica que mostra a importância de trazer o debate sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas entre jovens para a sala de aula, já mencionada.

Quanto ao segundo momento, ele se iniciou com o áudio da música “A Semente”, disponibilizado pelo oficinairo em uma caixa de som portátil, cujos versos são descritos no quadro 1:

Meu vizinho jogou
Uma semente no seu quintal
De repente brotou
Um tremendo matagal (Meu vizinho jogou...)

Quando alguém lhe perguntava
Que mato é esse que eu nunca vi?
Ele só respondia

Não sei, não conheço isso nasceu aí
Mas foi pintando sujeira
O patamo estava sempre na jogada
Porque o cheiro era bom
E ali sempre estava uma rapaziada

Os homens desconfiaram
Ao ver todo dia uma aglomeração
E deram o bote perfeito
E levaram todos eles para averiguação e daí...

Na hora do sapeca-ia-ia o safado gritou:
Não precisa me bater, que eu dou de bandeja tudo pro senhor
Olha aí eu conheço aquele mato, chefia
E também sei quem plantou

Quando os federais grampearam
E levaram o vizinho inocente
Na delegacia ele disse
Doutor não sou agricultor, desconheço a semente

Quadro 1 – Letra da música A semente¹.

Fonte: VAGALUME MÍDIA. **Vagalume**, 2018. A semente. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/bezerra-da-silva/a-semente.html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

Em relação à terceira parte da atividade, os participantes foram convidados a revisitar a letra. A intenção era incentivar que fossem sinalizadas as motivações por traz do

1 A música “A semente” se encontra no álbum Justiça Social, lançado no ano de 1987 pela gravadora RCA/BMG Brasil. Além dessa música, conta com “Foqueiro é a Imagem do Cão”. Essas duas canções, junto com “Malandro é Malandro e Mané é Mané” foram os maiores sucessos do cantor e compositor.

consumo de maconha, mobilizando os aspectos sociais, culturais e políticos presentes na obra popularizada por Bezerra da Silva.

Já o quarto momento foi voltado para que cada cursista sugerisse uma nova música, fosse outro samba ou outro ritmo. Essa tarefa objetivou fazer os cursistas pensassem em materiais que possibilitasse a leitura crítica do tema drogas com ênfase no contexto social micro e/ou macro, e observassem como as drogas estão presentes nas letras de músicas de modo mais recorrente do que pensamos. Não apenas no samba, exemplo do exercício proposto, mas no rock, funk, sertanejo etc. nos fazendo traçar recortes para além dos preconceitos que, eventualmente, suscitam o fato da letra em foco ser um samba.

O que percebemos com a oficina: entre impressões e percepções

As impressões sobre a letra “A Semente” mostraram a complexidade que permeia o consumo de *Cannabis* e a realidade brasileira, em especial a carioca, que foi retratada nos versos da música. Dois focos, o social e o político, englobaram as falas dos participantes.

Em relação às questões sociais, os participantes mencionaram que os versos relataram a marginalidade vivenciada pelos moradores de favela, vistos como maconheiros pelo restante da cidade. Esse fato reflete na discriminação sofrida por indivíduos expostos a um contexto de abandono pelo Estado desde a abolição da escravatura no Brasil, mostrando a conformação de um perfil estigmatizante para quem reside nas áreas mais carentes, seguindo a ótica de Hart (2014).

Os pontos de tensão envoltos no fenômeno do consumo de drogas, como partir do pressuposto do indivíduo da periferia como culpado ou desviante socialmente, também possuem uma conotação cultural. Este ponto endossa uma possibilidade de aplicação pedagógica da música como recurso que incentiva a reflexão, tal evidenciado nas experiências educativas de Coelho (2017) e Costa, Coelho e Barros (2019).

Já sobre os impactos políticos percebidos na letra, a construção da ilicitude da maconha é destaque. Os cursistas mencionaram que a proibição desqualifica o conteúdo histórico em torno da *Cannabis*, que já contou com permissão governamental para uso nas velas dos navios. A ilicitude é construída para marcar o que pode ser feito socialmente, o que não é necessariamente uma preocupação com a saúde da população. Trata-se de demarcar os espaços de atuação dos indivíduos, retirando o caráter multifatorial da venda e do consumo de uma determinada substância. Tal ponto, questionado pelos participantes da oficina, é endossado por autores como Acselrad (2005) e Coelho (2017) considerando que para se partir de um debate aberto e participativo, não é sugerido que se partam apenas de discussões centralizadas nos efeitos nocivos.

Quanto à sugestão de outras músicas em uma atividade reflexiva, os cursistas sugeriram as seguintes músicas e seus respectivos artistas:

- “Longe daqui” (Arlindo Cruz)
- “Zerovinteeum” (Planet Hemp)
- “Tribunal de rua” (O Rappa)

- “Todo camburão tem um que de navio negreiro” (O Rappa)
- “Bebeto loteria” (Fundo de Quintal)
- “Cachaça mecânica” (Erasmu Carlos)

As sugestões produzidas entre os anos 1974 e 2004 têm em comum a preocupação em mostrar como determinados grupos são segregados, tal como aponta a música popularizada por Bezerra da Silva. Essa dimensão pode ser captada se a postura de análise sobre o lugar da maconha na sociedade for desvinculada de mitos que limitam a percepção sobre as substâncias lícitas e ilícitas, tal como prega Acserald (2015).

Assim, as drogas se articulam com contextos políticos, culturais e sociais em que a violência, a repressão e o tráfico são fatores presentes nas interações entre os indivíduos ou entre estes e o Estado mediante a ação policial. Dessa forma, podemos entender que o tema drogas está imbuído de influências culturais, políticas, econômicas. Cabe ao mediador, no caso o professor, a busca por parcerias com outros docentes para tornar a interpretação do material mais ampla.

Notas finais

A oficina teve como principal objetivo evidenciar o samba como uma ferramenta preventivo-educativa, ou seja, um recurso pedagógico que permite leituras reflexivas sobre o tema drogas. Tais percepções foram próximas às identificadas por Coelho (2019) em um curso de formação docente sobre drogas realizado no ano de 2017.

Sobre a escuta da música, esta revelou uma apropriação crítica da música pelos participantes da atividade, com a circulação de ideias acerca do que os homens e mulheres podem fazer em sua experiência social.

Em relação ao potencial de fomentar leituras críticas, é importante registrar que a abordagem interdisciplinar por intermédio de projetos preventivo-educativos auxilia na construção de espaços democráticos de diálogo e de autonomia docente e discente. Estratégias de privilégio ou de exclusão que serão captadas caso os docentes sejam qualificados com informações atualizados e apresentados a estratégias como oficinas, rodas de conversa ou outras modalidades de intervenção orientadas para o campo da educação e drogas conforme estudos pautados na Redução de Danos (RD).

Portanto, atividades reflexivas e lúdicas sobre drogas, com o uso de samba, que tematizam a maconha e outras drogas lícitas ou ilícitas tendem a incentivar o olhar crítico sobre a droga na sociedade no espaço escolar dentro de uma abordagem interdisciplinar e desprovida de mitos e prejulgamentos.

Referências

ACSERALD, G. (Org.). **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Saber mais para proteger. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). **Drogas:** cartilha para educadores. Conteúdo e texto original de Beatriz H. Carlini. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Senad, 2011. 48 p. (Série por dentro do assunto).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

CEBRID. VI **Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio de redes públicas e privadas de ensino de 27 capitais brasileiras**. Brasília, 2010.

COELHO, F. J. F. **Educação sobre Drogas e Formação de professores: uma proposta de ensino a distância centrada na Redução de Danos**. 245f. Tese (Doutorado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Rio de Janeiro, 2019.

COELHO, F. J. F. Entre o lícito e o interdito: Relatando uma aula de Ciências a partir da letra da música Cachimbo da Paz. *In: IV Encontro Regional de Ensino de Biologia da 4ª regional*. Minas Gerais, 2017. **Anais [...]** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

COSTA, V. M.; COELHO, F. J. F.; BARROS, M. D. M. de. Desvendando o biológico e o social sobre a maconha através do samba de bezerra da silva: um relato de experiência preventivo-educativa sobre drogas. *In: Encontro Regional de Ensino de Biologia da 2ª Regional*. **Anais [...]** Rio de Janeiro: CAp/UFRJ e Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral, 2019.

HART, C. **Um preço muito alto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

PURIFICAÇÃO, W.; MIRANDA, S.; CARDOSO, A. F. A Semente. *In: SILVA, B. da. Justiça Social*. Rio de Janeiro: BMG Brasil LTDA., 1987

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagens sobre drogas 17

Abramd educação Rio 7, 10, 12, 14, 15, 28, 49, 56, 62, 77, 99, 138, 148

Afeto 116

Álcool 12, 13, 17, 19, 81, 118, 120

D

Debates sobre drogas 17

Drogas 3, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 104, 105, 113, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149

E

Educação 3, 22, 23, 30, 76, 77, 120

F

Formação de professores 17, 51, 52

Fórum 13, 95, 120, 121, 122, 124, 127, 132

H

Habilidades para a vida 17, 87, 91, 93

M

Maconha 53, 54, 123, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Materiais didáticos 17

Medicalização na escola 95

Música 17, 135

R

Redução de danos 7, 8, 11, 17, 24, 27, 38, 52, 63, 74, 75, 84, 105, 106,
116, 135, 136, 144, 145

Redução de vulnerabilidades 17

Roda de conversa 12, 95, 98, 99

S

Samba 17, 138

V

Vulnerabilidade 17, 94

SOBRE OS ORGANIZADORES

Francisco Coelho e Lourdes Silva

Uma parceria que tem trazido propostas inusitadas para a Educação sobre Drogas no Estado do Rio de Janeiro. Ele é professor das Biociências na Educação básica (Seeduc/RJ) e Coordenador/Mediador dos cursos de atualização sobre drogas da Fundação Cecierj. Ela é professora de História da Educação na Faculdade de Educação (EDU/UERJ). Atualmente são Pesquisadores e Coordenadores do GT interinstitucional Educação e Drogas do GIEESAA/UFRJ/UERJ, promovendo Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação sobre Drogas para diferentes municípios do Estado. Atualmente, estão representantes do núcleo Abramd Educação Rio.

E-mail: abramd.educacaoRio@gmail.com.

SOBRE OS DEMAIS AUTORES

André Luiz Bastos Dehoul

Psicólogo. Responsável Técnico da Assistência de Saúde Escolar do Departamento de Diversidade e Inclusão da SME/Angra dos Reis-RJ.

E-mail: addehoul@hotmail.com.

Célia Sousa

Professora do Departamento de Físico-química do IQ/UFRJ. Pesquisadora e Coordenadora do GIEESAA e do Projeto DESEJA. E-mail: sousa@iq.ufrj.br.

Cláudio Francisco Cruz

Psicanalista. Mestrando em Psicanálise e Políticas Públicas do Departamento de Psicanálise da UERJ. Atua no Niap/SME-RJ. Pesquisador colaborador no GT interdisciplinar Educação e Drogas do GIEESAA/UFRJ/UERJ. E-mail: claudfsc@terra.com.br.

Gelsimar José Machado

Professor na Rede Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo. Doutorando em Educação Física pela UFES. Membro do grupo de Pesquisa Andaluz. E-mail: geljm@hotmail.com.

Helena Albertani

Licenciada em Filosofia. Mestre em Educação: História, Política e Sociedade pela PUC-SP. Fundadora da Abramd Educação SP. E-mail: helena.albertani@gmail.com.

Liana Romera

Professora da UFES. Líder do grupo de pesquisa Andaluz. Representante da Equipe Abramd Educação. E-mail: liromera@uol.com.br.

Marcelo Diniz Monteiro de Barros

Biólogo. Doutor em Biociências e Saúde (IOC/Fiocruz). Professor da PUC-MG, UEMG e do PGEBS/IOC/Fiocruz. E-mail: marcelodiniz@pucminas.br.

Márcia Cristina de Souza

Professora dos anos iniciais do fundamental com ênfase em Educação especial. Coordenadora Pedagógica da Assistência de Saúde Escolar. Departamento de Diversidade e Inclusão da SME/Angra dos Reis-RJ. E-mail: marciapingumangra@hotmail.com.

Márcia Helena da S. Mendes

Psicóloga com especialização em atenção a usuáRios de álcool e outras drogas pelo Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro Projad-Ipub/UFRJ. E-mail: marciahsmendes@yahoo.com.br.

Priscila Tamiasso-Martinhon

Professora do Departamento de físico-química do IQ/UFRJ. Coordenadora do GIMEnPEC/UFRJ e membro do GT interinstitucional Educação e Drogas (GIEESAA/UFRJ/UERJ). E-mail: pri-martinhon@hotmail.com.

Simone Monteiro

Psicóloga. Doutora em Saúde coletiva pela ENSP/Fiocruz. Pesquisadora em Saúde pública no Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (IOC/Fiocruz). E-mail: monteiro.simone.fiocruz@gmail.com.

Tatiana Amato

Psicóloga. Doutora em Ciências pela Unifesp. Coordenadora do Nepsis Educação. Representante da Equipe Abramd Educação. E-mail: tati-castroamato@gmail.com.

Tiago Coutinho

Graduado em Ciências sociais. Doutor em Ciências humanas pela UFRJ. Professor do Departamento de Sociologia da UFRJ, desenvolvendo pesquisas sobre a circulação de informações sobre Ritalina nas redes sociais. E-mail: tiagocoutinho80@gmail.com.

Vinicius Motta da Costa

Professor de Sociologia. Mestrando em Ensino de Biociências e Saúde (IOC/Fiocruz). Pesquisador colaborador do GT interinstitucional Educação e Drogas do GIEESAA/UFRJ/UERJ. E-mail: vinimctr@gmail.com.

O presente trabalho reúne a experiência do I Encontro Abramd Educação do Rio de Janeiro. Realizado em 2019, ele agregou algumas dezenas de profissionais da educação e estudantes, futuros professores. Replicando o formato dos encontros Abramd Educação São Paulo, ele contou com diferentes oficinas e se propôs a oferecer aos participantes momentos de acolhimento e reflexão sobre as múltiplas questões que envolvem a presença do álcool, medicamentos e outras drogas no ambiente escolar. A presente memória é apresentada em duas partes. A primeira, traz um retrospecto da formação do Núcleo Abramd Educação e um panorama sobre as políticas de drogas na educação formal nos últimos anos e comenta as iniciativas mais consistentes realizadas no período orientadas pela redução de danos. A segunda parte reúne os textos dosicineiros, comungando suas propostas de trabalho aliadas às suas reflexões sobre a oficina realizada no evento. O resultado indicado mostra não somente o potencial das múltiplas ações que podem ser oferecidas aos professores como as reações do grupo participante, mostrando o quão necessário é fazer chegar essa proposta aos professores do Rio de Janeiro, já tão decepcionados com as propostas beligerantes e ineficazes em curso no estado, pouco afeitas a levar em conta o olhar próximo, sensível e cuidadoso do professor.

